

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

DEMIAN FERREIRA DA CUNHA

**“GEOGRAFIA DA QUESTÃO AGRÁRIA EM
ECOPORANGA-ES: O CASO DOS ACAMPAMENTOS
‘DERLI CASALI’ E ‘MARIA IZABEL’”**

**VITÓRIA
2014**

DEMIAN FERREIRA DA CUNHA

**“GEOGRAFIA DA QUESTÃO AGRÁRIA EM
ECOPORANGA-ES: O CASO DOS ACAMPAMENTOS
‘DERLI CASALI’ E ‘MARIA IZABEL’”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Scarim

**VITÓRIA
2014**

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

- C972g Cunha, Demian Ferreira da, 1983-
Geografia da questão agrária em Ecoporanga-ES : o caso dos acampamentos "Derli Casali" e "Maria Izabel" / Demian Ferreira da Cunha. – 2014.
135 f. : il.
- Orientador: Paulo César Scarim.
Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.
1. Geografia. 2. Reforma agrária - Ecoporanga (ES). 3. Movimentos sociais - Ecoporanga (ES). 4. Propriedade territorial. I. Scarim, Paulo Cesar, 1968-. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 91

“GEOGRAFIA DA QUESTÃO AGRÁRIA EM ECOPORANGA-ES: O CASO DOS ACAMPAMENTOS ‘DERLI CASALI’ E ‘MARIA IZABEL’”

DEMIAN FERREIRA DA CUNHA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovada em 18 de dezembro de 2014 por:

Prof. Dr. Paulo César Scarim – Orientador – UFES

Profª. Drª. Gisele Girardi – UFES

Profª. Drª. Renata Couto Moreira – PPGPS/UFES

Dedico essa conquista:

à minha mãe Regina Elizabete, pelo esforço árduo, solitário e silencioso que fez durante esses anos para que eu pudesse completar mais essa etapa da vida;

ao meu pai Célio Cunha que primeiro ascendeu em mim o gosto pela Geografia e que contribuiu no ajuste da minha natural curiosidade para os fatos realmente relevantes e necessários de se compreender;

à minha irmã Camila Ferreira, que sempre dividiu comigo os bons momentos da infância e parte da juventude com muito amor, carinho e respeito;

à Joana de Fátima pelo apoio incondicional durante mais de vinte anos a esse núcleo familiar;

Em memória de minha avó Alzira Felizarda, a negra neta de negros escravizados que me legou a rebeldia necessária para questionar as injustiças do mundo.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas contribuíram nessa longa e árdua caminhada. Tantas que, é certo, não caberiam nesse breve “obrigado” que se faz imprescindível. Agradeço imensamente a todas elas e estou eternamente endividado com cada uma. Mas peço licença para apontar alguns nomes que foram mais que fundamentais para a conclusão desse trajeto.

Primeiramente agradeço ao meu orientador, Paulo César Scarim, pela disposição em orientar esse trabalho, mesmo com todas as dificuldades que esse orientando apresentou. E também por ter sido o primeiro que me abriu os olhos para os problemas dos trabalhadores brasileiros quanto à concentração da propriedade da terra no Brasil e suas terríveis conseqüências. Sem o seu exemplo prático para além da teoria da sala de aula, junto aos movimentos sociais, seria pouco relevante a sua contribuição para a minha formação militante. Obrigado mesmo meu amigo!

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior – CAPES – pelo patrocínio dessa pesquisa. Agradeço também ao Programa de Pós Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo pela oportunidade de ali poder conhecer profundamente as problemáticas que a geografia busca contribuir para resolver, em especial nas pessoas dos professores Luis Carlos Tosta, Gisele Girardi, André Luiz Coelho, Ana Lucy Freire e Aurélia Hermínio Castiglioni, meus mestres durante o curso. Também ao professor Cláudio Luiz Zanotelli, pelo seu empenho incansável a frente da coordenação do PPGG. Muito obrigado também pela solicitude impecável da secretária do Programa, além de sua grande simpatia, Izadora Ramos.

Não poderia deixar de agradecer aos professores Maurício de Souza Sabadini e Renata Couto Moreira, do Programa de Pós Graduação em Política Social dessa universidade, por me ajudar a compreender o mundo concreto que nos é imposto pelo capital, ao professor Francisco Estevão Cota pela contribuição à qualificação dessa pesquisa e à professora Eliza Ferreira Bartolozzi do Programa de Pós-Graduação em Educação pela enorme contribuição que me ofereceu na reta final desse trabalho.

Agradeço ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra pela abertura e confiança em mim depositada de que minha pesquisa seria uma contribuição importante para a luta pela terra no Espírito Santo. E pelo exemplo de movimento

social sério e comprometido de fato com a emancipação da classe trabalhadora brasileira, ao contrário do que os donos do poder querem nos impor a aceitar. Não poderia deixar de agradecer em especial à Roberto Reis, Roson Xavier (o “Robinho”) e Adriano Rodrigues, trabalhadores Sem Terra que me ofereceram todas as condições possíveis para investigar a realidade da luta pela terra em Ecoporanga.

Agradeço à minha pequena família pelo apoio e compreensão quando eu estive ausente. Obrigado à minha mãe Regina Elizabete; ao meu pai Célio Cunha; à minha irmã Camila de Sousa Ferreira; à Joana de Fátima Silva e à Dona Alzira (in memorian), pessoas a quem dediquei esse trabalho.

Muito obrigado também aos colegas e amigos do mestrado pela força e apoio nos momentos mais difíceis, em especial ao Rafael Sapiência, Kaio Gava, Vinícius Lima, Wesley Correa, Vítor Bessa e Maria Elisa.

Não poderia também deixar de agradecer aos amigos de toda a vida: Vera Vani Alves de Pinho, Antonio de Oliveira Júnior, Wanessa Cristina, Pedro Henrique “Guarapa”, Angelo Zaroni, Eldon Gramlich, Pedro Rozales, Bruna Marcatti, Daniel Mancio, Merci Fardin, Rafael Teixeira, André Dardengo, Pablo Barros, Bernardo Limoeiro e Yanne Angelim, pessoas que tiveram grande influência e contribuição nos meus “momentos históricos” que aqui culminaram. E que, perto ou longe, pulsam vibrantes no meu coração e mente.

Agradeço à Paola Carolina Tabares Sanmartin pelo seu amor e dedicação em amenizar o meu difícil processo materializado nesse trabalho. Por buscar ser a melhor companheira que eu poderia ter durante essa fase de profundo estudo e concentração. Por ter “segurado a barra” junto comigo e mesmo contrariada algumas vezes sem jamais ter desistido. *Te quiero mucho mi paisa! Siempre!*

Por fim gostaria de agradecer ao Sol, o deus original, que com seu brilho e energia eternos propiciou lenta e pacientemente o surgimento e desenvolvimento de todas as formas de vida na Terra, as mantendo aquecidas e seguras, sob a proteção de sua grande “atmosfera”, da imensidão gélida do universo.

Considerada do ponto de vista de uma formação econômica superior da sociedade, a propriedade de alguns indivíduos sobre a terra parecerá algo tão monstruoso como a propriedade privada de um homem sobre seu semelhante.

Karl Marx, *O Capital*

RESUMO

O trabalho objetiva apresentar a territorialidade dos acampamentos organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no município de Ecoporanga - ES, a partir da análise crítica do movimento social, demonstrando o fundamento da concentração fundiária e a gênese dos sem-terra na formação territorial do Brasil e do Espírito Santo. O MST conquistou três assentamentos no município derivados das mobilizações ocorridas na década de 1980 em outros municípios do estado. A partir de 2012 o MST realizou a sua primeira ocupação no município fundando o primeiro o acampamento *Derli Casali* e em seguida o *Maria Izabel*. Desde então as famílias mobilizadas nessas ocupações esperam que grandes propriedades do município que atendem aos requisitos de desapropriação para fins de reforma agrária sejam disponibilizadas para a criação de assentamentos. Os acampamentos como forma de pressão junto ao Estado apresentam um conjunto de regras e disciplinas que contrastam com os valores e a vida do acampado antes da luta pela terra, provocando por isso diversas contendas. A situação do acampado revela instabilidade quando esse está sujeito à violência dos fazendeiros, aos despejos por reintegração de posse e à estigmatização do sujeito sem-terra pela sociedade. Esses obstáculos procuram ser superados pelos acampados quando esses buscam interagir de forma propositiva e promocional junto ao público do município. Como metodologia de trabalho buscamos a pesquisa qualitativa através de entrevistas com os acampados, relatos orais, observação participante e levantamento de dados secundários em bibliografia específica e estatísticas.

Palavras-chave: Espírito Santo, Ecoporanga, territorialidade, forma acampamento e questão agrária.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo mostrar la territorialidad de los campamentos organizados por el movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra en el municipio de Ecoporanga-ES, a partir del análisis crítico del movimiento social, demostrando el fundamento de la concentración agraria y el génesis de los Sin-Tierra en la formación territorial de Brasil y de Espírito Santo. El MST conquistó tres asentamientos en el municipio, los cuales se originaron a partir de las movilizaciones ocurridas en otros municipios del estado en la década de 1980. A partir del 2012 el MST realizó su primera ocupación en el municipio, con la creación del primer campamento *Derli Casali* e luego el *Maria Izabel*. Desde entonces las familias movilizadas en estas ocupaciones esperan que las grandes propiedades del municipio que atienden a los requisitos de desapropiación para fines de la reforma agraria sean disponibilizadas para la creación de asentamientos. Los campamentos como forma de expresión junto al Estado presentan un conjunto de reglas e disciplinas que contrastan con los valores y la vida de los acampados ante la lucha por la tierra, provocadas por diversas contiendas. La situación del acampado revela la inestabilidad cuando este está sujeto a la violencia de los hacendados, a los despojos por reintegración de posesión, además de la estigmatización por parte de la sociedad hacia los sujetos sin tierra. Esos obstáculos procuran ser superados por los campamentos cuando estos buscan interactuar de forma propositiva y promocional junto al público del municipio. Como metodología de trabajo buscamos la investigación cualitativa a través de entrevistas con los acampados, relatos orales, observación participativa y levantamiento de datos secundarios en bibliografía específica y estadísticas.

Palabras Claves: Espírito Santo, Ecoporanga, territorialidad, forma campamento, Cuestión Agraria.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização de acampamentos no Espírito Santo em 2012.....	67
MAPA 2 – Localização dos acampamentos <i>Derli Casali e Maria Izabel</i> em Ecoporanga.....	95

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Ocupações realizadas pelo MST no Espírito Santo: 1985 – 2013.....	65
Tabela 2 – População residente em Ecoporanga (2010).....	79
Tabela 3 – Ocupação da população em Ecoporanga (2010).....	80
Tabela 4 – Números do setor empresarial em Ecoporanga (2006-2011).....	81
Tabela 5 – Residentes em domicílios particulares e faixa de rendimentos (2010)..	81
Tabela 6 – Empresas do setor de rochas atuantes em Ecoporanga.....	83

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Pedreira em Ecoporanga e resíduos gerados na atividade.....	85
Figura 2 – Pedreira abandonada: coloração da rocha pouco valorizada no mercado internacional não vale a continuidade da exploração.....	85
Figura 3 – Vista aérea de grande pedreira em Ecoporanga.....	86
Figura 4 - Níveis de organização no interior de um acampamento.....	96
Figura 5 – O território do agronegócio cerca o território da resistência camponesa no acampamento <i>Derli Casali</i>	100
Figura 6 – Gado da propriedade vizinha ao acampamento <i>Derli Casali</i> circula no acampamento.....	101
Figura 7 – O acampamento Maria Izabel espremido ao longo da ES-080.....	107

LISTA DE ABREVIATURAS

CDDH – Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Serra

CIDAP – Centro Integrado de Desenvolvimento dos Assentados e Pequenos Agricultores do Espírito Santo

CNA – Confederação Nacional da Agricultura

CONTAG – Confederação Nacional do Trabalhadores da Agricultura

CPT – Comissão Pastoral da Terra

FAA – Frente Ampla de Agropecuária

FAES - Federação da Agricultura e Pecuária do Espírito Santo

FETAES – Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Espírito Santo

IDAF – Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal

IEMA – Instituto Estadual de Meio Ambiente

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PNDR – Plano Nacional de Desenvolvimento Rural

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

Prodaterra - Programa de Democratização do Acesso à Terra

SEAG – Secretaria de Estado da Agricultura

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SUPRA – Superintendência de Reforma Agrária

UDR – União Democrática Ruralista

ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I – A GEOGRAFIA E O MOVIMENTO SOCIAL	21
1.1. A aproximação da Geografia ao tema	21
1.1.1. Movimentos sociais como categoria geográfica: uma forma de compreender o espaço e o território.....	33
1.1.2. As ocupações e a forma acampamento.....	40
CAPÍTULO II – A GEOGRAFIA DA QUESTÃO AGRÁRIA.....	44
2.1. As origens da questão agrária brasileira e a formação dos trabalhadores “sobrantes” ou “sem-terras”.....	46
2.2. Origens e perspectivas do MST no Espírito Santo	59
CAPÍTULO III – ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DE UMA PESQUISA PARTICIPATIVA E A CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	68
3.1. A metodologia	69
3.2. A ocupação do Noroeste do Espírito Santo: questão lindeira e conflito agrário.....	75
3.3. Aspectos socioeconômicos do município de Ecoporanga.....	78
3.4. A atividade de extração de rochas ornamentais em Ecoporanga	82
CAPÍTULO IV – A LUTA PELA TERRA EM DOIS ACAMPAMENTOS DO MST EM ECOPOPORANGA.....	87
4.1 O MST em Ecoporanga.....	87
4.1.1 Histórico da ocupação dos acampamentos “Derli Casali” e “Maria Izabel”	89
4.1.2 A organicidade dos acampamentos do MST em Ecoporanga.....	96
4.1.3 O acampamento “Derli Casali”.....	99
4.1.4 O acampamento “Maria Izabel”.....	105
4.1.5 A Participação dos acampamentos no VI Congresso do MST.....	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
REFERÊNCIAS	116
APÊNDICES/MEMÓRIA FOTOGRÁFICA.....	120

INTRODUÇÃO

A reforma agrária é um programa amplo aplicado pelo Estado cujo objetivo principal é a democratização da propriedade da terra, cumprindo assim um direito republicano de que todos os cidadãos que fazem parte de uma mesma sociedade tenham garantidos direitos e deveres sobre o acesso, posse, uso e propriedade da terra. Vários países do mundo em momentos particulares precisaram realizar a reforma agrária de maneira a avançar as forças produtivas e a organização de suas sociedades.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2013) no Brasil existem cerca de 150 mil famílias acampadas em beiras de estradas. Esse cenário tem como uma de suas principais determinações a histórica concentração da propriedade fundiária nas mãos de poucos proprietários. Essas famílias desejam acessar a terra para responderem às suas necessidades de moradia e trabalho, reunindo esforços em luta pela reforma agrária, organizados em sindicatos rurais ou movimentos sociais, cujo destaque é do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Apesar desse enorme contingente de pessoas reivindicando outro território possível, a compreensão do processo de concentração da propriedade fundiária no Brasil remete ao caráter conservador da modernização operada no desenvolvimento do capitalismo no Brasil (NETTO, 1996), processo no qual o latifúndio assumiu importante funcionalidade e apresenta sérios desdobramentos no tempo presente. A agricultura brasileira passou por profundas transformações nas últimas décadas, orientadas pelo impacto do capitalismo na atividade a partir das primeiras décadas do século XX. Questões estruturais de nossa economia, baseadas fundamentalmente na divisão internacional do trabalho desde a colonização foram ao longo de nossa história se modernizando de forma a manter a estrutura fundiária imobilizada. A globalização e as novas conflitualidades presentes nos campos político, econômico e social se desenvolvem e se empiricizam no espaço, remodelando-o. O espaço rural, também subjugado a essas dinâmicas, se torna cada vez mais tributário do desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo.

Um dos principais impactos observados nessa dinâmica é o esvaziamento do meio rural, com a expulsão de parcelas significativas de sua população para os centros

urbanos, das quais uma pequena fração será absorvida pela lógica da subsunção do trabalho ao capital e outra apenas orbitará periféricamente a essa lógica tendo de buscar meios de sobrevivência e reprodução precários e insuficientes. A concentração da terra nas mãos de poucos proprietários se coloca como o principal elemento que obstaculiza o desenvolvimento social da população sendo esse um dos componentes da questão agrária que se estabeleceu no Brasil.

Os trabalhadores rurais, historicamente expropriados de seus territórios de forma sistemática, buscaram se organizar politicamente no sentido de refrear o avanço das forças do capital sobre esses territórios e, também, de reconquistar aqueles nos quais a agricultura capitalista busca se consolidar. Nesses termos, a questão agrária apresenta novos rearranjos promovidos pelo paradoxo do movimento espaço-temporal em que se insere. Ela é composta pela contradição e pelo paradoxo onde, por um lado, o capital – que concentra a riqueza e espalha a pobreza – destrói e recria o campesinato, pelo seu particular funcionamento; e por outro o próprio campesinato se recria, rompendo com a lógica e princípios do capital. “Ambas são incongruentes, mas realizam-se no mesmo espaço, disputando territórios, gerando conflitualidade, promovendo desenvolvimentos” (FERNANDES, 2004, p. 9).

A natureza contraditória do capitalismo no movimento da questão agrária aparece naquilo que Shanin (2008) apresenta como criação e recriação do campesinato, em que pessoas que não são camponesas ou o são, porém sem terras, acessam esse meio de produção via políticas de redistribuição fundiária. Há nessa situação o elemento da luta pela terra, promovida por movimentos socioterritoriais camponeses, cuja capacidade de inserção e reprodução da sua existência em situações adversas no modo capitalista de produção contraria leituras que condenam essa classe social ao desaparecimento e desintegração perante o avanço daquele sistema. É preciso, portanto, entender o campesinato em suas diversas e múltiplas formas, e como as condições objetivas permitem a sua reprodução enquanto classe em um período histórico hegemônico pelo capital que lhes impõe a invisibilidade e a sujeição. Cabe compreender sua marginalidade e sua integração ao capitalismo, nesse movimento em que está ao mesmo tempo dentro e fora do sistema (MARQUES, 2008).

O protagonismo dos movimentos sociais brasileiros do campo apresenta destaque na formação do campesinato que se estabeleceu aqui. O camponês quer entrar na terra

e quando é expulso dela, a ela retorna, mesmo que em um lugar distante (MARTINS, 1995). É nessa busca pela entrada na terra que acontece a recriação camponesa.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é hoje o principal protagonista dessa recriação camponesa no Brasil ao realizar ocupações e conquistar assentamentos rurais, tendo a reforma agrária como seu horizonte e, assim, se territorializando pelo país.

Ao tomar como objeto de estudo a territorialização das ocupações de terra, a pesquisa da qual resulta o trabalho ora exposto buscou responder à seguinte questão central: como se organizam parcelas despossuídas da população para a conquista da terra e de trabalho por meio da organização em um movimento social como o MST?

Entendemos que analisar como se dá essa organização é de significativa importância para reter elementos particulares que envolvem o campesinato no país, sua processualidade complexa e contraditória. Nesse sentido, destaca-se a relevância deste estudo, ao explicitar como os trabalhadores excluídos do processo formal de trabalho buscam garantir sua manutenção e reprodução da vida na condição de sujeitos de sua própria história. E, nesses termos, pretendemos contribuir para a ampliação de estudos dos processos de luta pela terra no Brasil, um tema com diversas possibilidades de investigação ainda inexploradas. Milhares de pessoas pelo país, com suas visões e histórias particulares de mundo e vida, buscam integrar movimentos sociais que lhes dê voz e confronto à ordem que não os reconhece como cidadãos plenos de direitos. Um processo não isento de contradições e dilemas, dada a diversidade de sujeitos envolvidos, mas que busca na organização a superação de questões prejudiciais à conquista do objetivo final.

Para responder à indagação central dessa pesquisa tomamos como referência primordial a ciência geográfica sem, no entanto, ignorar a necessidade de buscar outras fontes do conhecimento científico, além do conjunto de saberes dos sujeitos da pesquisa.

Os procedimentos metodológicos que se fizeram necessários à sua realização estão descritos nesse trabalho, porém podem aqui ser assim apontados de forma sucinta para fins de esclarecimentos preliminares: 1) leitura e discussão bibliográfica sobre a importância verificada pela geografia na produção do espaço pelos movimentos

sociais e sobre a questão agrária brasileira e capixaba; 2) Trabalho de campo realizado em dois acampamentos do MST no município Ecoporanga, no estado do Espírito Santo¹; 3) levantamento de informações estatísticas sobre o município de Ecoporanga no que se refere à população, trabalho, emprego e produção de forma a compreender como o espaço geográfico do município contribui para a existência da conflitualidade pela terra ali². Para a apresentação dos conteúdos resultantes desses procedimentos estruturamos o trabalho em quatro capítulos e considerações finais.

No primeiro capítulo debatemos a inserção da geografia nos estudos sobre movimentos sociais e como essa disciplina conseguiu elaborar categorias geográficas que englobassem a realidade atuante desses movimentos na produção do espaço e de territórios. Um capítulo importante, sobretudo para o nosso amadurecimento sobre o debate geográfico acerca do tema em destaque.

O segundo capítulo abrange um breve histórico sobre as origens da questão agrária no Brasil e sua expressão no estado do Espírito Santo. Ademais, abordamos a organização dos trabalhadores rurais para resistirem aos processos excludentes e a formação do MST no referido estado.

No terceiro capítulo partimos da descrição detalhada da metodologia utilizada para a realização do estudo do qual resulta o presente texto. Além disso, apontamos alguns elementos relativos à história fundiária do noroeste do Espírito Santo e aspectos socioeconômicos particulares do município de Ecoporanga, onde a pesquisa de campo foi realizada.

No quarto capítulo evidenciamos a manifestação da luta pela terra presente nos dois acampamentos do MST pesquisados. Manifestação essa que não deixa de apresentar suas contradições, mas que ainda assim se coloca como a forma mais efetiva de reivindicação pela realização da reforma agrária.

¹ Cumpre-nos assinalar que o trabalho de campo foi realizado num período de 50 dias não contínuos em que nos foi possível, inclusive, permanecer acampado com os sem-terra e assim visualizar suas dificuldades e potencialidades para a conquista da terra e de trabalho.

² No caso do município de Ecoporanga a conflitualidade expressa entre outros fatores pela presença dos acampamentos é mais uma face da questão agrária presente ali desde o início do século XX, quando a cidade ficou conhecida por ser palco do “Massacre de Ecoporanga” onde posseiros pioneiros foram perseguidos expulsos ou assassinados por fazendeiros grileiros e seus jagunços e apoiados pelo estado na figura de sua polícia.

Nas considerações finais buscamos apontar as questões que nos pareceram mais pertinentes ao longo do desenvolvimento desse estudo. Longe de querer respondê-las, tentamos problematizar a atualidade da luta pela reforma agrária a fim de vislumbrar novas possibilidades de intervenção na realidade agrária do país.

CAPÍTULO I – A GEOGRAFIA E O MOVIMENTO SOCIAL

O interesse da Geografia pelo movimento social é recente e data da segunda metade do século XX. Surgiu de um momento especial do desenvolvimento das lutas sociais em confronto com as ordens estabelecidas no contexto da bipolaridade comunismo *versus* capitalismo. Desde então esse interesse se aprofundou resultando em cresceu e gerou referenciais teóricos que trouxeram a participação popular na construção do espaço para o interior da disciplina, gerando até mesmo categorias de análise de destaque. Esse primeiro capítulo traz o resgate da importância que o movimento social obteve nos estudos brasileiros de Geografia, em especial a Geografia Agrária, nas últimas décadas. Apresentamos os alguns dos debates acerca da geografia dos movimentos sociais e discutimos algumas categorias que serão utilizadas em nossa interpretação da realidade observada.

1.1. A aproximação da Geografia ao tema

Os movimentos sociais passaram a ser tomados como objeto de estudos pela geografia brasileira a partir das décadas de 1970 e 1980, no contexto da renovação dessa disciplina. Essa transformação ocorreu associada ao contexto do aumento do interesse tardio dos geógrafos pela teoria marxista e seu método de investigação. O surgimento de um expressivo número de movimentos sociais à época que tensionaram pela abertura democrática e conquistaram espaços políticos essenciais no cenário nacional foi outra motivação para os geógrafos em busca da compreensão daquelas ações e de suas consequências para a produção da sociedade (ALENTEJANO, 2007).

A inserção de uma matriz teórico-metodológica diferente daquelas tradicionais que consideravam o homem como um elemento da paisagem, interpretando-o agora como um sujeito de sua própria história condensou-se naquilo que veio a ser a geografia crítica, uma geografia engajada na superação das insuficiências do pensamento geográfico ao longo do século XX e construída a partir do próprio engajamento ideológico e social dos geógrafos (PEDON, 2013). Essa corrente concebeu o espaço como dimensão intrínseca ao processo de constituição da sociedade, numa postura diferente das correntes anteriores e tradicionais da disciplina geográfica que

interpretaram o espaço como um recurso natural passível de transformação pela ação humana ou como um obstáculo por vezes intransponível a essa ação, respectivamente as perspectivas do possibilismo e do determinismo.

No período que vai entre as décadas de 1960 e 1970, momento ainda dominado por aquele pensamento tradicional e teórico da Geografia, alguns geógrafos se envolveram com a temática dos movimentos sociais de maneira relevante. Pedon (2013) destaca que foram dois os principais autores da Geografia a evidenciar essa trilha que seria percorrida pela disciplina nas décadas posteriores, quais sejam, Andrade (1998) e Castro (1965).

Andrade (1998) buscou compreender os problemas históricos da região nordeste na sua obra clássica³ publicada em 1963. O autor tratou dos problemas das relações de trabalho dominantes no meio rural nordestino, bem como os processos de ocupação e apropriação daquele espaço, defendendo a reforma agrária como uma política efetiva contra a situação precária em que se encontravam os trabalhadores rurais da região. Sua obra traz um artigo⁴ expondo a experiência das Ligas Camponesas e do sindicalismo rural como tentativas de organização das massas rurais frente às arbitrariedades de grandes proprietários de terra. Nas palavras de Pedon (2013, p. 28):

No caso de Andrade, os problemas sociais são abordados juntamente com as questões da apropriação da terra, esse viés social não foi entendido por muitos pesquisadores da época, uma vez que a geografia brasileira ainda estava comprometida com a escola tradicional francesa. No sexto capítulo, intitulado “As tentativas de solução do problema agrário”, no item “As tentativas de organização das massas rurais – as Ligas Camponesas e a sindicalização dos trabalhadores do campo”, o autor faz uma apresentação das Ligas Camponesas apontando que a organização social dos trabalhadores rurais é consequência das mazelas vividas por grande parte da população do campo e o fator de maior responsabilidade sobre essas mazelas é a histórica concentração de terras.

A obra foi produzida a partir de um extenso trabalho de campo em que reuniu conhecimentos geográficos, econômicos e sociológicos para oferecer pela primeira vez ao público em geral uma análise do conjunto da economia agrária nordestina.

³ Referimo-nos aqui à obra “A terra e o homem no Nordeste: a contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste”.

⁴ Essa parte de seu livro, transformada em anexos a partir da quarta edição, seria censurada em edições posteriores após a tomada do poder pela Ditadura civil-militar a partir de 1964.

Castro (1965) também trouxe importantes contribuições nesse período e introduziu a partir de sua obra o estudo dos movimentos sociais do nordeste explorando também a ação das Ligas Camponesas na Zona da Mata pernambucana, mais uma de suas obras que denunciaram a sujeição do homem e da terra ao modelo da grande propriedade e aos interesses estrangeiros. Suas críticas são apontadas para aqueles que buscam a resposta para a pobreza e fome nordestinas na ocorrência das secas, demonstrando que os fenômenos são mais de ordem social do que de ordem natural, denunciando que era o pauperismo generalizado, a proletarianização e a insuficiente produtividade das roças que determinavam as precárias condições de vida dos sertanejos. Enxergava o autor que o regime inadequado da estrutura agrária da região é que determinava aquelas condições. Apontou, também, o desenvolvimento das Ligas Camponesas, cujo surgimento se deu para defender o direito dos mortos a um funeral decente e acabara por se tornar um movimento de luta por direitos aos camponeses vivos, organizados politicamente através do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Pedon (2013, p. 36) assim entende a obra desses autores:

Os trabalhos de Manuel Correia de Andrade e Josué de Castro marcam, de forma precursora, a “pré-história” dos estudos sobre movimentos sociais na geografia brasileira. Representantes de uma visão avançada e bem embasada dos problemas brasileiros, os geógrafos fizeram apontamentos que hoje fazem parte dos estudos sobre movimentos sociais, questões relativas à espacialização dos movimentos, sua interação com outros setores da sociedade, a ação dos mediadores, sua agenda política (esclarecedora dos objetivos e da ideologia dos movimentos), e sua relação com a estrutura socioeconômica da sociedade (constituída num devir histórico conflituoso que marca a constituição do território brasileiro) demonstram uma perspectiva de totalidade que se desenvolverá na década de 1980 com a ampliação desses estudos na geografia.

Embora tenham contribuído para a disciplina geográfica se apropriar do pensamento crítico sobre os movimentos sociais essa construção foi duramente refreada no período em que escreviam em virtude do golpe militar que se abateu sobre o país. Os geógrafos somente iriam retornar à temática dos movimentos sociais com o declínio dos governos militares a partir da década de 1970 e o ressurgimento das lutas populares, nos meios urbano e rural.

O espaço geográfico foi também revisitado pela Geografia nesse período de mobilização popular. Ao final da década de 1970, Santos (2004) foi um dos estudiosos que primeiro se preocupou com a valorização do espaço e sua historicidade como

objeto da Geografia no Brasil. Esse autor dedicou-se a uma revisão da evolução do pensamento geográfico, propôs uma nova maneira de fazer e pensar essa disciplina.

Na interpretação de Santos (2004), a Geografia é uma ciência tributária de seu próprio desenvolvimento histórico, a serviço da expansão neocolonialista do século XIX e da ideologia imperialista dominante. De acordo com suas análises, essa disciplina buscou superar tal condição sem, no entanto, alcançar transformações em seu método que permitissem uma Geografia realmente nova. A busca pela interdisciplinaridade com outros ramos da ciência foi uma constante da Geografia que, muitas vezes em confusão com a multidisciplinaridade, ofereceu resultados pouco relevantes ou repetitivos se comparados aos estudos já promovidos por outros ramos da ciência em diálogo com a ciência geográfica.

Santos (2004) advoga pela criação do espaço enquanto instrumento de reprodução da vida e não somente como produtor de mercadorias e de homens artificiais, acredita ser o espaço um fato social produzido pela ação humana e também um fator resultante de processos pretéritos, os quais, por sua vez, condicionam processos futuros, expostos no espaço por meio de rugosidades⁵. Esse autor, de acordo com Pedon (2013), ao apresentar o arcabouço teórico da Geografia até aquele momento, apresentou uma base teórica oportuna para a valorização do espaço e de sua historicidade, além do papel dos homens e mulheres no processo de produção da sociedade, sendo sua obra um importante estudo sistematizado do pensamento geográfico produzido até então.

Dessa forma, Santos (2004) “preocupa-se em dar à geografia um instrumental teórico-metodológico sólido capaz de fazer uma leitura crítica da sociedade e de seu espaço” (PEDON, 2013, p. 17), construindo e remodelando conceitos e categorias analíticas, dentre os quais, um dos mais importantes é o de *formação socioespacial*:

Tal conceito está assentado no plano da historicidade do espaço, sua perspectiva é a de que esse conceito abarca a totalidade e a unidade de todas as esferas (estruturais e supraestruturais) da vida social no processo de desenvolvimento histórico. [...] A contribuição desse conceito chega até nossos dias partindo do pressuposto de que a noção de formação social está ligada à evolução de uma dada sociedade em sua totalidade histórica e

⁵ As rugosidades do espaço são as marcas do passado como forma, espaço construído, paisagem que permanece das divisões do trabalho pretéritas em todas as suas escalas. São também heranças socioterritoriais cujo trabalho morto é expresso nas formas ou “os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho” (SANTOS, 2006, p. 92).

concreta. Desse modo, o autor procura mostrar que o espaço geográfico aparece tanto como produto das relações sociais como uma condição sem a qual tais relações não existiriam. (PEDON, 2013, p. 18)

Essa concepção da realidade permite considerar a existência de uma estrutura unitária que rege a aparência da multiplicidade dos fatos sociais, sendo essa a sua essência e cabendo às ciências humanas a apreensão de tal movimento, o que permite, então, o acesso à totalidade dos processos sociais. É clara a influência do método materialista histórico-dialético, aporte teórico que trata do estudo dos elementos constitutivos da sociedade regida pelo modo de produção capitalista e da necessidade de sua superação a partir das contradições próprias dessa relação social.

O conceito de formação socioespacial pressupõe, assim, a noção de espaço como uma totalidade do desenvolvimento social, desde seus primórdios até os dias atuais, sendo, portanto, a totalidade-conteúdo, a totalidade empiricizada. Parte-se do pressuposto de que a noção de formação social é integrante da evolução de uma determinada sociedade em sua totalidade histórica e concreta, o que evidencia o espaço geográfico como um produto de relações sociais e condição fundamental para o seu desenrolar. Nos trabalhos de Santos (2004) é possível perceber a importância dos conceitos de espaço e território como ferramentas indispensáveis para o reconhecimento teórico e metodológico da Geografia. Sua maior contribuição no processo de renovação da geografia brasileira reside na busca por pensar o espaço a partir da totalidade⁶ (PEDON, 2013). Essa forma de entender o espaço geográfico também impactou a forma de enxergar a sociedade sobre esse espaço. Sendo ele um produto histórico determinado pela ação da sociedade, era preciso entender que sociedade constrói qual espaço geográfico. A ascensão dos movimentos sociais que se observou no Brasil ao final da década de 1970 trouxe à Geografia a possibilidade de avaliar a ação direta da sociedade sobre o espaço, a fim de construir alternativas àquela colocada pelo Estado ditatorial. O interesse pelo estudo dos diferentes

⁶ O autor que esclareceu a concepção de totalidade na obra marxiana foi Lukács. Depois de criticar a concepção de totalidade tal como pensa a filosofia burguesa (bem como a sua adulteração pelo fascismo) ele escreve: “A verdadeira totalidade, a totalidade do materialismo dialético, [...] é uma unidade concreta de forças opostas em luta recíproca; isto significa que, sem causalidade, nenhuma totalidade viva é possível e que, ademais, cada totalidade é relativa; significa que, quer em face de um nível mais alto, quer em face de um nível mais baixo, ela resulta de totalidades subordinadas e, por seu turno, é função de uma totalidade e de uma ordem superiores; segue-se, pois, que esta função é igualmente relativa e mutável, mesmo historicamente: ela pode esgotar-se e destruir-se – seu caráter de totalidade subsiste apenas no marco de circunstâncias históricas determinadas e concretas (LUCÁKS, 2007 apud NETTO, 2011, p. 58)

movimentos sociais nascentes foi quase natural para a Geografia, que se questionava e buscava se renovar naquele momento.

Santos (2011) nos oferece uma sistematização que busca apontar a evolução dos diferentes trabalhos que a Geografia Brasileira realizou sobre os movimentos sociais a partir daquele período. O autor os divide em três tendências analíticas principais. A primeira delas é a *Geografia da organização dos movimentos sociais*, identificada por trabalhos que abordam, de forma descritiva, as formas de organização dos movimentos sociais e o mapeamento de suas estruturas ou a “configuração espacial” desses. São estudos orientados por distintas matrizes teóricas sobre o espaço e sobre os movimentos sociais, o que lhes conferiu múltiplos e diversos enfoques, além de contribuições para a consolidação da temática na Geografia. O espaço é afirmado nesse grupo de estudos, e a Geografia, por conseguinte, a partir da investigação das conexões existentes entre os aspectos gerais em torno da luta social e as esferas do Estado. Remetem-se geralmente às referências espaciais semelhantes aos recortes político-administrativos estatais e são apresentados em relação às estruturas organizativas e agendas mobilizadoras dos movimentos sociais, com realce das interlocuções existentes ou possíveis. Essa tendência evidencia os termos da configuração espacial em recortes compreendidos como construções escalares que vão, em termos de abrangência territorial, da menor (o local, o bairro) à maior (a escala internacional e/ou mundial) em suas espacialidades. A espacialidade dos movimentos sociais que aqui é submetida à configuração espacial político-administrativa do Estado, quando não é a própria, proporciona um empobrecimento teórico do debate:

De um lado tem-se a condição de movimento social atribuída (ou reconhecida), via de regra, apenas àquelas iniciativas/organizações coletivas que em sua constituição estabelecem algum tipo de mediação com o aparelho do Estado, com conseqüentes rebatimentos passíveis de observação/descrição por uma geografia que valoriza as empirias e as materialidades espaciais [...]. De outro lado a valorização das empirias e permanências na própria concepção de espaço que orienta tais construções aprisiona a configuração espacial em recortes pré-concebidos – urbano, rural, local, regional, nacional, internacional. Nesses casos, a espacialidade só existiria se pudesse ser “enquadrada” – analítica, mas também empiricamente, posto que há de respeitar o primado da observação e da descrição nesta tendência (SANTOS, 2011, p. 30)

Esses trabalhos não excluem desenvolvimentos teóricos-analíticos na direção de uma conceituação do espaço social e de suas contradições como motor da configuração dos movimentos sociais. A crítica que o autor faz se deve à dimensão da política que

se restringe apenas ao jogo institucional de representação e exercício do poder. A espacialidade dos movimentos sociais só existiria onde pudesse se encaixar analítica e empiricamente na prévia configuração dos recortes estudados. Os resultados desenvolvidos por essas pesquisas, em geral, descreveram a organização dos movimentos sociais, cujo foco foi a construção de núcleos de base e entidades federativas, podendo ser divididos em:

estudos “estritamente descritivos”, do ponto de vista geográfico, que recorrem a teorizações das Ciências Sociais mais que da Geografia; e estudos que tem na descrição das formas organizativas dos movimentos o seu eixo central, mas buscam uma articulação conceitual entre espaço e movimentos sociais, estes sendo apresentados como reveladores do sistema capitalista. (SANTOS, 2011, p. 31)

Outra tendência verificada abarca o que Santos (2011) denominou de *Geografia das lutas sociais*, que trabalha as formas de “materialização” das lutas e dos conflitos sociais no espaço como expressão concreta de contradições sociais. São estudos que tem os movimentos sociais como motivadores, porém não como objeto em si, sem referência direta às suas organizações e ações coletivas, mas que busca o entendimento das espacialidades dos conflitos e das lutas sociais. Segundo esse autor, a Geografia produzida por essa tendência, pretende, por meio do comprometimento político de transformação social demonstrado pelos seus autores, desvendar e conscientizar sobre a ocorrência das lutas sociais em desenvolvimento no país. A tendência não tem como centralidade as espacialidades dos movimentos, mas visa desvendar as máscaras sociais que camuflam a concentração de renda, a violência como estratégia de reprodução do capitalismo, expondo as contradições e as formas dos conflitos de classe materializadas no espaço. Aqui o arranjo espacial é reflexo e, ao mesmo tempo, expressão e dimensão dessas relações, possibilitando assim o enlace entre os elementos do arranjo espacial com a totalidade social. Esses elementos seriam a distribuição e concentração pelo território nacional dos confrontos; dos assentamentos; das ocorrências de mortes; das revoltas; da subordinação de indígenas, posseiros, camponeses, peões, sem-terras e bóias-frias contra as grandes obras promovidas pelo Estado em parceria ou não com a iniciativa privada.

A matriz de pensamento dos autores dessa tendência, tributária das tradições políticas marxistas, têm no partido e no Estado suas principais referências, o que vai ser ampliado quando se passa a enxergar os movimentos sociais como expressões das

contradições do capitalismo e agentes capazes de gerar transformação das relações de poder quando organizados e articulados entre si.

Esta 'utilidade' da Geografia, partindo de que ela serve tanto à dominação quanto à emancipação social, é que vai colocar a temática da luta política no centro das atenções dessa corrente (SANTOS, 2011, p. 44).

Serão explicitadas por meio desses estudos as expressões espaciais das relações e conflitos da sociedade mediada pelo capital e pelo conflito entre as classes sociais. Esses trabalhos buscam espacializar as formas das lutas e a dimensão de evidência dos conflitos, afirmar o debate sobre o espaço à luz da teoria social, considerando-o produto do processo de produção capitalista, pleno de contradições que mobilizam a criação dos movimentos sociais. Esses estudos estão em sintonia com a tradição marxista, propõem que as ações dos movimentos sociais se apresentem como a expressão da luta contra o capitalismo “ainda que, na maioria das vezes, sem aprofundamentos ou discussões teóricas acerca do próprio conceito de movimentos sociais” (SANTOS, 2011, p. 26), em que o espaço é uma instância do social no qual serão grafadas as lutas. São trabalhos que fizeram parte de um projeto político, teórico e epistemológico para a Geografia.

Dessa expressão é exemplar a obra de Oliveira (1994) que, no seu conjunto, tornou-se o principal autor da Geografia Agrária brasileira e introduziu nesse campo do conhecimento o comprometimento do trabalho científico com a transformação da realidade. O autor introduziu na Geografia brasileira os conceitos básicos do materialismo histórico e dialético, contribuindo para o questionamento dos fundamentos da Geografia Agrária que vinha sendo realizada até ali. Os temas como conflitos por terra e movimentos sociais foram sempre presentes em sua obra a partir de então. Remetendo-se diretamente à obra de Marx, Oliveira (1994) viu no campesinato um futuro diferente daquele previsto pelas principais correntes de pensamento à esquerda no Brasil à época, que defendiam por um lado o avanço das relações capitalistas de trabalho sobre o campo buscando eliminar uma suposta condição feudal aqui existente; e por outro, aqueles autores que previam o fim do campesinato por meio da diferenciação desse segmento de produtores por dentro do capitalismo agrário. (BOMBARDI, 2007)

Nesse âmbito, o autor constrói uma terceira corrente de pensamento sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo, assentada no pensamento dialético,

considerando que esse desenvolvimento se dá de forma desigual e combinada, e o campesinato no meio desse processo se organiza e resiste ao avanço do capital sobre seus territórios. O autor propõe conceitos como “monopolização do território pelo capital” e “territorialização do capital”:

Ele nos ensina que a territorialização do capital é o processo pelo qual o capital se instala na agricultura e, mediante o controle da terra, seja por meio da compra ou do arrendamento, bem como da contratação de trabalhadores assalariados, realiza a sua produção (PAULINO, 2007)

Para o autor o agronegócio⁷ é a nova versão do latifúndio, que leva a exploração da renda da terra e do trabalho às últimas consequências, semeando a degradação ambiental e a exclusão social dos camponeses, quando impede que esses ocupem parcelas de terra para o trabalho familiar ou ainda quando os submetem a vender sua força de trabalho num ambiente rural dominado pela modernização tecnológica e ausente de pessoas. Isso leva ao outro conceito que o autor cunhou:

O capital monopoliza as frações do território dominadas pelos camponeses para se apropriar da renda da terra gerada pelo trabalho familiar, e que está contida nos produtos que os camponeses necessitam colocar no mercado. Isso acontece tanto nos casos em que a produção camponesa se constitui em matéria prima para a indústria quanto quando o destino da produção camponesa é o consumidor final, em que ocorre a intermediação do capital comercial. (PAULINO, 2007, p. 345)

Oliveira (1994) produz uma teoria geográfica alinhada ao marxismo que se empenha em analisar as experiências de lutas sociais que tinham o campo como lócus de existência. Suas interpretações partiram de uma visão geral do desenvolvimento das relações de produção capitalistas sobre o espaço rural e suas consequências para a existência camponesa (PEDON, 2013). Suas formulações levam a um complexo quadro explicativo sobre os processos espaciais que, a serviço da classe hegemônica, sujeita os trabalhadores ante os modernos mecanismos de acumulação de capital.

Outro geógrafo que buscou na teoria crítica os elementos para a produção de uma geografia engajada com as questões sociais foi Moreira (2013). A novidade de seu trabalho publicado em 1985 foi buscar estabelecer uma Geografia do movimento operário, levando em consideração a relação campo-cidade tanto entre as classes

⁷ Agronegócio é um termo derivado de outro em inglês denominado *agro bussines* que define as atividades agrícolas cuja produção é voltada para atender as necessidades do setor industrial, desde a produção das suas matérias-primas até o consumo de insumos industriais na produção rural. A regulação de preços dos produtos agrícolas produzidos pelo agronegócio a partir do mercado internacional é outra de suas características. Ver Graziano da Silva (1998)

dominantes quanto entre a classe trabalhadora de cada um desses espaços. A subordinação do campo em relação à cidade como estratégia para a acumulação primitiva por parte das classes dominantes (agrária e urbana) é debatida pelo autor, de forma a revelar as contradições nesse processo. A aliança campo-cidade é, ao mesmo tempo, instrumento que reforça o desenvolvimento desigual, quando as elites agrárias e urbanas se unem por um objetivo comum, qual seja, o acúmulo de capitais e ampliação da renda da terra; e expressa a resistência dos trabalhadores, operários e camponeses, unidos buscando conquistar e pressionar pelo acesso aos seus direitos. Para a compreensão da espacialidade derivada dos distintos momentos históricos, o autor propõe o entendimento das etapas históricas da formação espacial brasileira em analogia ao caso clássico descrito por Marx (1867/2013):

Enquanto questão para o capital [...] a relação cidade-campo é o plano geral das alianças a partir do qual a burguesia pratica seus estratagemas espaciais com o intuito de ordenar sua hegemonia de conjunto. [...] a burguesia serve-se das estruturas espaciais para operar o deslocamento das contradições dominante-dominados e intradominantes dos centros de sua ocorrência para terrenos onde as possa controlar e diluir. Vimos que os aparatos do Estado, eles mesmos uma estrutura espacial (arranjo espacial jurídico político), são os instrumentos dessa prática. (MOREIRA, 2013)

Seu estudo representou uma novidade na Geografia Brasileira por trazer pela primeira vez o debate da subordinação da atividade agrícola pelos setores urbanos, de maneira a viabilizar a reprodução hegemônica da classe dominante (PEDON, 2013).

A última tendência no estudo dos movimentos sociais proposta por Santos (2011) é a das *Geo-grafias dos movimentos sociais: proposições de categorias no debate Geografia & Movimentos Sociais*, tendência recente que possui um duplo percurso analítico: o esforço por proposições de categorias analíticas de leitura dos movimentos sociais a partir do arcabouço conceitual da Geografia contemporânea, tendo o espaço como objeto e enquanto base do método de um lado; e a proposição de movimento social enquanto categoria de pensamento na Geografia, quando então esse deixa de ser objeto e passa a ser um instrumento analítico para o desvendamento de novas espacialidades e territorialidades, um portador latente de novas ordens espaciais que por meio de suas ações se tornam patentes na espacialização da sociedade. “Essa tendência é uma extensão do projeto político e acadêmico de produção da ciência geográfica comprometida com a transformação social” (SANTOS, 2011, p. 53).

São trabalhos que, realizando a releitura crítica dos grandes discursos utópicos totalizadores, visam construir categorias a partir de experiências que tenham vínculos estreitos com a realidade concreta. O movimento social aparece como o portador da experiência objetiva da atuação em torno da transformação da realidade. A centralidade do debate sobre as territorialidades é destacada tendo em vista que elas afirmam a fluidez e a transitoriedade do território, e serão aquelas promovidas pelos movimentos sociais as mais privilegiadas por esses estudos.

Fernandes (2013) traz uma grande contribuição ao estudo dos movimentos sociais como categoria de análise geográfica. Sua extensa obra, que acumula mais de 20 anos de estudos⁸ sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra apresenta importantes contribuições conceituais para a Geografia. A espacialização e a territorialização aparecem na obra do autor como processos e práticas espaciais que emergem com a criação e recriação de experiências de luta. “Ele busca avançar na utilização de um conceito de espaço que é constituído por (e, ao mesmo tempo, constituintes das) experiências sociais e, portanto, pensado enquanto diversidade de configurações e diversidade de experiências” (SANTOS, 2011, p. 55). As experiências espaciais proporcionadas pela ocupação de terras, pelo assentamento, pelos atos em torno da luta pela terra são resultados da criação e recriação da luta e da própria forma de luta. Suas espacializações serão assim (re)criações dos movimentos nos lugares e seus conteúdos socioespaciais refletem a organização desses e, conseqüentemente, a sua (re)criação. A espacialização “(...) é compreendida pelo processo de produção e criação de espaços de luta para conquistar a terra” (FERNANDES; SILVA, 2005 apud SANTOS, 2011, p. 56).

Santos (2011) destaca na obra de Fernandes quatro movimentos analíticos essenciais para o entendimento da Geografia dos Movimentos Sociais: o *binômio espacialização/territorialização*, processos e ações estruturantes da análise espacial dos movimentos de luta pela terra; a ideia de *movimentos socioterritoriais*, que são aqueles que tem o “espaço como trunfo”; sua análise da socialização política enquanto

⁸ O autor organiza o extenso *Banco de Dados da Luta pela Terra* (DataLuta), desenvolvido pelo *Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária* (NERA), seu grupo de estudo fundado em 1998. O DataLuta possui três versões que são o DataLuta Brasil, DataLuta MST e DataLuta Pontal do Paranapanema, onde se pode acompanhar o desenvolvimento dos conflitos agrários pelo país e cuja contribuição de diversas assessorias dos movimentos sociais e convênios firmados com outros parceiros – destaque para a CPT e a Clasco – permitem interlocuções escalares (local, regional, nacional e internacional) que aprofundam a análise e condicionam seus distintos âmbitos espaciais. O DataLuta sistematiza dados relativos a ocupações de terra, acampamentos e assentamentos rurais e a violência na e contra a luta pela terra no Brasil. (SANTOS, 2011).

experiência socioespacial e; a análise de práticas e estratégias espaciais por parte dos movimentos que condicionam as diferentes experiências espaciais do fazer político.

De acordo com Santos (2011, p. 55),

[a] espacialização e a territorialização da luta pela terra são apresentadas por Fernandes como, a um só tempo, processos e práticas espaciais. Elas emergem, enquanto fatos espaciais, com “criação e recriação de experiências” de luta. Ele busca avançar na utilização de um conceito de espaço que é constituído por (e ao mesmo constituinte das) experiências sociais e, portanto, pensando enquanto diversidade de configurações e diversidade de experiências – ambas são assim, resultado de lutas pela criação e recriação da luta e as próprias formas de luta.

Nesse sentido todas as práticas e conquistas em torno da luta pela terra são uma experiência espacial criada e recriada a partir de variados referenciais e que estabelecem a (re)criação do movimento a partir dos conteúdos socioespaciais e particulares de sua organização nos lugares tornados territórios.

A questão central desse debate não versa sobre a ocorrência do movimento social no espaço urbano ou rural, mas a qualidade que assume o espaço para esses movimentos. Um movimento social somente existe numa perspectiva de classe, inserido numa totalidade que envolve um conjunto de práticas concretas. A sua existência depende da capacidade dos atores envolvidos em questionar e contrapor os interesses que os mantém subordinados e excluídos dos processos decisórios. É por meio da auto definição do movimento social, de sua singularização diante de um quadro de desigualdade fundamentado no antagonismo que se dá a contraposição (PEDON, 2009).

Ao analisar as tendências aqui expostas, Santos (2011) conclui que a aproximação da Geografia à temática dos movimentos sociais produziu estudos de geografia crítica com grande influência marxista, os quais privilegiaram, inicialmente, os movimentos sociais urbanos, de caráter marcadamente empiricista, com referenciais teóricos, em grande parte, de origem estrangeira e de outras áreas do conhecimento, expressos atualmente por meio de estudos propriamente geográficos que dão ênfase aos movimentos sociais rurais. Essa reorientação dos estudos geográficos ocorreu em virtude do aumento das organizações políticas no campo, com destaque para o

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A organização de tais movimentos se reflete na teoria produzida pela última tendência abordada pelo autor.

Ao longo desse trabalho estão presentes contribuições de alguns dos autores acima destacados para interpretar a realidade que delimitamos para estudo, em especial aquelas que interpretaram os movimentos sociais como categorias possíveis da disciplina geográfica.

1.1.1. Movimentos sociais como categoria geográfica: uma forma de compreender o espaço e o território

A inserção dos movimentos sociais no debate geográfico a partir da década de 1980 possibilitou uma valorização mais ampla do espaço, identificando as experiências de luta contra as forças do capitalismo monopolista na ação seletiva do Estado contra a sociedade. O espaço ganhou assim uma dimensão fundamental no quadro geral dos conflitos da sociedade dividida em classes. Por elevar o espaço a uma nova concepção analítica, os movimentos sociais, como objeto de estudo dos geógrafos, alcançaram o status de categoria geográfica, sendo entendidos como produtores de um tipo de espaço particular. O território foi outra categoria que se buscou compreender a partir da ação dos movimentos sociais no espaço.

Espaço e território não são sinônimos, embora sejam categorias que se complementam quando nos propomos a verificar a organização do homem sobre a superfície do planeta. São dois níveis diferentes da organização socioespacial (SAQUET, 2009). O território é uma categoria analítica da geografia que vem sendo amplamente utilizada nas ciências que se ocupam dos processos de produção do espaço (FERNANDES, 2009). A realidade, cada vez mais complexa e heterogênea, apresenta o território como um conceito que amplia as condições para a leitura do real. “O estudo, a partir da abordagem territorial, permite particularizar o que é singular no espaço sem, no entanto, perder a noção das múltiplas relações de poder que o constitui” (CANDIOTTO; SANTOS, 2009, p. 315).

Na perspectiva geográfica o território possui um significado vinculado à projeção espacial do poder, diferente da visão estatal-governamental que o vê como um instrumental estratégico e normativo para a intervenção de suas agências, programas e ministérios. Atualmente, no entanto, o território é entendido para além de suas

possibilidades políticas administrativas, como espaço efetivamente ocupado pela sociedade e suas instituições e organizações. Ao usar o espaço, a sociedade produz o território numa relação entre essa unidade e o espaço. No campo analítico, o espaço possui um significado amplo e complexo, se constituindo numa das referências fundadoras da Geografia. O território, na qualidade de unidade específica, pode ser considerado como o espaço usado pela sociedade do ponto de vista da apreensão intelectual (como conceito de análise) ou ainda uma expressão concreta das ações humanas (PEDON, 2013). O espaço “está em relação, através de mediadores (trabalho e técnicas), com o território, e este contém o espaço já modelado” (SAQUET, 2009, p. 80).

Para Fernandes (2013) o espaço é uma representação fracionada da totalidade, concebida por uma relação social e que exige uma intencionalidade ou forma de compreensão unidimensional a seu respeito, limitadora de suas qualidades. “Desse modo, apresentam o espaço político somente como político, o espaço econômico somente como econômico e o espaço cultural somente como cultural. Essa compreensão se efetiva, ainda que os espaços políticos, econômicos e culturais sejam multidimensionais e completivos do espaço geográfico” (FERNANDES, 2013, p. 286). A intencionalidade atribuída ao espaço é o que define sua identidade. Cabe assinalar que, apesar de aparecer como sua totalidade, em verdade, é apenas mais um aspecto dela, trata-se de uma leitura parcial do espaço. A totalidade espacial é, portanto uma *multidimensionalidade* restringida pela *intencionalidade* que se quer atribuir ao espaço.

O espaço geográfico, como parte da realidade, é multidimensional e Fernandes (2013) o define como uma composicionalidade “ou seja, compreende e só pode ser compreendido em todas as dimensões que o compõem” (FERNANDES, 2013, p. 283), o que faz do espaço produto e produção, movimento e fixidez, processo e resultado, lugar de onde se parte e aonde se chega, sendo assim, também, uma completitude, um todo que não deixa de ser parte. Para Candiottto; Santos (2009), o espaço é o substrato das ações da sociedade e o território pressupõe as relações de poder que determinam a apropriação e produção do espaço geográfico, sendo através dele que se dão as relações políticas, econômicas e culturais.

O território é outra categoria importante nos estudos da Geografia e, em especial, na Geografia dos movimentos sociais. Podemos afirmar que o território é associado a uma demarcação espacial realizada por meio do desenvolvimento de relações de poder que se contrapõem ali, sua delimitação se vincula às relações de poder. O espaço é o ponto de partida para a reflexão sobre o território. Para Santos (2006, p. 61) “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Esses sistemas de ações influem sobre os objetos, dando-lhes sentidos que não estão livres das projeções sociais, contendo, dessa maneira, variadas intencionalidades. São visões de mundo que se constituem em identidades diferenciadas e que possibilitam a construção de leituras parciais do espaço que são apresentadas como a própria totalidade (PEDON, 2013).

Numa outra concepção Quaini (1974, apud SAQUET, 2009) entende o território como área de localização, compreendendo-o, também, como produto social historicamente construído, considerando suas dimensões econômica, política e cultural. O território deve ser também apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e com suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc.) em que o Estado desempenha a função de regulação (OLIVEIRA, 1999 apud CLEPS JÚNIOR, 2010). “O território é uma construção coletiva e multidimensional” (SAQUET, 2009, p. 81). Dessa forma, o território se torna produto concreto da luta de classes e o processo contínuo e contraditório do desenvolvimento das forças produtivas é que dá a configuração histórica específica ao território. “O espaço e o território não podem ser dissociados, pois enquanto o primeiro se faz necessário para demarcar a existência do segundo, este último por sua vez é a condição para que o espaço se humanize” (MEDEIROS, 2009, p. 217). Fernandes (2013, p. 285) corrobora com tal perspectiva de análise ao assinalar:

São as relações sociais que transformam o espaço em território e vice e versa, sendo o espaço um a priori e o território um a posteriori. O espaço é perene e o território é intermitente. Da mesma forma que o espaço e o território são fundamentais para a realização das relações sociais, estas produzem continuamente espaços e territórios de formas contraditórias, solidárias e conflitivas. Esses vínculos são indissociáveis.

As interpretações teóricas acerca dos movimentos sociais na Geografia centram-se na busca da sua espacialidade/territorialidade desses. É uma tentativa de identificar uma dimensão espacial inerente aos movimentos sociais e se diferencia na medida que alguns autores buscam situá-la no âmbito do processo global de construção do espaço geográfico e de suas condições inerentes, enquanto outros dão maior destaque para a autonomia presente no processo de conquista dos territórios. Utilizamos aqui o conceito de movimento social tal como Pedon (2013) o sugere, sendo esse:

[...] um tipo de mobilização coletiva de caráter perene, organizada e que realiza, por meio de suas ações, uma crítica aos fundamentos da sociedade atual, baseada nos processos de acumulação da riqueza e concentração do poder manifestados na forma do território. Esses processos têm como resultado a exclusão e a subordinação das classes populares. (PEDON, 2013, p. 11)

Sua proposta de conceituação baseia-se na formulação e emprego dos conceitos de *movimentos socioespaciais* e *movimentos socioterritoriais*. Fernandes (2013), ao aprofundar a discussão em torno desses dois conceitos fundamentais para o entendimento do caráter espacial dos movimentos sociais, faz um resgate dos principais teóricos da Geografia e seus debates acerca do espaço e do território. Para tanto, toma como referência os estudos desenvolvidos pelo Núcleo de Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) para fundamentar sua teoria. Fernandes (2013) afirma que espaço e território são conceitos centrais para se entender as dinâmicas de movimentos socioespaciais e socioterritoriais. “As formas de organização, as relações e as ações acontecem no espaço. Elas se realizam no espaço geográfico e em todas as suas dimensões: social, político, econômico, ambiental, cultural, etc” (FERNANDES, 2013, p. 290). Para realizar sua análise geográfica dos movimentos sociais o autor afirma que é fundamental compreender os espaços e territórios produzidos ou construídos pelos movimentos por se materializarem concretamente na realidade em lugares e espaços diversos e múltiplos, sendo possível mapeá-los de forma variada. Assim, mesmo movimentos socioterritoriais são também movimentos socioespaciais, uma vez que o território é constituído a partir do espaço.

Movimentos sociais podem ser reivindicatórios ou contestatórios e sua característica definidora se dá pelo conjunto de relações tidas em oposição. Nessa direção, cumpre lembrar:

As ações, sejam elas construídas pelos dominantes ou dominados, não são neutras e inserem-se no espaço geográfico, constituindo-o. De forma que a manutenção, reformulação ou transformação das relações sociais inscreve-se no processo de produção do espaço (RAMOS FILHO, 2013, p. 99).

São movimentos socioespaciais quando se inscrevem em estruturas espaciais já existentes sem que haja necessariamente o seu questionamento. Pedon (2013, p.149) cita os sindicatos como um exemplo de movimento socioespacial “que tem nas relações de trabalho seu alvo de politização e uma inscrição no espaço que, de acordo com a legislação brasileira, se dá em bases municipais”. São manifestações políticas que não possuem uma natureza territorial, pois apenas o usa como veículo de transmissão de suas reivindicações. Ocupam o espaço na medida em que esse lhes oferece condições de apresentar a sociedade as pautas e as lutas que estão sendo desenvolvidas pelas categorias organizadas nesse tipo de movimento. Nesse sentido, Ramos Filho (2013. p. 98) ressalta:

É no processo de identificação de um determinado, ou de determinados conjuntos de problemas antagônicos que os sujeitos no movimento do fazer histórico buscam a construção de possibilidades e condições materiais para a superação daqueles e a transformação de suas realidades. Esse movimento pode desembocar em manifestações coletivas, compreendidas como todo modo de agrupamentos com uma finalidade específica de obter respostas respectivas demandas.

Nesse processo podem surgir formas organizativas coletivas exigindo de seus integrantes a elaboração de uma matriz discursiva, retenção de referenciais teóricos e a delimitação de estratégias e um programa de ação, conjunto de ações que pode produzir transformações no conjunto de relações de determinada estrutura da sociedade (RAMOS FILHO, 2013).

Os movimentos sociais, ao ocuparem um determinado espaço, podem, e geralmente fazem, dele o seu território. O que os diferencia é a intenção em relação a essa unidade do espaço e o que vai determinar a sua característica socioespacial ou socioterritorial. Fernandes (2013) os classifica em movimentos socioespaciais e socioterritoriais afirmando que o que os diferencia são as propostas de cada organização para a superação dos conflitos vividos por cada uma delas. Esse é um conceito amplo, posto envolve as diferentes dimensões do espaço geográfico.

Movimentos socioespaciais são aquelas organizações que se utilizam do espaço e do território para apresentar as suas reivindicações. Não fazem a reivindicação do território em si, pois não existem a partir dele. Segundo Fernandes (2013, p. 293):

Sua configuração como território refere-se às dimensões de poder e controle social que lhes são inerentes. Todavia, as imaterialidades representadas pelas intencionalidades defendidas não se materializam como território próprio, mas como território dos movimentos socioterritoriais que elas defendem. Assim sendo, o conceito de território vincula-se ao conceito de espaço geográfico, seus elementos naturais e relações sociais. Elemento fundamental do território e do espaço geográfico é a materialização da existência humana. (FERNANDES, 2013, p. 293)

Defender uma ou outra intencionalidade não confere, portanto um caráter socioterritorial a um movimento social, pois é preciso que esse expresse alguma materialidade em relação ao território onde se faz a luta. São de maneira geral movimentos compostos por organizações não governamentais que atuam como mediadores que afirmam ou questionam os movimentos socioterritoriais.

Podem ser considerados movimentos socioterritoriais, por sua vez, aqueles movimentos que tenham a ocupação do espaço e a sua permanência ali como estratégia de resistência, configurando uma lógica de expropriação de propriedade e questionamento da ordem jurídica dessa. Nos termos de Pedon (2013, p. 149)

Esse fato decorre do questionamento que a ocupação impõe, no nível local, a uma ordem estabelecida por processos que estão organicamente vinculados ao desenvolvimento mais amplo do território do capital. A ocupação corresponde a um conjunto de práticas sociais que constroem e estruturam o movimento socioterritorial. A ocupação é, portanto, uma prática definidora do movimento socioterritorial.

Outra característica importante desse tipo de movimento é a sua abrangência distributiva pelo país. Movimentos socioterritoriais formam organizações cuja escala ultrapassa o local, levando suas lutas pelos diversos territórios espalhados pelo país.

Debatendo a presença de movimentos socioterritoriais no campo brasileiro Fernandes (2013) afirma que as ocupações de terra agrupam famílias vindas de diversas partes do país, o que rompe com o localismo e seus respectivos interesses de refrear a luta de trabalhadores organizados. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, um exemplo de movimento socioterritorial, é uma organização que se encontra espacializada e territorializada pelo país, combinando a ação local com um direcionamento tomado nacionalmente.

O trabalho de Fernandes (2013) é analítico e afirmativo de um caráter político transformador. O movimento concreto da ação de espacialização da luta pela terra é a principal forma de transformação da realidade da estrutura fundiária brasileira,

considerando que, no Brasil, é somente por meio da conflitualidade – promovida pelas ocupações de terra e de prédios públicos, pelos acampamentos de beira de estrada, pela evidência dos conflitos entre sem terras e jagunços, pela disputa dos espaços de formação institucionais – que o Estado se manifesta no sentido de promover ações paliativas pela reforma agrária que diminuam conflitos.

A conflitualidade é concebida como um conjunto de conflitos que constitui um processo gerador e indissociável do desenvolvimento. Também compreende diferentes tipos de violência, que formam um obstáculo ao desenvolvimento, desarticulando os conflitos por meio do controle social. Gerada nos processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização do campesinato, do agronegócio e do latifúndio, a conflitualidade desencadeia conflitos como a luta pela terra e, também, diversos tipos de violência. (GIRARDI; FERNANDES, 2009, p. 339).

Os autores diferenciam conflito e violência. O conflito é uma reação ao avanço do controle do capital sobre formas pretéritas de vida e produção. O ato de resistir à violência capitalista, evidenciando suas contradições e propondo novas possibilidades de tratamento às questões que o capital precisa hegemonizar é o que se entende por conflitualidade.

O MST é hoje o principal protagonista no Brasil do processo de recriação camponesa ao realizar ocupações e conquistar assentamentos rurais, tendo a reforma agrária como seu horizonte e, assim, se territorializando pelo país.

Sua forma por excelência de pressionar o Estado pela execução da reforma agrária – ou da política de assentamentos rurais, um termo mais adequado para o que se observa da parte do Estado para o campo brasileiro referente à questão – são as ocupações de terra e acampamentos em propriedades improdutivas. Como elemento central definidor da característica socioterritorial de um movimento social, as ocupações evidenciam uma contradição fundamental encontrada no capitalismo, qual seja, a separação dos meios de produção do produtor. A terra enquanto meio de produção expropriado do camponês pelo capitalista rentista não está a disposição dos trabalhadores para a reprodução de seus modos de vida, causando assim problemas de ordem social e econômica, além do agravamento das condições precárias de sobrevivência em áreas urbanas, concentradoras de contingentes populacionais muitas vezes excluídos de qualquer possibilidade de participação no mercado de trabalho formal oferecidos pelas cidades e transformados em cidadãos “sobrantes” nos termos de Valadão (1999).

1.1.2. As ocupações e a forma acampamento

Ocupar uma propriedade que não cumpre a sua função social⁹ determinada pela Constituição Federal é questionar essa separação e tencionar no sentido de promover outras possibilidades de uso da terra. Sigaud (2009) afirma que a ocupação de terras e montagem ali de acampamentos de sem-terras tornou-se a forma apropriada de reivindicação pela reforma agrária no Brasil, dessa prática se valendo diversos movimentos como sindicatos e demais organizações do campo. O Estado brasileiro confere legitimidade à pretensão dos movimentos sociais quando desapropria fazendas ocupadas e redistribui as terras entre os acampados.

A Cartilha de Direito Humanos, editada pelo MST, intitulada “A Ocupação, a Lei e a Justiça” afirma que a “ocupação é uma manifestação política dos trabalhadores que se concretiza na entrada, em um imóvel rural, para pressionar o governo a desapropriar a área e assentar famílias sem-terra, sendo o proprietário indenizado” enquanto que “a invasão é uma ação desenvolvida por alguém que toma para si pela força, parte ou totalidade de um uma área que não lhe pertence” (CEPATEC/INDH, 2006). Assim as ocupações são consideradas um direito de manifestação dos seus ocupantes e não um “esbulho possessório”, tal como é interpretado, de forma recorrente, pelo poder judiciário.

A ocupação de terras não é fato novo na história brasileira e ocorreu em momentos anteriores à ditadura civil-militar, não tendo, no entanto, se transformado na forma adequada para reivindicar a desapropriação de terras naquele período histórico. Geralmente deriva da ocupação um acampamento, cuja principal característica é a transitoriedade e no qual as práticas sociais criam um domínio dos movimentos sociais inseridos no território da propriedade fundiária absoluta. Sua população apresenta grande mobilidade, migrando para as cidades ou para outros acampamentos (IHA, 2005). A forma acampamento naquele período se constituía apenas como instrumento provisório de pressão junto ao governo para fins de reforma agrária.

⁹ A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 186, estabelece a legitimidade da desapropriação da terra mediante o não cumprimento da função social da propriedade, que se caracteriza pela improdutividade da terra e pelo descumprimento dos seus quatro incisos referentes ao aproveitamento correto da terra e da melhor forma; ao uso de todos os recursos da natureza sem destruição do meio ambiente; ao cumprimento das leis que regulam as relações de trabalho entre patrão e empregado e a exploração que favoreça o bem estar dos proprietários e dos trabalhadores.

A partir de 1964 “muitas das terras assim obtidas foram devolvidas aos seus proprietários e os militantes das organizações de trabalhadores rurais tornaram-se alvo da repressão policial e militar” (SIGAUD, 2009, p. 53). A partir da década de 1970, as ocupações com a instalação de acampamentos foram retomadas e se alastraram pelo país. A primeira grande ocupação que marca esse momento ocorreu no período entre 1980 e 1983, no município rio-grandense de Ronda Alta, na Encruzilhada Natalino. O acampamento Natalino permitiu a construção da identidade comum entre os acampados, que se unificaram em torno da reivindicação pela terra no Rio Grande do Sul (ALMEIDA, 2006). Essa experiência serviu a outras que ocorreram posteriormente nos demais estados brasileiros e ajudou a estabelecer as formas organizativas do MST.

É oportuno assinalar, portanto, que a organização dos acampamentos tem relação histórica e vinculação fundamental com a dinâmica de ocupações que assumiram seus contornos no território nacional. De acordo com alguns teóricos da Geografia (SIGAUD, ROSA e MACEDO, 2008; SIGAUD, 2004; ROSA, 2009), as ocupações de latifúndios improdutivos figuram como um dos principais instrumentos utilizados pelo MST na luta pela terra desde sua fundação, ou seja, “a forma mais apropriada de reivindicar junto ao Estado a posse da terra seria por meio das ocupações e consequente formação dos acampamentos.” (BELO; PEDLOWSKI, 2014). Segundo Sigaud (2004), as ocupações são destacadas como uma “forma nova de mobilização” que, ao incluir símbolos e procedimentos novos, difere-se das modalidades de luta adotadas anteriormente.

Nesse sentido, ocupação e acampamentos são recursos estratégicos na luta para a conquista da terra. Ainda de acordo com estudos de Belo e Pedlowski (2014, p. 76),

o acampamento se tornou um locus gerador das pressões sobre o Estado brasileiro no sentido de realizar a desapropriação de terras improdutivas e de promover a territorialização de indivíduos que desejam participar da luta pela reforma agrária.

Esses autores asseveram que a dinâmica de organização da vida no acampamento estabelece novas rotinas que exigem dos acampados assumirem novas formas de se organizar e de viver, uma vez que, “a organização em comissões e núcleos exige do indivíduo uma forma coletiva de vida e organização; assim, experiência de vida coletiva do acampamento seria um elemento da organização do futuro assentamento” (BELO E PEDLOWSKI, 2014, p. 76). Ademais, o acampamento é considerado por

esses teóricos como “um espaço de expressão e organização da política coletiva” (Idem). Nessa direção, o acampamento cumpre também um papel relevante na formação dos acampados no sentido ético ao favorecer a adoção de uma postura coletiva.

Nesses termos, a experiência em acampamentos possibilita aos acampados assumirem novas práticas – participar de assembleias, manifestações, comissões de trabalho, entre outros – que favorecem a ampliação da sua capacidade de organização e luta por direitos considerados fundamentais para sua sobrevivência numa perspectiva de conquista coletiva mediante ação coletiva.

A forma acampamento se estabeleceu no Brasil no período histórico de redemocratização e da emergência de novos movimentos sociais, como uma ação efetiva de pressão pela desapropriação de grandes fazendas (ALMEIDA, 2009). Fernandes (2001) entende a ocupação de terras como um dos aspectos dos processos de desenvolvimento sociopolítico e econômico do MST, conflitante com as políticas promovidas pelo Estado para a resolução do problema em torno da questão da reforma agrária.

O campesinato se insere nesse contexto como classe social que se organiza para reivindicar o acesso à terra, visando a produção de um conjunto de relações que se distanciem, quando possível, de relações de produção capitalistas, privilegiando o trabalho familiar. O protagonismo dos movimentos sociais brasileiros do campo apresenta destaque na formação do campesinato que se estabeleceu no país. O camponês tem a necessidade da terra para assegurar a reprodução da vida e, quando o retiram dela, busca retornar (MARTINS, 1995). É nessa busca pela entrada na terra que acontece a recriação camponesa.

Esse é o quadro geral em que se insere o debate sobre os movimentos sociais na Geografia brasileira. A partir dos apontamentos desses autores, buscamos nos capítulos seguintes, apresentar uma interpretação da questão agrária no Brasil e no Espírito Santo, considerando o papel do Estado para a promoção do paradigma do capitalismo agrário e dos movimentos sociais na luta pela garantia de direitos dos trabalhadores, em especial as mobilizações do MST nacionais e regionais.

CAPITULO II – A GEOGRAFIA DA QUESTÃO AGRÁRIA

Esse capítulo objetiva apresentar um breve panorama histórico das origens da questão agrária brasileira e suas expressões no estado do Espírito Santo, resgatando os processos de ocupação do território e as práticas sociais que influenciaram o surgimento de trabalhadores “sem-terra”¹⁰ pelo país. Num segundo momento trataremos os aspectos da organização da luta pela terra, bem como a questão política que se desenvolveu até a forma da reivindicação pela reforma agrária. Por último trataremos da formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra como movimento social no Brasil e no Espírito Santo.

É preciso antes pontuar que o debate acerca da questão agrária vem sofrendo uma ofensiva nos últimos anos em decorrência do avanço dos modelos da economia capitalista e do paradigma do capitalismo agrário nas ciências humanas. Em um contexto mais amplo pode-se dizer que boa parte das pesquisas realizadas hoje, nos campos da Economia Política e da História Econômica, deixa de lado o paradigma da *questão agrária* por, acima de tudo, não julgarem pertinente que exista mais um conflito de envergadura no meio rural brasileiro. Utiliza-se de um debate em que a agricultura aparece apenas como um setor subsumido à indústria para caracterizar uma nova realidade do campo.

Nosso debate vai numa perspectiva oposta à mencionada. Parte do entendimento de que a realidade agrária brasileira ainda opõe, de um lado, produtores diretos e, de outro, grandes proprietários – ainda que, com as novas configurações do capitalismo contemporâneo, estes grandes proprietários já não sejam os mesmos de outrora – o que evidencia ser o paradigma da questão agrária mais adequado à interpretação crítica dessa realidade, é de fundamental importância para compreender, em uma perspectiva mais ampla, a questão da luta pela terra.

¹⁰ O termo Sem Terra, com letras maiúsculas e sem hífen, é nome próprio e refere-se aos camponeses e trabalhadores rurais organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ou MST. O termo assim redigido contém o debate da identidade a que estão sujeitos os trabalhadores envolvidos na luta pela reforma agrária por meio desse movimento social. Também utilizamos aqui o termo “sem-terra” para designar uma categoria social, os demais trabalhadores despossuídos da propriedade da terra e que não estão ligados à organização do MST. Enquanto o primeiro termo tem conteúdo político e de identidade, o segundo refere-se apenas à condição histórica a que foram entregues milhares de trabalhadores rurais brasileiros ao longo das últimas décadas. Ver mais em BOGO (2000)

Tem-se como premissa o fato de que o Brasil viveu, por aproximadamente 400 anos, em um regime de produção agrário-exportador e que, mesmo depois da Independência da metrópole portuguesa, em 1822, e da Proclamação da República, em 1889, o sentido da acumulação no Brasil não foi plenamente superado. Assim, pode-se falar que “assistimos em nosso país uma virada urbano-industrial que ganha novos contornos a partir de 1930, mas que não se completa. É a industrialização que se faz concomitante à modernização, mas que nunca chega a se completar plenamente” (FALEIROS, et. al., 2012, p. 217-221)¹¹. Nesse sentido, buscando as raízes em nosso passado colonial, e passando pelos distintos momentos históricos do país é que devemos realizar um debate acerca do que seja a questão agrária hoje.

Fernandes (2001, p. 23) afirma ser a questão agrária “o movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores, que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção”, apresentando diferentes características históricas, de acordo com o desenvolvimento dos estágios do capitalismo, cujos problemas se expressam na concentração da propriedade da terra e aos processos de expropriação e exclusão de trabalhadores rurais de suas terras. Stédile (2011, p. 15) nos indica que a questão agrária pode ser entendida por várias perspectivas, definindo-a como: “[...] o conjunto de interpretações e análises da realidade agrária, que procura explicar como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras na sociedade brasileira”. E esse conjunto de interpretações deve estar conectado com um debate acerca da formação social brasileira e do modo de produção dominante, pois é aí que se encontram as raízes da “questão agrária”. Vamos, a partir dessa concepção e com o auxílio desses autores, tentar interpretar o desenvolvimento dessa problemática em nosso contexto estadual.

2.1. As origens da questão agrária brasileira e a formação dos trabalhadores “sobrantes” ou “sem-terras”

¹¹ A idéia de uma ruptura incompleta é objeto de longo debate. Prado Junior (1999, p. 31) nos explica o que talvez seja o fundamento do nosso passado colonial: “Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. [...] O “sentido” da evolução brasileira que é o que estamos aqui indagando, ainda se afirma por aquele caráter inicial da colonização”. Assim, ainda hoje, podemos encontrar elementos desse passado que, mais à frente passaremos a analisar. E a ressonância do passado no presente é o que poder ser caracterizado como “ruptura incompleta”.

A colônia portuguesa que se tornou posteriormente o Brasil surgiu no contexto do avanço do capitalismo mercantil europeu para fora das fronteiras do velho continente. O início da política colonial para o território brasileiro se deu a partir da concessão de capitanias hereditárias pela Coroa Portuguesa a um reduzido número de donatários portugueses, desde que esses fossem capazes de empreender a colonização do território e pudessem produzir mercadorias que possuíssem valor para a economia européia. A cobiça do território colonial por outras nações europeias forçou Portugal a ocupar essas terras pela prática da exploração agrícola extensiva, visando garantir a posse legal dessa parcela do continente americano, o que se deu por todo o século XVI. Essa experiência durou entre 1532 e 1548 e teve na produção açucareira sua principal atividade mercantil. O modelo de exploração da terra consistia no sistema de *plantation* e da exploração do *trabalho escravo*, o que foi a base produtiva do período entre os séculos XV ao XIX. Nestes termos, constata-se um período de quatro séculos de latifúndio no Brasil, marcados pela economia da *grande exploração rural*. A política da metrópole se orientava no sentido de construir na colônia um regime agrário de grandes propriedades (PRADO JÚNIOR, 1999). É certo que, durante todo esse período a agricultura promovida no país privilegiou a produção para exportação e pouco se desenvolveu tecnicamente.

A partir dessa política inicia-se o processo de apropriação de terras indígenas com o apresamento e escravidão dos silvícolas nativos visto que consistia justamente na ocupação dessas terras e na abertura da fazenda como condição para concessão e o emprego do trabalho cativo a base da legitimação da sesmaria (MARTINS, 1995). A conversão dos indígenas a fé católica e seu aldeamento foi outra maneira de territorializar o projeto colonizador e desterritorializar o modo de vida nativo. Os donatários deveriam erguer povoados e vilas que demarcavam os respectivos territórios e contribuíam para a consolidação da política portuguesa para a colônia brasileira. Ficava sob a responsabilidade dos jesuítas e padres franciscanos a administração das populações indígenas aldeadas, que deveriam manter-se assim para ser disposta aos senhores de terras necessitados de mão-de-obra. As dificuldades impostas ao acesso de mão-de-obra indígena pelos senhores de terras levaram à expulsão dos jesuítas dos aldeamentos em 1640, o que facilitou a ação de apresamento dos nativos e de distribuição de suas terras entre homens influentes na vida dos povoados. As formas de uso do território pelos indígenas, com cultivos

itinerantes e de pequena extensão levou aos fazendeiros requerem as terras sob o argumento de não estarem totalmente ocupadas com produção, mesmo que a permanência das florestas e matas fosse condição vital para a permanência do modo de vida dos nativos.

A partir do século XVIII Portugal passou a valorizar a posse efetiva da terra como condição de aquisição por meios legais, buscando assim estimular o desbravamento de novas terras. O Tratado de Madrid de 1750, assinado entre Portugal e Espanha introduziu o direito de uso e posse por parte dessas metrópoles das regiões efetivamente colonizadas e sob domínio espanhol ou português, superando o estabelecido no Tratado de Tordesilhas ainda no século XV dando a Portugal parte da Amazônia e do Centro-Oeste. A proibição da escravidão indígena pela Coroa Portuguesa dificilmente era aceita pelo colonizador que necessitava de mão-de-obra para suas lavouras. O uso da violência contra essas populações levou tribos inteiras ao desaparecimento.

Com o extermínio dos indígenas sob o trabalho forçado e outras atrocidades, além das constantes fugas dessa população restante para o interior da colônia, o negro foi a opção de trabalho para as lavouras de cana de açúcar do país. Além da grande lucratividade que o próprio tráfico gerava para os mercadores de escravos, a escravidão contribuía para a manutenção do trabalho agrícola na grande lavoura, mantendo a produção voltada para exportação, barateando os custos dessa produção, uma vez que no Brasil as relações capitalistas de trabalho ainda não estavam constituídas. O regime de trabalho adotado na grande exploração não permitiu que houvesse a territorialização de unidades de produção de cunho familiar e diversificada. O trabalhador escravo era parcela importante do capital investido pelo fazendeiro na sua produção e não se podia deixar esse trabalhador envolvido com atividades que não fossem o objetivo da fazenda. Em sua crítica sobre a formação econômico-social da era colonial Prado Júnior (1999) destaca um modelo escravista de grande exploração rural, baseado em monoculturas e latifúndios voltados para produção de valores-de-troca no mercado internacional. Sem se preocupar com as questões internas, cria-se uma sociedade de desenvolvimento desigual, dividida entre uma população de escravos e uma minoria de grandes proprietários rurais.

Com a Independência do Brasil, em 1822, a situação agrária não foi alterada e a concentração de terras intensificou-se. A Independência liberou os fazendeiros da burocracia portuguesa, mantendo-se a base produtiva ancorada no trabalho escravo e na disponibilidade de terras. As tentativas da República de modificar a estrutura fundiária sempre foram rechaçadas pela oligarquia agrária¹². A concessão de sesmarias a brancos e deserdados tinha precedência legal sobre o direito de antigos posseiros e cabia ao sesmeiro admitir a presença desses como agregados ou não em suas terras. Assim a multiplicidade de relações passa a caracterizar a hierarquia no campo brasileiro, gerando uma prática de trocas e favores entre os envolvidos. O posseiro e sua família prestavam serviços ao fazendeiro que por sua vez permitia a permanência dos ocupantes em sua propriedade. E nessa condição de “moradores de favor” manteve-se grande parte da população rural reafirmando assim o poder dos senhores de terra sobre o território e sobre as pessoas ali inseridas.

A lei nº 601, ou Lei de Terras institucionaliza da propriedade privada da terra no Brasil como forma de domínio do território. Segundo Stédile (2005) essa lei proporcionou o fundamento jurídico à transformação da terra em mercadoria, em objeto de negócio, passando assim a ter preço – e não valor, já que não é a terra produto do trabalho humano. Com o avanço das forças produtivas na Europa, em virtude principalmente da Revolução Industrial iniciada no século XVIII, o sistema escravista entra em declínio. A Coroa portuguesa sofre pressões inglesas para abolir a escravidão e fomentar o trabalho assalariado na colônia, uma das necessidades primordiais do sistema econômico capitalista que estava se consolidando na Europa. A conjuntura internacional à época apontava o fim certo da escravidão, posto que o tráfico transatlântico de escravos para o Brasil havia sido proibido. A transformação da terra em propriedade privada (adquirível por meio de compra e não mais por concessão de uso da Coroa) foi uma alternativa à iminente libertação dos escravos, o que impossibilitou a reunião do trabalhador em vias de libertação com o seu meio de produção por excelência. “A Lei de Terras auxiliou o governo a identificar terras

¹² Um exemplo disso foi a condenação de José Bonifácio, figura de importância para o processo de Independência do país a sete anos de exílio pelo Imperador após apresentar um projeto agrário que propunha a devolução de terras por sesmeiros que não cumprissem as condições estabelecidas no documento, a saber: ausência de título legal das terras, ausência de estabelecimentos ou de roças após seis anos de posse (LINHARES & SILVA, 1999).

devolutas que poderiam ser utilizadas para estabelecer colônias e gerar receitas fiscais na compra e na venda de terras (FERNANDES et al, 2014, p. 33).

O fim da escravidão em 1888 foi uma medida que possibilitou um caminho de mudanças relevantes na realidade agrícola brasileira. Acreditava-se que em consequência disso o poder latifundiário seria desintegrado a partir da consequente redistribuição da propriedade da terra e da substituição de relações de trabalho servis por relações de trabalho livres. Viu-se, no entanto, “a recomposição do sistema latifundiário, beneficiado com fartos créditos e novos favores” (GUIMARÃES, 1982, p. 62). Tornaram-se livres da escravidão aproximadamente dois milhões de homens e mulheres, trinta e oito anos após o governo central ter aprisionado a terra nos domínios de uma pequena elite agrária latifundiária. Assim, as reformas liberais iniciadas em 1850 no Brasil culminaram na transferência maciça de terras indígenas, camponesas, da Igreja e do Estado (desses dois últimos, em menor escala) para as mãos de particulares, bem como no surgimento de uma ampla camada de trabalhadores rurais despossuídos e que se viram obrigados a aceitar sua vinculação à terra de latifundiários, através de arrendamento, endividamento e outras formas de subordinação (LINHARES & SILVA, 1999). Aos que não se subjugaram às novas condições restou o êxodo para as cidades em busca de trabalho que pudesse garantir o sustento, o que ocorreu à grande maioria dos ex-escravos.

Com essas medidas o modelo agroexportador baseado na *plantation* se esgota. Com a falta de trabalhadores para a agricultura a Monarquia busca estimular a vinda de imigrantes da Europa para a substituição da mão-de-obra escrava – em geral camponeses expulsos de suas terras pelo avanço do capitalismo industrial naquele continente – no trabalho nas lavouras do país. “Entre 1875 e a eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914 [...], vieram para o Brasil mais de 1,6 milhões de camponeses do Velho Mundo” (STÉDILE, 2011, p.17).

O período republicano iniciado a partir de 1889 trouxe esperanças de transformações na estrutura agrária brasileira. Ruy Barbosa, primeiro-ministro das finanças da República, buscou implantar no país um modelo de desenvolvimento agrário baseado na *via farmer* estadunidense em paralelo ao incentivo à industrialização e intensificação da imigração que conseguiu neutralizar a posição dos setores mais atrasados em relação as indenizações cobradas ao governo por esses pelas perdas

causadas com o final da escravidão. “Era um projeto modernizante, de rompimento com o passado colonial” (LINHARES & SILVA, 1999, p. 73). No entanto, o risco de se colocar no mercado as terras públicas, além da criação de um cadastro que permitisse a cobrança de imposto territorial, levou à sua exoneração e ao isolamento das camadas urbanas progressistas pelos setores agrários conservadores. Os itens avançados da pauta republicana, que incluíam um amplo programa de incorporação dos negros à nação através de educação e distribuição de lotes, além dos incentivos ao desenvolvimento industrial foram abandonados pela elite no poder. Segundo Linhares & Silva (1999, p. 74):

A intangibilidade da propriedade representava neste momento duas coisas: não ao imposto territorial e a qualquer cadastro que o viabilizasse e não a qualquer programa de distribuição de terras para os libertos, pobres ou imigrantes. O fechamento do acesso dos pobres à terra era garantia fundamental da hegemonia plantacionista. A desigualdade da propriedade deveria ser a base para a pretensa igualdade política apregoada na constituição da República.

Caio Prado (1999) constata que diante do recorrente quadro de dependência e subordinação que caracteriza a sociedade brasileira, mesmo a Independência e a República não foram capazes de alterar essencialmente a estrutura agrária. A economia brasileira se subordina inteiramente ao fim do processo de colonização, que é o do fornecimento ao comércio europeu, sendo tudo o mais apenas “subsidiário”. Com o fim do Império e início da República eclodiram as primeiras revoltas camponesas no Brasil, período de significativas mudanças na relação entre o capital e o trabalho em nosso meio rural. A transformação do trabalho escravo em trabalho livre, paralelo ao aprisionamento da terra transformada em mercadoria, foram alguns dos aspectos que levaram ao acirramento dos conflitos. Martins (1995) diz que até a década de 1940 imperavam como forma de rebeldia camponesa o messianismo e o cangaço, duas formas limitadas de organização que surgiram a partir do fim do Império e início da República, refletindo o impacto das mudanças nas relações entre fazendeiros, a propriedade da terra e a expansão do trabalho livre. Mudanças que não representaram conquistas para os trabalhadores que viviam da produção rural e que passaram a culpar a República pela miséria a que foram submetidos.

A Guerra de Canudos (1896 a 1997) foi o principal evento que expressou essa insatisfação. Guiados pelo messianismo de Antônio Conselheiro aproximadamente 25 mil pessoas que conviviam no sertão baiano com organização e estrutura social

próprias foram duramente perseguidas e exterminadas pela aliança entre grandes latifundiários e o Estado brasileiro¹³. Outros acontecimentos envolvendo multidões de sem-terras em conflito com fazendeiros e as forças oficiais também se desenvolveram em outras partes do país no período da República Velha.

A partir da década de 1930 o país passa por profundas mudanças políticas e estruturais. A Revolução de 30 introduziu o processo de industrialização. De acordo com Moreira (1986) é nesse período que o padrão de acumulação capitalista se reorienta no país e o suporte agroexportador dá lugar ao suporte agro e urbano-industrial, estabelecendo-se aí a subsunção real do trabalho ao capital e, conseqüentemente, uma outra espacialidade diferencial. Se na fase anterior a agricultura não se fundava em bases propriamente capitalistas e era a base produtiva por excelência (a subsunção formal ao capital) agora a atividade é somente mais um dos suportes da nova condição econômica que se instala. Não declina, no entanto o poderio político da classe proprietária que continuará influenciando no desenvolvimento capitalista e buscando se modernizar.

O desenvolvimento das classes fundamentais do capitalismo – o capitalista, o trabalhador e o proprietário de terras, os quais vivem do lucro, do salário e da renda fundiária, respectivamente – no país se deu a partir do surgimento de condições para a conformação das relações capitalistas, tais como: a diversificação produtiva do fazendeiro de café, que foi estimulado a operar sua riqueza fora do contexto da grande lavoura e adaptar-se às funções puramente econômicas de grande proprietário; a substituição do trabalho cativo pelo trabalho livre, que teve na figura do imigrante e sua busca por melhores condições econômicas, além da tradição política de esquerda trazida da Europa, as bases para o aprofundamento das relações entre capital e trabalho.

Esse cenário se consolidou após a década de 1930 e abriu novos caminhos para a organização política tanto das classes capitalistas quanto da classe trabalhadora em geral. O campesinato passa a expressar por aqui suas primeiras formas de

¹³ A Guerra de Canudos foi imortalizada pela obra de Euclides da Cunha “Os Sertões”, lançada 5 anos após o final do conflito e revelou à sociedade brasileira a ação repressiva contra o Arraial de Belo Monte e as barbaridades cometidas pelo exército brasileiro contra a população, que resistiu e derrotou três campanhas militares no sertão. Outros autores que expõem com detalhes a vida de Antonio Conselheiro e os acontecimentos ao longo do conflito são Macedo & Maestri (2004)

organização política. Segundo Fernandes (2000), o campesinato brasileiro sempre foi insubmisso, primeiro ante a dominação pessoal de fazendeiros e coronéis; contra a expropriação territorial realizada por grandes proprietários e grileiros. Em sociedades nacionais de origem colonial o capitalismo se introduziu antes da ordem social moderna e por isso antigas estruturas econômicas e sociais conviveram e se ajustaram ao modo de produção capitalista (FERNANDES, 2006). O caso brasileiro é um exemplo claro dessa afirmação.

Um fator que nos interessa aqui é o incentivo da mobilidade da fronteira econômica visando incorporar amplos espaços vazios do país ao processo produtivo e reunir núcleos demográficos isolados através de uma boa rede viária de maneira a povoar racionalmente o país. Essa ação colonizadora se choca com um ordenamento fundiário caótico, desigual e concentrador e se mostra aí o limite para a capacidade de implantação das políticas agrárias entre 1930 e 1945. E essa condição também fortalece o papel secundário imposto aos camponeses. Enquanto o trabalhador urbano é trazido ao cenário da organização econômica, os camponeses são vistos como agentes políticos passivos que deveriam somente sofrer a ação benfeitora do Estado. O papel do campo na modernização varguista era dessa maneira contemplado: era preciso incorporar o meio rural ao mercado nacional mas a capacidade de fazê-lo nos moldes análogos ao do meio urbano era restrita, levando o Estado a incorporar de forma imaginária o trabalhador rural.

Um primeiro passo para integrar o interior do país é dado em 1932 com a assinatura de um decreto que abria as terras públicas do estado do Piauí para o assentamento de trabalhadores, na qualidade de “arrendatários mediante módica contribuição” (art. 6º, Decreto sobre Terras Públicas, 1932 apud LINHARES & SILVA, 1999). A partir desse momento o governo promoveria a colonização interna e expansão das fronteiras agrícolas. Seria a justificativa para a ampliação do necessário mercado interno, além da proteção do território nacional, visto que a conjuntura em nível mundial mostrava a dinâmica dos países imperialistas em busca de territórios onde pudessem ocupar para seus fins. O governo volta seu olhar para os espaços vazios da região Centro-Oeste, áreas deprimidas no nordeste e a Amazônia com o objetivo de instalar trabalhadores pobres, flagelados e retirantes das secas em grandes áreas de assentamentos agrícolas. “Durante um bom tempo esses projetos mobilizariam o

imaginário popular, envolvido por eficientes campanhas de propaganda, onde o estado assegurava a felicidade dos cidadãos” (Ibid., p. 114).

O Estado brasileiro desenvolveu uma dinâmica intensa que buscava a redenção do homem do campo. Suas ações políticas procuravam estabelecer os desempregados e subempregados das cidades em colônias agrícolas. Em 1933 o governo inicia a distribuição de lotes de terra da União nas colônias previstas, chegando mesmo a autorizar pela primeira vez no país a desapropriação de terras por utilidade pública, diante da forte resistência ao projeto por parte de proprietários. Do ponto de vista político, a questão agrária se emergia no país:

Pela primeira vez no Brasil, um governo se declarava claramente contrário à hegemonia agrário exportadora e à monocultura, criticando a dependência externa do país e sua vinculação com o capitalismo mundial. [...] Assim cabia lutar pela autonomia, na época dizia-se autarquia, da economia brasileira; neste sentido, a agricultura desempenharia funções básicas: abastecer a população, financiar as importações, baratear o preço da produção industrial nascente, ocupar o território e gerar empregos (LINHARES & SILVA, 1999, p.126)

Mesmo sendo problema antigo no país, o tema da reforma agrária só entraria na pauta política a partir de 1946, com a Constituição daquele ano quando se incluiu em seu artigo 147 as desapropriações por utilidade pública sob a compreensão de que o uso da propriedade deve se vincular ao bem estar social. O fato é que, mesmo com esse aperfeiçoamento no debate sobre a democratização do acesso a terra o cenário pouco mudou nos anos seguintes. As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas pelo acirramento da luta pela terra, sendo realizados diversos encontros e congressos de trabalhadores rurais pelo país discutindo a necessidade de reformas de base na estrutura política brasileira. É um período marcado pela ocorrência de lutas e mobilizações de trabalhadores rurais, com destaque para conflitos envolvendo posseiros e grileiros em várias regiões do país¹⁴.

¹⁴Desses conflitos, talvez os mais importantes tenham sido a guerrilha de Porecatu (em 1950, entre a divisa dos estados de São Paulo e Paraná), a revolta de Dona Noca (no interior do Maranhão, em 1951), a implantação do Território Livre de Tromba-Formoso, abrangendo uma área de dez mil quilômetros quadrados ao norte de Goiás, sob o comando de José Porfírio, um camponês da localidade, que estabeleceu um governo paralelo, criou comitês políticos e milícias armadas e promoveu em toda a região ocupada uma reforma agrária. No Espírito Santo os eventos do Cotaxé que já se desenvolviam desde os anos de 1940 foi outro importante conflito do período. Tanto no episódio da guerrilha de Porecatu, como na instalação do território livre de Tromba-Formoso e no Cotaxé o Partido Comunista Brasileiro esteve presente e exerceu uma considerável influência política na condução de tais movimentos rurais.

O período que vai da década de 1940 até o golpe civil-militar de 1964 foi de intensa mobilização social nas cidades e também no campo brasileiro. Por meio de organizações tais como sindicatos e associações os trabalhadores camponeses se tornaram importantes e evidentes sujeitos políticos. Partidos políticos de esquerda e a Igreja Católica buscavam ser a voz representativa dessa massa de trabalhadores, cujos objetivos eram a melhoria das condições de trabalho e resistência às investidas de grandes proprietários sobre suas terras conquistadas de forma pioneira, condições que buscavam tornar visíveis à sociedade por meio de marchas e protestos nos centros urbanos. Também realizaram nesse período uma série de congressos, dos quais se destacam o 1º Congresso Camponês, ocorrido em Belo Horizonte em 1952 e o I Congresso dos Lavradores, em Vitória, Espírito Santo. Mesmo as ocupações de terra estiveram presentes no repertório de luta dos trabalhadores nesse período.

A crítica ao latifúndio e sua estrutura improdutiva e atrasada nas relações de trabalho era o centro do debate sobre os problemas estruturais de um país que buscava o caminho da modernidade industrial na década de 1950. E também uma estrutura que privava camponeses de direitos e condições de dignidade. Dessa maneira a reforma agrária se colocou no centro das questões levantadas pela sociedade em reivindicação pelas reformas de base que solucionariam problemas estruturais do país.

Na década de 1960 os reflexos dessa mobilização se veriam na criação de agências como a Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA) em 1962 e o Estatuto do Trabalhador Rural no ano seguinte. A criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, a CONTAG, e a regulamentação do sindicalismo rural, com a proliferação dessa estrutura organizativa pelo país foi outra manifestação do avanço das pautas populares. Nesse mesmo período surge o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) no Rio Grande do Sul e as Ligas Camponesas no nordeste.

Em 13 de março de 1964 o presidente João Goulart assina o decreto que viabilizaria a desapropriação para fins de reforma agrária em terras às margens de rodovias, ferrovias e açudes federais, ao mesmo tempo em que solicitava do Congresso Nacional mudanças legais que viabilizassem a reforma agrária. Seu projeto de

democratização da terra durou apenas 18 dias, quando seu posto como presidente foi tomado pelos militares e instalada no país um ditadura civil-militar.

O golpe de Estado promoveu um enorme retrocesso na implantação e consolidação dos direitos sociais e trabalhistas no campo e na cidade, além de consolidar a hegemonia do capital internacional no seio das atividades produtivas do país. A repressão aos movimentos sociais foi brutal e muitas organizações foram simplesmente extintas e seus integrantes eliminados fisicamente sendo que alguns seguem desaparecidos ainda hoje.

Para conter os ânimos da sociedade o governo militar aprova em novembro de 1964 a lei nº 4.504, o Estatuto da Terra, documento que já vinha sendo redigido pelo governo de Goulart e era parte do seu plano de reforma agrária mas que foi apropriado pela ditadura e transformado em seu conteúdo (MARTINS, 1984). Esse documento procurou condicionar a propriedade dos imóveis rurais ao cumprimento de sua função social assegurada sobre aspectos como produtividade, respeito às leis trabalhistas e o favorecimento do bem estar de proprietários e trabalhadores rurais (BERNARDO NETO, 2012). Apesar de contemplar diversos aspectos que possibilitariam a desapropriação de terras para fins de reforma agrária o Estatuto seguiu em geral considerando apenas o aspecto produtivo dos latifúndios como elemento efetivo para a desapropriação, funcionando dessa forma mais como uma espécie de punição aos proprietários que não contribuísssem com o pagamento de tributos advindos de sua produção e menos como ferramenta de democratização do acesso à terra. O Estatuto da Terra atendeu primordialmente aos interesses do desenvolvimento rural enquanto a questão da reforma agrária foi deixada de lado:

[...] O Estatuto da Terra, quando da sua elaboração em 1964, foi engordado por sucessivos capítulos sobre colonização, o crédito rural, a assistência técnica, a irrigação e até mesmo a inseminação artificial. Deixou de ser uma lei de reforma agrária para ser uma “lei de desenvolvimento rural”, um conceito bastante amplo e “neutro”, que se tornava palatável mesmo para os setores mais conservadores. Definida a estratégia de diluição da reforma, a tática utilizada foi a de dar prioridade à implantação das políticas que possibilitaram a “modernização conservadora” dos anos 1965/75 (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p. 118)

O avanço da fronteira agrícola para regiões até então não integradas à economia do país e a consequente concentração dessas novas terras nas mãos de poucos proprietários também foi uma marca desse período e que tencionou ainda mais a

questão agrária brasileira. Projetos de integração da região amazônica a partir de atividades agrícolas foram as principais ferramentas de ampla privatização de áreas públicas que poderiam ser integradas a um projeto de reforma agrária (NAKATANI et al., 2012). O projeto de desenvolvimento buscado pelos militares nos anos de 1960 e 1970 pressupunha a aceleração da industrialização sem reformas estruturais que pudessem tanto dinamizar a construção da moderna indústria brasileira quanto oportunizar uma mobilidade social mais efetiva que pudesse ameaçar a oferta de mão de obra nas cidades. A modernização da agricultura nesse período teve como precondição “a derrota de qualquer proposta de uma efetiva reforma agrária, optando-se por um desenvolvimento capitalista no campo com a manutenção de uma estrutura fundiária pretérita” (NAKATANI et al., 2012, p. 227).

Outro fator importante desse período foi a modernização da agricultura, integrando essa atividade à indústria por meio de mudanças tecnológicas visando integrá-la ao novo circuito produtivo liderado pela produção de insumos e processamento de matéria-prima para a geração de condições infra-estruturais necessárias à expansão do conjunto do setor. (GRAZIANO DA SILVA, 1998). Aqui se verifica o aumento do consumo de tratores, fertilizantes e agrotóxicos na agricultura brasileira, elementos até então raros no meio rural brasileiro e que ganhariam grande destaque nas décadas seguintes. A partir desse momento o desenvolvimento da agricultura não é mais autônomo pois passa a depender da dinâmica industrial:

O processo de modernização, ao mesmo tempo em que implica a mercantilização intra-setorial da agricultura, promove a substituição de elementos internos do complexo rural por compras extra-setoriais (máquinas e insumos), abrindo espaço para a criação de indústrias de bens de capital e insumos para a agricultura, como se verá mais adiante. Mas enquanto depende da importação dos elementos de sua nova base técnica, a modernização vê-se restringida pela capacidade de importar, o que, por sua vez, dificulta o desenvolvimento pleno das ligações intersetoriais “para a frente”, isto é, da agricultura como fornecedora de matérias primas para a agroindústria (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p. 20)

Esse desenvolvimento da indústria atrelado às necessidades da modernização agrícola desenvolveu as forças produtivas internamente, trazendo indústrias de bens de capital para o país, aumentando o consumo de máquinas, agrotóxicos, fertilizantes, produtos veterinários, rações e mantendo a força de trabalho empregada no campo em precárias condições na medida em que não assimilou grande contingente de pessoas nas atividades agroindustriais. Os anos de 1970 refletem a nova dinâmica

agrícola estabelecida, uma dinâmica não mais apreendida a partir de elementos internos próprios da atividade agrícola ou da segmentação mercado interno versus mercado externos, mas de uma dinâmica conjunta da indústria para a agricultura-agricultura-agroindústria (GRAZIANO DA SILVA, 1998).

Nos anos de 1980, ao mesmo tempo que crescia a mancha dos latifúndios pelo norte brasileiro o país vivia uma crise econômica e recessão. Foi, no termo de Graziano da Silva (1998), a “década perversa” para a agricultura. Fatores relacionados à política daquele período – marcado pela abertura democrática, pelo Programa de Estabilização Econômica e suas consequências, pela instabilidade financeira e pelos subsídios seletivos – influenciaram a dinâmica da atividade agrícola brasileira. As populações despossuídas do meio rural voltavam a se organizar em torno do debate acerca da concentração fundiária, com papel destacado da Igreja Católica na organização dessa parcela da população. Um fator em especial nos interessa uma vez que impactou diretamente a política de reforma agrária que foi o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) proposto pela Nova República e suas consequências para a (não) resolução do problema agrário.

O PNRA previa o assentamento de 1,4 milhão de pessoas. No entanto, as entidades representativas dos grandes proprietários rurais, notadamente a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e a Frente Ampla Agropecuária (FAA), à parte da disputa pela representatividade do setor, buscavam agir próximos ao governo federal no sentido de estabelecer não uma política de reforma agrária mas uma política de desenvolvimento rural, que absorvesse a reforma agrária de forma secundária como mais um de seus objetivos. Surge assim o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural (PNDR) que vai atender aos interesses das entidades patronais. O PNRA que tinha como objetivo fundamental atingir as áreas improdutivas do Centro-Sul, já dotadas de infra-estrutura necessária para a produção agrícola, passou a ter como alvo o assentamento de trabalhadores rurais no norte do Brasil ampliando assim a fronteira agrícola e continuando a política de colonização no norte do país iniciada pelos militares. Segundo Graziano da Silva (1998) 48 mil das 91,7 mil famílias beneficiadas pelo PNRA foram assentadas entre maio de 1988 e agosto de 1989, a maioria delas por manobras como regularização fundiária de usucapião na região, entrega de títulos definitivos de projetos implantados por governos anteriores e reinauguração de

assentamentos, sendo poucas as famílias realmente beneficiadas pela execução do Plano:

O programa de reforma agrária voltava assim ao seu âmbito original, dentro dos marcos de transformações conservadoras da Nova República: aplicar o Estatuto da Terra (uma lei de desenvolvimento rural, sobretudo no Nordeste), diluído com água e muitos dólares do Programa de Irrigação financiado pelo Banco Mundial (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p. 118)

A década de 1990 e os primeiros anos do século XXI apresentaram a agricultura brasileira como uma atividade altamente produtiva demonstrando a boa adaptação do processo produtivo à velha estrutura fundiária inalterada de maneira significativa ao longo dos séculos. Nakatani et al (2012) afirma que entre 1996 e 2005 os saldos advindos das atividades agropecuárias saltaram de 7,9 bilhões para 28,6 bilhões de dólares, alcançando em 2010 os 63 bilhões de dólares. Enquanto as áreas para o cultivo de *commodities* aumentaram significativamente as lavouras para alimentação voltadas para o mercado interno, embora tenham aumentado sua produtividade, pouco se ampliaram, tendo ainda algumas dessas áreas sido revertidas para a especialização da produção de gêneros agrícolas com preços crescentes no mercado internacional. Houve nesse período uma “primarização” da economia brasileira: a participação de *commodities* primárias na economia brasileira subiu entre 2000 e 2010 enquanto que a participação de produtos industrializados de alta, média e baixa intensidade no mercado internacional manteve-se estável com tendência à queda no mesmo período (NAKATANI et al., 2012).

Nesse breve resgate histórico fica claro o posicionamento do Estado brasileiro acerca da questão agrária irresoluta que o país apresenta. O Brasil nunca priorizou de fato a reforma agrária como uma política necessária para o avanço das forças produtivas do país e para a inserção de parcelas empobrecidas da população no mercado consumidor. A forma pela qual o Brasil se insere na economia mundial – oferecendo basicamente matérias-primas agrícolas, de extração mineral e de petróleo ao mercado internacional – reproduz e amplia a existência do latifúndio na sociedade brasileira. Os governos que se sucederam nas últimas décadas claramente escolheram não realizar uma reforma da propriedade da terra uma vez que para isso seria necessário a realização de uma série de medidas controversas para os grande proprietários como uma política fiscal mais rígida em relação às grandes propriedades, principalmente as improdutivas, além de incentivos e subsídios às pequenas e médias propriedades e

pela concessão de créditos de longo prazo a taxas factíveis (NAKATANI, et al. 2012). Dessa maneira a estrutura fundiária brasileira pouco se alterou nos últimos cinquenta anos. A Democratização do país a partir dos anos 80 viu uma grande mobilização social em torno do tema da concentração fundiária e o PNRA foi uma tentativa de ser resolver a questão. A adesão econômica ao modelo neoliberal e os ataques aos direitos dos trabalhadores advindos dessa doutrina mantiveram a vergonhosa marca da exclusão para milhares de cidadãos e preservação de privilégios para outros poucos.

2.2. As origens e perspectivas do MST no Espírito Santo

O campo é um importante palco de conflitos sociais desde a colonização brasileira. Em função da atual concentração de terras no Brasil o conflito entre trabalhadores rurais e sem-terras com os grandes proprietários tem se acirrado. São muitas as categorias de trabalhadores que integram os sem-terra, bem como a diversidade de formas de trabalho no meio rural. Os Sem Terra lavram a terra que não lhe pertence. Muitos são os motivos que levam esses trabalhadores a se incorporar ao MST. São atores desses conflitos, de um lado, posseiros, bóias-frias, parceiros e arrendatários, buscando o direito de plantar e sobreviver por meio da terra; do outro lado estão latifundiários e, mais recentemente, empresas estrangeiras ligadas ao agronegócio, que em muitos casos, mesmo com documentos ilegais, mantém a propriedade apenas para especulação (FERNANDES, 2013b). A contradição entre esses trabalhadores rurais e os grandes proprietários surge da necessidade do latifundiário de expropriar e expulsar o trabalhador rural de seu território para extrair a renda capitalista da terra desse meio de produção. É uma contradição que se encontra fora do setor produtivo agrícola, sendo uma intervenção do modo capitalista de produção que busca circular a renda desse setor em direção à indústria, ao comércio e aos bancos. Essa intervenção capitalista externa à agricultura atinge e subordina o camponês ao sistema, transformando-o assim numa parcela da classe trabalhadora.

Do antagonismo entre as necessidades de expansão da capital e a reprodução do modo de vida camponês surge a resistência camponesa que, organizados em movimentos socioterritoriais, constroem o seu lugar social. Conforme mencionado, esses conflitos estão presentes na construção social brasileira desde os tempos da

colonização e a história nos apresenta diversos exemplos de luta por todo o território brasileiro, tais como os movimentos da Confederação dos Tamoios e a Guerra dos Potiguaras, resistências indígenas; os quilombos, principal resistência negra; a Guerra de Canudos, os Contestados paranaense e capixaba, o Movimento dos Agricultores Sem-terra (MASTER), a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) e o próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, para citar os mais emblemáticos (FERNANDES, 1999).

Stédile (1999) afirma que esse movimento social nasceu como um movimento camponês que tinha como bandeira de luta três reivindicações prioritárias: terra, reforma agrária e mudanças gerais na sociedade. “O MST não surgiu só da vontade do camponês. Ele só pode se constituir como um movimento social importante porque coincidiu com um processo mais amplo de democratização do país” (STÉDILE, 1999, 22). E nesse contexto de democratização, outros segmentos (sindicalistas, militantes partidários, religiosos, estudantes, entre outros) foram atraídos para a luta pela reforma agrária, compondo assim, um movimento popular mais amplo e democrático. Caldart (2012) afirma que o MST surgiu da articulação de lutas pela terra, retomadas ao final da década de 1970, especialmente na região Centro-Sul e que se expandiram pelo restante do país. Fernandes (2007) afirma que o processo de territorialização do MST é compreendido pelas ocupações de terras e pela conquista de assentamentos rurais, lugares que se constituem territórios de criação e recriação camponesa na luta pela terra. O autor define quatro períodos de formação e territorialização dessa luta:

Definimos o primeiro período como gestação do MST, que precede a sua fundação. Esse momento é fundamental para entendermos as bases de seu processo de formação. O segundo período foi definido tomando-se como referência suas ações em escala nacional e a consolidação da estrutura organizativa. Nessa fase o MST configura sua forma de organização e se estabelece em todas as regiões brasileiras. No terceiro período, analisamos sua institucionalização, quando o MST se torna o principal interlocutor do governo federal a respeito da reforma agrária e é reconhecido internacionalmente. Definimos o quarto período a partir do processo de mundialização dos movimentos camponeses, com a criação da Via Campesina (FERNANDES, 2007, p. 140)

O primeiro momento da formação do MST foi um prelúdio que antecedeu a sua fundação e as experiências construídas nessa etapa determinaram a sua organização. Em finais da década de 1970, em alguns estados do Centro-Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul), posseiros e arrendatários expulsos das terras onde viviam começaram a ocupar grandes

propriedades latifundiárias como forma de expor suas condições de vida à sociedade e tentar garantir de alguma forma a propriedade de parcela dessas terras. Essas experiências foram reunidas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) que promoveu um encontro das lideranças das ocupações realizado no município de Medianeira (PR) para debater os problemas comuns e ampliar as lutas que, até então, se revelavam pontuais e isoladas. Os principais destaques que justificaram as ações foram o avanço da pecuária sobre terras camponesas de fronteira entre Mato Grosso do Sul e São Paulo, as desapropriações promovidas pelo Estado para a construção da Hidrelétrica de Itaipú, no Paraná; e o desapossamento de famílias camponesas catarinenses. Em 1982, um novo encontro realizado em Goiânia reuniu camponeses de todo o país que deliberaram pela criação de uma comissão provisória que construiria um movimento camponês de escala nacional. Mais dois encontros ocorreram em 1983 até a fundação do MST em janeiro de 1984, no município de Cascavel, Paraná (FERNANDES, 2007).

Valadão (1999) destaca a importância do trabalho dos agentes mediadores¹⁵ dos Sem Terra para a formação e consolidação do MST no Brasil e no Espírito Santo nesse primeiro momento. A Comissão Pastoral da Terra teve grande contribuição na construção dessa organização, tendo destaque no período entre 1979 e 1984, ainda no regime militar. Sua função nesse período foi de doutrinação e organização dos trabalhadores rurais sem-terra, estabelecendo a integração da religião católica com a massa rural despossuída, levantando questões relativas às problemáticas sociais e debatendo as formas possíveis de sua superação por meio da conscientização da luta contra os grandes proprietários. A construção da identidade dos trabalhadores Sem Terra foi outra contribuição possibilitada pela CPT que por meio do discurso religioso promoveu o entendimento da necessidade daqueles sujeitos lutarem por seus direitos, o que gerou um sentimento de igualdade diante da exploração comum aos trabalhadores. Esse trabalho de base promoveu o suporte ideológico necessário para a criação do MST. A herança deixada pelas Ligas Camponesas e suas práticas organizativas que promoveram lutas de sobrevivência dos camponeses e dos trabalhadores rurais contra a exploração exercida pelos grandes fazendeiros, a partir

¹⁵ O termo “mediador” é utilizado pela autora para definir “aquela pessoa ou aquela entidade ou organização social que é autora, propulsora, razão ou motivo de uma ação”. Já o termo “agente” se refere ao “sujeito humano (individual ou coletivamente representado) que executa uma ação com poder de produzir efeitos sobre o seu meio ambiente”. (VALADÃO, 1999, p. 87)

de 1946 até 1964, foi outro fator ideológico que exerceu influência sobre o MST (STÉDILE & FERNANDES, 2005).

No caso capixaba também foram de grande importância para a construção do MST as ações empreendidas desde 1977 pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais da oposição sindical, que marcou presença no sindicalismo rural e urbano em várias partes do país, resistindo às regulamentações impostas pelo governo militar. Os trabalhadores mobilizados nesse grupo entendiam a necessidade de mudar o perfil de atuação do movimento sindical rural a partir de dentro dessa organização, fazendo o enfrentamento da direção e promovendo um trabalho de base mais efetivo e combativo das velhas práticas sindicais que buscavam superar (VALADÃO, 1999). Bóias-frias e assalariados agrícolas eram o público cujas ações do grupo buscavam mobilizar, dadas suas precárias formas de trabalho e remuneração.

A prática desses agentes forneceu os meios necessários para a emergência de uma base social afinada com a reivindicação pela reforma agrária. Valadão (1999, p. 131) assinala:

Para se afirmar como agente mediador por excelência o MST, no Espírito Santo, assumiu um discurso com conteúdo mais definido sobre a natureza do problema que queria ver resolvido, apoiado no combate à propriedade privada, na crítica à atuação do Estado na área das políticas agrária e agrícola, na defesa de uma reforma agrária ampla que atingisse os grandes imóveis rurais e na defesa da necessária subordinação da propriedade da terra à justiça social, às necessidades do povo e aos objetivos da sociedade.

Em determinado momento o MST assume para si a condução da reivindicação pela reforma agrária e busca se diferenciar em relação aos procedimentos do movimento sindical e da Igreja Católica. Seus militantes entendiam que haviam limites colocados à organização sindical, que buscavam privilegiar encaminhamentos administrativos da luta proposta, ao invés de explorar as lacunas oferecidas pela legislação para a efetivação das conquistas de terras. Para consolidar essa nova posição na luta pela reforma agrária, foi necessário ao MST designar militantes para o acompanhamento das suas necessidades organizativas, de forma a garantir a execução das tarefas de formação, organização e expansão do planejamento e ações a serem desenvolvidas (VALADÃO, 1999).

Pizetta (1999) destaca que o primeiro documento público do MST no Espírito Santo foi lançado em abril de 1985 e foi construído a partir do encontro ocorrido entre

sindicalistas, lideranças populares, pastorais e a direção nacional do Movimento cujo objetivo era a fundação dessa organização no estado capixaba. Em 1987 funda-se o Centro Integrado de Desenvolvimento dos Assentados e Pequenos Agricultores do Espírito Santo (CIDAP), uma associação que buscava negociar projetos para os assentamentos além de representar juridicamente o MST.

Na construção de sua própria concepção do problema agrário o MST elege o Estado como alvo de sua crítica e passa assim a pressionar o governo estadual pela realização efetiva de reestruturação fundiária. O governo estadual sob comando de Gerson Camata (1983 a 1986) lançou o Programa de Democratização do Acesso à Terra (Prodaterra) e estabeleceu duas linhas de atuação do governo: uma buscando alterar a lei referente à regularização fundiária até ali que deveria reformular os critérios e procedimentos de regularização de posse da terra; e a realização pelo governo estadual de um programa estadual de assentamentos (MOURA, 2010). O governo estadual não possuía dispositivos constitucionais que o permitisse proceder à desapropriação de terras para fins de reforma agrária cabendo apenas alguns poucos recursos fundiários para a resolução da questão como a oferta de terras públicas utilizadas por empresas que se encontrassem ociosas; a própria oferta de terras estatais devolutas; terras havidas por desapropriação em convênio com o INCRA; e áreas adquiridas por meio de compra pelo governo (MOURA, 2010).

Esse programa foi criticado pelo MST pois não propunha tocar nos grandes imóveis rurais improdutivos além de realizar assentamentos em pequenas e insuficientes áreas de terras devolutas ou adquiridas por meio de compra, funcionando dessa maneira mais como agente de expulsão do trabalhador do campo do que com a democratização do acesso à terra (VALADÃO, 1999). Esse posicionamento deixou claro que o MST era uma organização que buscava a resolução do conflito agrário por meio de ações de enfrentamento com a ordem estabelecida buscando assim dar evidência à sua luta para toda a sociedade.

Houveram resistências à criação de uma organização de trabalhadores rurais com as características do MST. A Federação da Agricultura e Pecuária do Espírito Santo (FAES), entidade representativa dos produtores rurais patronais, e a União Democrática Ruralista (UDR), articulação política contra a reforma agrária, se unem contra o avanço das ações do MST no estado. Os grupos organizados em torno

desses movimentos contrários à reforma agrária começam a surgir nos municípios onde haviam potencial de ocupação pelo MST de fazendas improdutivas. Suas principais táticas eram a desconstrução dos argumentos da Igreja Católica e outros mediadores da luta pela terra e ações criminosas de enfrentamento direto contra trabalhadores, denunciando ações da Comissão Pastoral da Terra (CPT) ou mesmo atuando organizados em milícias armadas em áreas de conflito (MOURA, 2010). Na luta pela terra criaram-se dois polos de disputa, sendo um deles a representação do conservadorismo dos grandes proprietários latifundiários e defensores do irrestrito direito à propriedade privada e dos grandes estabelecimentos agroindustriais e outro polo se caracterizando por apoio à reforma agrária no Brasil e à agricultura familiar.

Mesmo com grandes dificuldades de organizar um movimento social de caráter nacional no território capixaba e sofrendo com o avanço de forças conservadoras que se impunham muitas vezes com a conivência do Estado, o MST avançou na conquista da terra de trabalho de centenas de famílias que vieram a ser assentadas no Espírito Santo. A tabela 1 mostra a evolução das ocupações de terra realizadas pelo MST no Espírito Santo desde o seu surgimento no estado. Nos primeiros cinco anos o MST realizou 8 ocupações que envolveram 1634 famílias. O período de 1990 a 1994 foram apenas seis ocupações que mobilizaram 792 famílias disputando 1424 hectares de terra, bem menos que no período anterior. Foram anos difíceis para o MST em virtude da reação dos grandes latifundiários às ações do movimento, que vitimaram alguns militantes e lideranças ligadas à luta pela reforma agrária. Os períodos seguintes – entre 1995 e 2004 – foram os de maior mobilização do MST no Espírito Santo, onde foram realizadas 40 ocupações envolvendo 7106 famílias, o que levou ao surgimento de diversos assentamentos, em especial no norte do estado. Esse período foi de grandes conquistas para o MST em escala nacional também, fruto da ampla sensibilização que o movimento social conseguiu realizar em torno do tema da reforma agrária. A partir de 2005 no entanto as ocupações de terra no Espírito Santo diminuem significativamente bem como o número de famílias envolvidas nessas ações. Entre 2010 e 2013 foram apenas 3 ocupações com 340 famílias envolvidas. Em 28 anos o MST no Espírito Santo realizou 67 ocupações de terra, reivindicando 80676 hectares e mobilizando 10855 famílias em torno desse projeto.

Tabela 1 – Ocupações realizadas pelo MST no Espírito Santo: 1985 - 2013

PERÍODO DAS OCUPAÇÕES	Nº DE OCUPAÇÕES	ÁREA (há)	FAMÍLIAS ENVOLVIDAS
1985 - 1989	8	7636	1634
1990 - 1994	6	1424	792
1995 - 1999	20	19433	3846
2000 - 2004	20	13720	3260
2005 - 2009	10	38461	983
2010 - 2013	3	2	340
TOTAL	67	80676	10855

Fonte: CPT (2014); PIZETTA; SOUZA (2005). Organizado pelo autor.

Entendemos que o arrefecimento desse projeto se deu em grande parte em virtude das dificuldades colocadas para a realização efetiva da reforma agrária no Brasil. Bernardo Neto (2012) nos mostra como tem sido dificultada a execução dessa política no Espírito Santo a partir de uma análise da distribuição dos assentamentos e das principais produções agrícolas realizadas no estado, além das diversas interpretações possíveis sobre a legislação que trata do tema. O autor mostra que os assentamentos realizados no Espírito Santo levaram em consideração o tipo de produção agrícola em determinados municípios, geralmente limitados à produção extensiva de gado ou com pastagens imensas e inutilizadas, localizadas principalmente no norte do estado mas também presentes no sul capixaba:

se sobrepusermos a distribuição espacial dos projetos de assentamentos existentes no Espírito Santo ao mapa da Divisão Territorial do Trabalho em seu espaço agrário, percebemos que a maioria esmagadora dos assentamentos está situada nos municípios que apresentam maior área dedicada a pecuária, o que explica também o porquê do número significativo de assentamentos no extremo sul do Estado, apesar de sua estrutura fundiária não ser tão concentrada como o verificado no norte capixaba (BERNARDO NETO, 2012, p. 12)

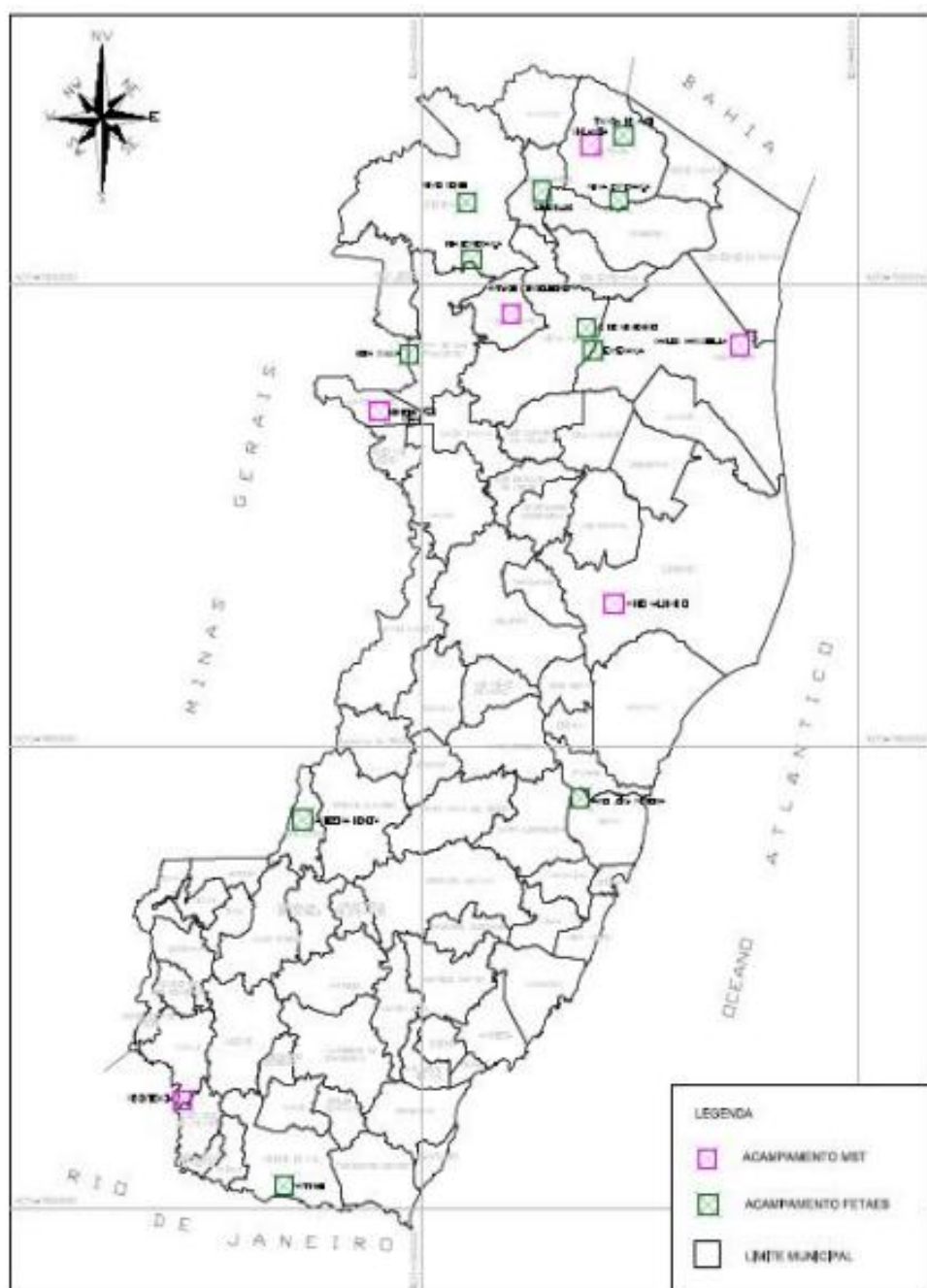
A maior parte dos acampamentos de trabalhadores sem-terra existentes no Espírito Santo se encontram na região norte e noroeste capixabas, em virtude das grandes propriedades subutilizadas pela pecuária extensiva e passíveis de desapropriação nos termos da Constituição Federal. Ecoporanga apresenta no momento dessa pesquisa dois desses acampamentos, que serão apresentados mais adiante.

Apesar de uma presença significativa de acampamentos e conseqüentemente de famílias que reivindicam a reforma agrária no Espírito Santo Bernardo Neto (2012) aponta que há ainda uma limitação orçamentária por parte do governo federal que estabelece que os imóveis a serem desapropriados devem atender ao mínimo de quinze famílias e não exceder o custo máximo de cem mil reais por família assentada,

uma situação que o autor demonstra como inviabilizadora de novos projetos de assentamento no Estado visto que as melhores terras para a agricultura apresentam uma economia agrícola dinâmica e cujos custos estariam acima do valor máximo estabelecido, o que levaria à viabilidade de compra apenas as terras de menor rendimento produtivo e de condições adversas para a produção.

É nesse contexto adverso apresentado que o MST permanece organizando uma base social de excluídos da terra para realizar ocupações e tornar pública a

Mapa 1 – Localização de acampamentos no Espírito Santo em 2012



FONTE: INCRA, 2012 apud BERNARDO NETO, 2012

condição a que estão sujeitas centenas de pessoas no estado. Os acampamentos localizados em Ecoporanga surgem nesse cenário e se organizam independente desses obstáculos evidenciando a necessidade da democratização do acesso a terra independente dos planos do Estado brasileiro que claramente visam frustrar a realização dessa importante e necessária medida.

CAPÍTULO 3 – ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DE UMA PESQUISA PARTICIPATIVA E A CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Falar em objeto sem falar em método pode ser apenas o anúncio de um problema, sem todavia, enunciá-lo. É indispensável uma preocupação ontológica, um esforço interpretativo de dentro, o que tanto contribui para identificar a natureza do espaço, como para encontrar as categorias de estudo que permitam corretamente analisá-lo.

Milton Santos, *A Natureza do Espaço*

O território requisitado para a reforma agrária é a instância política com a qual o movimento social interage e se articula. As características da realidade agrária se relacionam com a definição do lócus dos acampamentos do MST. Nesse capítulo partiremos da metodologia desenvolvida em função dessa pesquisa. Uma metodologia que buscou a participação e o envolvimento do pesquisador com as questões mais relevantes enfrentadas pelos acampados, de forma não apenas a contribuir na reflexão a seu respeito, mas também de apreender as dinâmicas que levam à ação política em acampamentos do MST. Isto posto, resgataremos a história fundiária do noroeste do Espírito Santo, uma região que esteve envolvida até a década de 1960 em um conflito agrário travestido de questão limdeira entre Minas Gerais e Espírito Santo, envolvendo o território dos municípios de Mantenópolis, Barra de São Francisco, Água Doce do Norte, Ecoporanga, Mucurici e, em menor intensidade, Montanha e Nova Venécia, que seguiu sendo o território do latifúndio nas décadas posteriores.

Os acontecimentos desenrolados na região noroeste revelaram os crimes cometidos pelo próprio Estado contra o patrimônio público quando esse abandonou a fiscalização do uso de terras públicas na região, deixando-as susceptíveis à grilagem. Ecoporanga é uma escala territorial importante na reivindicação da reforma agrária exatamente pelo seu passado de conflitos intensos – comparáveis a outros episódios da questão agrária brasileira pelo país, já descritos por diversos autores ou à espera de serem desvelados ao público – e pelo atual cenário fundiário que apresenta. Nesse estudo de caso, a relação dos sem-terra com o município se dá pela presença de conquistas territoriais na forma de assentamentos vindas das mobilizações promovidas pelo MST

no Espírito Santo, na década de 1980, e a atual forma acampamento presente em duas localidades. Assim, destacamos a origem da cidade de Ecoporanga e alguns aspectos que a caracterizam. É nesse município que assentados e acampados buscam o reconhecimento de direitos de cidadania, o acesso à terra e a serviços públicos básicos, a educação, atendimento médico, entre outros. E nessa busca se forjam como Sem Terras conscientes de seu papel histórico e da necessidade de organização para alcançarem seus objetivos de curto, médio e longo prazo.

3.1. METODOLOGIA

Conhecer a realidade de Ecoporanga demandou um esforço no sentido de não realizar um estudo descolado da realidade agrária do país. Para demonstrar como se dá a luta pela terra no município foi preciso realizar uma ampla pesquisa bibliográfica em que os elementos históricos e políticos relacionados à questão agrária e o campesinato brasileiro pudessem ser identificados, compreendidos e relacionados com o objeto de estudo. Toda pesquisa precisa se apoiar numa teoria que vai ser o ponto inicial para uma investigação de sucesso sobre um determinado problema (MARCONI & LAKATOS, 2007). Ao partir dessa etapa e, considerando a especificidade do objeto de estudo, foi possível delimitar as principais categorias geográficas que poderiam ser utilizadas no sentido de alcançar os principais elementos que incidem sobre esse objeto, considerando as expressões particulares de sua dinâmica.

Propusemo-nos a compreender o debate principalmente a partir da contribuição de Fernandes (2013) sobre a questão agrária brasileira. Seu trabalho, resultado de 30 anos de pesquisas sobre esse tema, o campesinato e o desenvolvimento territorial, foi de grande importância para a compreensão do nosso objeto de estudo a partir da Geografia. Ademais, foram fundamentais as obras que possibilitaram entender as contradições do avanço do capital sobre a atividade agrícola no Brasil, reter sua dinâmica em diferentes momentos históricos.

O passo seguinte na investigação foi realizar estudos de campo que pudessem nos auxiliar a estabelecer aproximação às experiências de organização nos acampamentos do MST em Ecoporanga por meio do contato direto com os sujeitos acampados e sua dinâmica no cotidiano de trabalho e luta pela terra. Essa etapa é um procedimento importante para investigações de diversas naturezas,

destacadamente necessário para a Geografia e os estudos rurais, pois “é nessa etapa que o investigador tem a oportunidade de conhecer os fenômenos do mundo real e interagir com os sujeitos/objetos” (SILVA & MENDES, 2013, p. 210). Visitar Ecoporanga algumas vezes antes da elaboração do projeto da dissertação foi um recurso importante para vivenciar, mesmo que minimamente, a realidade local. Numa primeira visita, em agosto de 2011, a convite de uma liderança do MST, pudemos acompanhar uma reunião de organizações que buscavam propor um plano de resgate histórico e cultural no município. Foi-nos proposto contribuir para o debate resgatando o histórico da luta pela terra no município. Embora a continuidade desse processo coletivo não tenha se efetivado, foi para essa pesquisa um primeiro apontamento para a construção do seu projeto.

Outro momento importante ocorreu em maio de 2012, quando pudemos visitar o acampamento *Derli Casali*, que havia se instalado no Córrego da Laje no mês anterior, após sofrer ação de despejo do Patrimônio do Bagre, localidade que foi ocupada em março e cuja área o movimento reivindica para fins de reforma agrária e que foi indevidamente anexada à propriedade de um produtor de gado leiteiro e também investidor do ramo de rochas ornamentais. Ali começamos a conhecer a realidade de um acampamento de Sem Terras, com cerca de 90 famílias mobilizadas à época, observando sua forma de organização e dificuldades cotidianas. O MST promoveu no período onde estivemos presentes na cidade uma marcha com cerca de duzentas pessoas na sede municipal a propósito de cobrar o empenho do Poder Legislativo local em exigir do governo estadual a retomada da área pública do Patrimônio do Bagre. Foi possível, então, vivenciar no decurso da pesquisa de campo, mais um momento de expressão de conflitualidade da questão agrária da região.

Ainda em maio de 2012 retornamos ao município para participar do “I Seminário das Humanidades” realizado no distrito de Cotaxé. Esse evento foi organizado por um coletivo de pesquisadores em parceria com a Prefeitura Municipal, a Universidade Federal do Espírito Santo e o MST, buscando resgatar a história dos acontecimentos em torno da luta camponesa ocorrida naquele distrito a partir da década de 1940. O conhecimento adquirido nessa atividade nos possibilitou acessar importantes elementos e conhecer parte da bibliografia específica para se compreender o conflito

pela terra existente na região e que antecede os primeiros assentamentos rurais que hoje se estabeleceram em Ecoporanga.

A primeira visita a campo que subsidiou a elaboração desse trabalho ocorreu em agosto de 2013. Foi uma experiência que buscou testar as possibilidades de abordagem para o tema a ser exposto. Ainda não estava claro se a pesquisa deveria abordar os elementos da questão agrária a partir das experiências dos assentamentos rurais localizados no município e também dos acampamentos ou se somente uma dessas possibilidades. Num período de dez dias pudemos visitar dois dos três assentamentos conquistados pelo MST no município, fruto do período da “terra negociada” (Souza, et al. 2005) na década de 1990: o assentamento *Bom Jesus* e o assentamento *22 de Julho*. Nesse período de vivência nos assentamentos conhecemos melhor a realidade dos assentados que nos receberam em suas casas, as contradições presentes na luta, as dificuldades enfrentadas por aqueles sujeitos junto ao poder público (de ordens política e econômica principalmente, mas também de ausência de serviços básicos como educação e transporte público) e também as experiências exitosas vivenciadas pelas famílias após a conquista da terra. Essa incursão nos permitiu desconstruir idealizações sobre a questão e avançar na real compreensão dos fatos tal como se apresentam cotidianamente, longe da visão e da imaginação daqueles que não vivem num assentamento rural conquistado pela mobilização popular.

O retorno à região para a realização dos trabalhos de campo programados ocorreu apenas após a finalização das disciplinas do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFES. Essa etapa formativa possibilitou a apreensão do debate da Geografia, necessário para a abordagem do tema. Por mais que exista uma ampla bibliografia em torno da reforma agrária e das lutas dos trabalhadores do campo pela sua efetivação, sem a compreensão metodológica da abordagem geográfica oferecida pelo PPGG/UFES a pesquisa apresentaria limites, como os que foram apontados durante a qualificação do projeto realizada em dezembro de 2013. Naquele momento foi possível debater com a banca examinadora as possibilidades e os obstáculos colocados à pesquisa tal como se encontrava desenvolvida até ali, o que promoveu uma reorientação de caminhos a serem trilhados na busca de responder aos objetivos

propostos. Resolvemos dar ênfase aos acampamentos estabelecidos pelo MST no município como objeto a ser verificado pela pesquisa.

O primeiro trabalho de campo após essa fase ocorreu entre janeiro e março de 2014. Passamos sete semanas acampados junto aos Sem Terras de Ecoporanga organizados pelo MST. Esse momento permitiu o levantamento da maior parte das informações acerca do processo em curso nos dois acampamentos existentes ali: o já mencionado *Derli Casali* e o *Maria Izabel* que juntos possuem aproximadamente 150 famílias organizadas. A forma acampamento foi investigada entendendo-a como uma etapa para a conquista da terra apresentando sua própria territorialidade. Os acampamentos, por sua natureza, estão sujeitos a despejos e consequentes migrações de seus participantes, o que provoca transformações constantes na sua configuração. No entanto, é a forma principal de reivindicação dos movimentos socioterritoriais adotada até o tempo presente.

Buscamos por meio da pesquisa participativa e, prioritariamente, qualitativa, compreender os principais aspectos envolvidos na questão em estudo e contribuir para o processo formativo dos sujeitos em luta. A abordagem qualitativa se baseia na compreensão e na interpretação de fenômenos por meio de suas representações, crenças, opiniões, percepções, atitudes e valores. Nessa abordagem, pesquisador e sujeitos da pesquisa estabelecem uma relação de interdependência (Silva; Mendes, 2013), sendo os principais procedimentos dessa forma de abordagem a observação, a entrevista, a história oral e a pesquisa documental.

Nessa perspectiva, realizamos entrevistas com os envolvidos no processo da constituição do acampamento, desde lideranças do MST, acampados e representantes da prefeitura municipal, além dos demais procedimentos apontados de forma a construir a investigação de campo necessária para essa pesquisa. A entrevista é entendida por Silva e Mendes (2013) como uma técnica de investigação capaz de oferecer ao pesquisador elementos particulares do contexto investigado em seus aspectos socioeconômicos e culturais, expondo também a forma como as pessoas pensam e agem, suas crenças e valores, seus sentimentos e simbologia vividos cotidianamente. Foram realizadas doze entrevistas, das quais, quatro de forma coletiva, quando os Sem Terra estiveram reunidos e ali puderam responder a questões semi-estruturadas elaboradas previamente para a pesquisa. Mais do que respostas

exatas às perguntas procuramos com elas nortear a conversa entre os iguais, num momento de reconhecimento mútuo da condição de despossuídos, para assim reunir os elementos a serem observados e pontuados no capítulo 4. Outras entrevistas, realizadas de forma individual, foram aplicadas a sujeitos de destaque no contexto da luta pela terra em Ecoporanga. Foram assim entrevistados dirigentes do MST estadual e dos acampamentos.

A contrapartida por nós oferecida foi buscar promover espaços de debate durante as assembleias semanais ocorridas em um dos acampamentos a fim de contribuir para a formação dos sujeitos envolvidos na luta. Também tivemos a oportunidade de colaborar com a organização de atividades dos acampamentos, desde a construção de barracos aos novos membros do acampamento *Derli Casali* até a organização da viagem à Brasília em virtude do VI Congresso Nacional do MST. A partir dessa postura tentamos ir ao encontro de Fernandes (2001) quando contesta que a ciência deva ser feita sobre pressuposto da neutralidade, tendo a imparcialidade como seu veículo. O autor entende ser necessário superar a ideia falsa de que a imparcialidade seja uma condição para o alcance da totalidade a partir de uma postura apolítica e descompromissada do pesquisador frente ao seu objeto. A imparcialidade¹⁶ não é uma totalidade, mas parte de uma relação. “De modo que ser imparcial é ser coerente com os seus pensamentos e ter a decência de defendê-los, é não se deixar corromper pela conveniência. A imparcialidade nunca é apolítica” (FERNANDES, 2001, p. 14). Em finais de março desse mesmo ano pudemos novamente retornar ao município para participar da atividade celebrativa de dois anos de luta e resistência do MST no município, em virtude do aniversário de dois anos do acampamento *Derli Casali*. Buscamos, então, verificar ao longo de dez dias as informações que ficaram em aberto quando da realização do trabalho de campo anterior, além de fazer o registro de mais essa expressão da luta pela terra. O mapa 1 indica a localização do município e dos acampamentos pesquisados.

Por último buscamos por meio de informações disponíveis em órgãos públicos ou organizações civis e relacionadas com o tema estudado, notadamente o IBGE, o

¹⁶ O autor afirma que “se quisermos defender a imparcialidade, temos de compreendê-la como uma postura coerente, tendo como referência o rigor científico, no que se refere ao método, à teoria e à metodologia.” (FERNANDES, 2001, p. 14).

IDAF, o INCRA, o IEMA, a SEAG, a CPT e o próprio MST, elaborar um conjunto de tabelas que pudessem evidenciar nossas constatações empíricas.

A obtenção dessas informações nem sempre foi facilitada e ajudou a evidenciar como o acesso à informação pública ainda é um obstáculo real às pesquisas que não sirvam para legitimar o pensamento único que se estabeleceu nas esferas administrativas do Estado nas últimas décadas. Outras fontes de informações secundárias foram os jornais e revistas que abordaram a temática da conflitualidade pela terra no Espírito Santo e em Ecoporanga.

Essas foram as etapas que proporcionaram a construção de uma metodologia de pesquisa relacional que, por sua natureza, possibilitou nossa inserção na realidade atinente ao objeto de estudo delimitado e a interação entre sujeitos que buscam um mesmo objetivo maior que é a superação da sociedade baseada na imensa acumulação de riqueza por alguns em um pólo e na imensa socialização da pobreza a outros milhões de sujeitos no outro. Nesses termos, podemos afirmar que a interlocução estabelecida por meio da metodologia utilizada superou as demandas particulares dos sujeitos envolvidos, tais como a reforma da estrutura agrária brasileira, promotora de condições dignas de vida para as famílias trabalhadoras despossuídas bem como a simples conclusão de uma pesquisa acadêmica.

Esperamos assim ter contribuído de alguma forma para a compreensão de uma realidade que, mesmo pontual e recortada temporalmente, vem se expressando por todas as regiões do país, infelizmente sem um horizonte de sua superação.

3.2. A ocupação do Noroeste do Espírito Santo: questão lindeira e conflito agrário

O campesinato brasileiro formou-se a partir de sua negação ou expropriação da força de trabalho. Sua formação ocorreu no movimento constante de busca pelo seu território de trabalho e vida. Por vezes ele foi expulso de suas posses conquistadas pelo trabalho de derrubada de matas e o cultivo da terra para dar lugar aos projetos estatais e/ou voltados à produção agrícola moderna em latifúndios. Restou-lhe sempre a busca de novas terras e a migração como destino. Os territórios de fronteira

representaram para o camponês a nova possibilidade de acessar a terra de trabalho e seu próprio território, mas também o avanço da estrutura agrária excludente e concentradora de terras e poder. A condição concentrada da terra associada à negação dos territórios camponeses por parte dos grandes proprietários foram alguns dos motivos que levaram populações a se levantar contra a ordem em diversos pontos do país em várias épocas. O período entre 1893 e 1915 assistiu a uma série dessas revoltas, dentre as quais se destacam como as mais importantes, a Guerra de Canudos e o Contestado, ambas com forte caráter messiânico, mas que colocaram os camponeses como protagonistas da história. As populações envolvidas nesses episódios foram duramente reprimidas.¹⁷

A região noroeste do Espírito Santo esteve também envolvida num conflito entre posseiros vindos de diversas regiões do país, em especial o sul da Bahia e o leste de Minas Gerais, e grileiros de terras. Os episódios se estenderam de forma mais evidente entre as décadas de 1940 e 1960, sem, no entanto, terem cessado no período posterior. O conflito apareceu como uma questão lindeira (PONTES, 2007), de fronteira entre os estados mineiro e capixaba e é mais conhecido pela historiografia local por esse aspecto. O debate acerca da apropriação da terra de trabalho camponesa por parte de representantes da classe latifundiária é relegado a um segundo plano, muitas vezes tratado como evento violento em que a força policial foi necessária para conter a fúria de criminosos atuando numa terra sem lei. Até mesmo Vilaça (1997), cuja obra literária tem por base os acontecimentos desse período, apresenta os camponeses como pessoas que desafiavam a lei para conseguir seus objetivos e que por isso sofreram a brutal (e aparentemente justificada, pelo que se pode deduzir da obra) repressão policial. O fato é que, a história nos mostra que os

¹⁷Sobre a Guerra de Canudos diz Euclides da Cunha que "Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até o esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao anoitecer, quando caíram seus últimos defensores, mortos. Eram quatro apenas, um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados" (CUNHA, 2004). Estima-se que a população do Arraial de Belo Monte estivesse em torno de 25 mil habitantes. As investidas do exército brasileiro que levaram à derrota da resistência conselheirista eliminaram por completo essa população (ver mais em Macedo & Maestri, 2004). Já a respeito da Guerra do Contestado sabe-se que os trabalhadores rurais formaram "vilas santas" e foram perseguidos e combatidos pelas tropas governamentais. As "vilas santas" chegaram a reunir 50 mil pessoas. Em 1915, o Exército e a polícia lançam uma ofensiva final contra os revoltosos. Utiliza-se pela primeira vez no Brasil a aviação de guerra e bombardeios aéreos. No início de 1916 a rebelião é liquidada, com milhares de camponeses mortos" (INSTITUTO CAJAMAR, 1989). Ambos os conflitos evidenciam a característica antipopular do exército e forças policiais do país.

acontecimentos envolvendo conflitos entre camponeses, posseiros e grileiros pelo país quase sempre tiveram a ação das polícias militares a favor do segundo grupo.

A região compunha parte da Serra dos Aimorés e por essa referência natural era mais conhecida antes da delimitação final entre os estados em disputa e o estabelecimento de seus respectivos municípios. A Serra dos Aimorés em sua atual configuração ainda estava por ser devidamente delimitada até o final do século XIX. Os governos mineiro e capixaba reconheciam essa formação geológica como o limite entre os dois estados, embora desconhecassem sua real dimensão. Ao leste da Serra dos Aimorés os mineiros que iniciaram o desbravamento da região o fizeram por iniciativa de Teófilo Otoni, que criou a Companhia do Mucuri em 1847, tendo sido estimulada a colonização a partir de 1861 pelo governo Imperial. Essa “onda colonizadora” mineira avançou trazendo uma população branca empobrecida aos domínios anteriormente indígenas da região serrana, que ali se estabeleceram transformando-se em pequenos proprietários. Vez por outra ataques de índios Pojichás causavam terror e insegurança entre os colonos, que acabavam por abandonar as terras cultivadas para salvarem suas vidas. Havia também casos de matrimônio entre indígenas e colonos, formando populações miscigenadas e pacíficas que habitavam as florestas da região mineira, desde as margens do Rio São Mateus, até o Rio Doce (OLIVEIRA, 1958). A passagem de Teófilo Otoni pelo vale do rio Mucuri buscou a incorporação dos índios da região, que compunham a última frente de resistência indígena no sudeste do país. Eram tribos que compunham a Nação Botocuda e disputavam pequenos territórios onde a caça, a pesca e a coleta fossem ainda possíveis, o que acabou promovendo guerras entre esses grupos, acelerando assim a sua extinção (SANTOS NEVES; PACHECO, 1992).

O Espírito Santo nesse período ainda não havia alcançado o território ao norte do Rio Doce. A população capixaba estava concentrada quase exclusivamente no litoral. Ao norte do estado o domínio das matas virgens se estendia até o lado mineiro da Serra dos Aimorés; e ao norte até as florestas de Mucuri (BORG, et al, 1996). Somente em finais da década de 1920 é que o avanço à região noroeste capixaba se expande, a partir da Serra dos Aimorés, chegando ali muitos mineiros em busca de terras devolutas para trabalharem de forma autônoma em pequenas propriedades, um movimento que ocorria sem o devido conhecimento dos governos mineiro e capixaba que só passariam a se preocupar de fato com a questão de fronteira a partir desse

período¹⁸. Asdrúbal Soares, representante capixaba em visita à região em 1928 para a celebração de um acordo sobre os limites entre os dois estados afirmava, na Assembléia Constituinte de 1946 que, a região era completamente despovoada e estava inscrita nos mapas oficiais como “terrenos desconhecidos” (PONTES, 2007).

A fronteira entre Minas Gerais e Espírito Santo a partir da década de 1940, presenciou o desenvolvimento desse tipo de conflito entre a terra de trabalho e a terra rentista. Camponeses expropriados de outras regiões do país, sobretudo do sul da Bahia e leste de Minas Gerais, rumaram para a região da Serra dos Aimorés em busca de terra para trabalhar e territorializar seu modo de vida. Essa migração intensa aliada ao avanço das relações capitalistas para a região gerou conflitos. O Estado agravou o problema agrário na medida em que não interferiu de forma a resolver efetivamente o problema das fronteiras entre Minas Gerais e Espírito Santo e, por vezes, agiu no sentido de legitimar a violência promovida pelos grandes proprietários contra os camponeses posseiros.

O conflito se desenvolveu ainda entre as décadas de 1950, período de intensa violência policial e assassinatos de posseiros; e 1960, quando os estados de Minas Gerais e Espírito Santo quase entraram em guerra pela região contestada, vindo a definitivamente estabelecer suas fronteiras no ano de 1963. No ano seguinte ocorre o golpe militar no Brasil e um dos temas a serem resolvidos pelo novo governo dizia respeito aos diversos conflitos por terra que estavam por ser resolvidos. Naquele mesmo ano os militares estabelecem o Estatuto da Terra e o utilizam de forma a amenizar os conflitos existentes pelo país. Ecoporanga foi um município que sofreu a ação dos militares para apaziguar os confrontos entre posseiros e grileiros, quando centenas de pessoas foram convidadas a estabelecer suas terras de trabalho ao norte do país. Como parte da estratégia de segurança nacional e também buscando povoar o norte brasileiro os militares removeram essas pessoas para o estado de Rondônia onde puderam então estabelecer propriedades, sem no entanto escapar às arbitrariedades que chegaram na região juntamente com seus novos habitantes.

¹⁸ Loiola (2008) demonstra que já em 1911 ocorreu a assinatura de um convênio provisório entre os governos capixaba e mineiro para definir os limites estaduais. No ano seguinte um incidente fiscal entre os dois estados levou a uma disputa judicial pelas regiões de Lajinha, Mutum, São Samuel do Mutum, Chalé, Conceição do Ipanema, São Sebastião do Ocidente e Bom Jardim a “região do contestado”, tendo o estado mineiro ganhado a causa e absorvendo essa parcela territorial do Espírito Santo.

Os anos de 1970 e 1980 foram para o município um período de ampliação de pastagens e da atividade agropecuária. Com a maior parte da população migrando para outras regiões essa atividade, que demanda grandes extensões de terra, teve plenas condições de se estabelecer. "O criatório bovino, que domina atualmente o município, foi responsável pela concentração fundiária nas mãos de uns poucos fazendeiros, tendo origem, primeiramente, no gado trazido dos territórios de Minas Gerais" (NEVES & PACHECO, 1992, p.77). A consequência social que derivou da implantação dessa atividade, além da dispersão da população do município, foi a criação de um limitado mercado de trabalho que girava em torno das atividades da fazenda e do cuidado com o gado, geralmente empregando poucos trabalhadores em vastas propriedades. O declínio da atividade agrícola diversificada, do comércio interdistrital, o empobrecimento da população e a concentração de riqueza nas mãos de poucos grandes proprietários foram outros impactos causados pela pecuária.

A seguir buscaremos demonstrar como se encontra o cenário econômico e social recente do município de Ecoporanga.

3.3. Aspectos socioeconômicos do município de Ecoporanga

Ecoporanga possuía no ano de 2010 23.212 habitantes, majoritariamente concentrados na sede do município. São 57% dos homens e 65,3% das mulheres fora da zona rural ecoporanguense. A tabela 2 A demonstra como se dá a distribuição da população. Se divididos por grupos de faixa etária¹⁹ a população do município é composta por 24,2% de jovens (entre 0 e 14 anos), 63,1% de adultos (15 a 59 anos de idade) e 12,6% de idosos (60 anos e mais). O grupo etário de adultos compõe a maior parte da população de Ecoporanga e é, portanto, aquela parcela que forma a força de trabalho disponível para as atividades econômicas da cidade.

Dados do IBGE (2010) apresentados na tabela 3 apontam que, do universo de habitantes do município, apenas 2.354 possuem emprego com carteira assinada ou

¹⁹ Respeitamos aqui a divisão etária utilizada em estudos de demografia, que inclui pessoas a partir de 15 anos no grupo etário de adultos, pela possibilidade de compor a população economicamente ativa a partir desse momento.

10,14% da população (23,2% da população envolvida em alguma ocupação). Esses trabalhadores gozam de direitos trabalhistas tais como férias, 13º salário, FGTS,

Tabela 2 – População residente em Ecoporanga (2010)

IDADE	Homens		Mulheres		TOTAL		TOTAL POR IDADE
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Homens	Mulheres	
0 a 4	467	284	455	342	751	797	1.549
5 a 9	700	272	664	297	972	961	1.933
10 a 14	611	457	761	307	1.068	1.068	2.136
15 a 19	608	382	593	321	990	914	1.904
20 a 24	597	309	622	281	906	903	1.809
25 a 29	477	424	618	353	901	971	1.872
30 a 39	1.171	641	1.218	615	1.812	1.833	3.645
40 a 49	943	609	939	551	1.552	1.490	3.042
50 a 59	651	490	819	435	1.141	1.254	2.395
60 a 69	356	409	405	315	764	720	1.484
70 ou mais	511	198	594	141	708	735	1.443
TOTAL	7092	4475	7688	3958	11565	11646	23212

FONTE: IBGE (Censo 2010). Organizado pelo autor.

previdência social, entre outros, garantidos por lei. É, no entanto, um número menor do que os 3.744 (16,12%) da população que trabalham sem carteira assinada, ou seja, nada tem garantido na relação empregatícia estabelecida. Trabalhadores autônomos em Ecoporanga representam 1.861 membros (8,1%) da população e os que produzem para auto-consumo são apenas 291 (4,2%). Segundo esses dados apresentados pelo IBGE, excluindo-se a parcela da população que não possui remuneração e que produz para auto-consumo, somente 38,1% dos munícipes apresentam algum tipo de rendimento proveniente de seu trabalho.

Tabela 3 – Ocupação da população em Ecoporanga (2010)

MODALIDADE	Nº DE PESSOAS
Empregados com CT	2.354
Empregados sem CT	3.744
Militares e Funcionários Públicos	758
Trabalho por conta própria	1.861
Empregadores	143
Não remunerados	291
Produção para o auto-consumo	984
TOTAL	10.135

FONTE: IBGE (Censo 2010). Organizado pelo autor.

É possível verificar, a partir dos dados da tabela 4, o desempenho das atividades empresariais do município entre 2006 e 2011. Inclui-se aí o total de empresas cadastradas no Cadastro Central de Empresas. São, portanto, empresas que desenvolvem atividades de diversos tipos, urbanas e rurais. Podemos afirmar que o número de unidades empresariais atuantes ali oscilou ao longo do período apresentado, tendo seu menor índice em 2006 e o maior em 2010. A crise econômica que se estabeleceu internacionalmente em 2008 é um indício a se considerar na variação do número de empresas atuantes no município a partir de 2009, uma vez que muitas das unidades operativas ali se dedicavam às atividades de extração de matéria-prima para exportação, notadamente atividades de extração de rochas, dependentes da demanda externa por esses produtos. O número de empresas no município também diminuiu a partir de 2011. Isso refletiu no número de pessoal ocupado ao longo do período. De 2006 a 2010 houve um crescente no número de trabalhadores envolvidos no mercado de trabalho local, situação que mudou a partir de 2011, quando as ocupações declinaram quase ao número de 2006. O número de trabalhadores assalariados cresceu ao longo do período até 2011, quando caiu o número de postos de trabalho nesse regime. A soma total de salários e demais remunerações teve seu auge em 2010, declinando cerca de 34% no ano seguinte.

Tabela 4 – Números do setor empresarial em Ecoporanga (2006-2011)

Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Número de unidades locais	386	470	500	460	525	484
Pessoal ocupado total	2.631	2.877	2.937	3.114	3.236	2.758
Pessoal ocupado assalariado	2.151	2.353	2.380	2.622	2.676	2.160
Salários e outras remunerações (em mil reais)	21.913	24.543	45.477	48.704	52.453	34.598
Salário médio mensal	2,2	2,2	3,2	3	2,9	2,2
Número de empresas atuantes	-	-	483	441	505	470

Fonte: IBGE (2010). Organizado pelo autor.

A tabela 5 demonstra o perfil de rendimento dos ecoporanguenses em 2010. Podemos afirmar que 77,6% da população do município vivia com rendimento de até 1 salário mínimo²⁰. Sem dúvida uma realidade perversa para essa majoritária parcela que vê comprometida a sua capacidade de adquirir os meios de subsistência necessários à sua reprodução. Se somados àqueles que não possuem nenhum rendimento e os beneficiários de políticas sociais, esse número sobe para 80,5% da população. 14,7% dos ecoporanguenses recebiam em 2010 entre mais de 1 até 3 salários mínimos (entre R\$ 510,00 e R\$ 1.530,00). Menos ainda, eram os que recebiam entre mais de 3 até 5 salários mínimos, totalizando 2% da população (mais de R\$ 1.530,00 até R\$ 2.550,00). Recebiam acima de R\$ 2.550,00 até R\$ 5.100,00 apenas 0,8% da população e somente 0,1% é que possuía ganhos acima de R\$ 5.100,00, ou mais de 10 salários mínimos.

Tabela 5 – Residentes em domicílios particulares e faixa de rendimentos (2010)

até 1/8 de salário mínimo	1.423
mais de 1/8 a 1/4 de salário mínimo	2.628
mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	6.830
mais de 1/2 a 1 salário mínimo	7.136
mais de 1 a 2 salários mínimos	2.796
mais de 2 a 3 salários mínimos	626
mais de 3 a 5 salários mínimos	469
mais de 5 a 10 salários mínimos	197
mais de 10 salários mínimos	29
sem rendimento (inclui beneficiários)	675
TOTAL	22.809

Fonte: IBGE (Censo 2010). Organizado pelo autor.

²⁰ O salário mínimo no ano de 2010 era de R\$ 510,00, estabelecido pela Lei nº 12.255/2010.

Esses são alguns dos aspectos possíveis de avaliação do cenário econômico geral de Ecoporanga. Percebe-se que há dificuldades importantes de serem entendidas para a população local e sua capacidade de sobrevivência em Ecoporanga. Uma grande parcela de adultos em idade economicamente ativa está excluída do mercado formal de trabalho e precisam buscar alguma remuneração em atividades informais ou mesmo migrar para outras regiões afim de amenizarem as consequências impostas por um cenário de concentração de riqueza e meios de produção para poucos.

A seguir iremos avaliar os impactos de outra importante atividade econômica que existe no município e tem crescido de maneira preocupante nos últimos anos. A extração de rochas ornamentais tem sido uma atividade altamente lucrativa ao mesmo tempo que tem ameaçado o meio ambiente pelos seus graves impactos ambientais.

3.4. A atividade extração de rochas ornamentais em Ecoporanga

Uma atividade de grande importância para o Espírito Santo é a extração de mármore e granito. Dados do SEBRAE (2012) demonstram que o estado é o responsável por 50% da produção do mercado nacional e 65% das exportações brasileiras. É também, segundo esses mesmos dados, o maior produtor, processador e exportador do país, possuindo a maior reserva brasileira de mármore. São 1,6 milhões de toneladas de blocos e chapas exportadas e 800 mil metros cúbicos extraídos anualmente. Dos teares em operação no país, 69% se encontram produzindo no Espírito Santo. Estão envolvidos na atividade cerca de 130 mil trabalhadores: 20 mil em empregos diretos e 110 mil em empregos indiretos. O setor ainda corresponde a 8% do PIB capixaba.

O município que está a frente desses números é Cachoeiro do Itapemirim, embora o setor não se concentre ali. O SEBRAE (2012) aponta que 70% da extração de granito ocorre nas regiões norte e noroeste do estado. Barra de São Francisco concentra as atividades do setor na região noroeste, atuando ali cerca de cinquenta empresas, de acordo com dados primários acessados nessa pesquisa. A extração de rochas é hoje uma das principais atividades desenvolvidas no município de Ecoporanga. São ao todo oito empresas atuando no setor, algumas delas estrangeiras. A tabela 6 apresenta essas empresas. Apesar dessa grandiosa dimensão, a atividade no

município emprega de forma regular pouco mais de 800 trabalhadores. Para a exploração de uma área mínima de 400m² são necessários somente sete funcionários: “duas pessoas no processo produtivo, um motorista, um ajudante, dois vendedores e um auxiliar administrativo” (SEBRAE, 2012, p. 4).

Até o ano de 2008 operaram simultaneamente em Ecoporanga 27 pedreiras. Muitas delas operavam irregularmente, tanto em relação às autorizações ambientais necessárias para a atividade, como em referência aos direitos trabalhistas dos seus empregados. Ações de fiscalização do Ministério do Trabalho e do Instituto Estadual de Meio Ambiente suspenderam as atividades de muitas dessas empresas. A crise financeira mundial de 2008 também refletiu na diminuição do número de empresas atuantes no município que subitamente perderam mercados consumidores internacionais. Um fator menos importante, mas curioso para a paralisação de algumas pedreiras foi a qualidade das rochas extraídas pelas empresas: a presença de muitos cristais, trincas e colorações menos procuradas pelo mercado não incentivaram algumas delas a continuarem suas atividades. Quem ficou com o ônus foi a sociedade ecoporanguense que agora convive com morros e montanhas “fraturadas” de forma permanente sem que isso tivesse se convertido em qualquer benefício para o município.

Tabela 6 – Empresas do setor de rochas atuantes em Ecoporanga

Empresas
Granicap
R.E.D. Graniti Brasil Ltda (empresa italiana)
Tracomal Mineração S/A (pedreira e serraria)
Granitos Matatias Ltda
Granitos Estrela do Sul Ltda
Andrade Granitos
MHB Mineração Brasileira Ltda
COMIL Cotaxé Mineração
Pemagran Group (pedreira e serraria)
Grupo Rangel Mármore e Granitos

FONTE: entrevista com representante do SINDIMÁRMORE.

A atividade extrativa gera grande impacto ambiental. Os principais são a contaminação da água de rios e córregos por fluidos utilizados no corte da rocha; a quantidade de poeira que se acumula nas residências próximas às pedreiras; os impactos na paisagem, que sofre grande transformação na medida em que as

montanhas vão sendo consumidas pelas máquinas de corte; o entulho gerado pela atividade também é outro impacto na paisagem facilmente verificável; o forte barulho das explosões ao longo do dia, que podem ser ouvidos há muitos quilômetros de distância dos locais da extração. As figuras 1 a 3 dão uma ideia de como os impactos descritos são observados. As rochas extraídas são em sua maior parte exportadas para a Europa e Ásia e servem principalmente para a produção de pias e bancadas para banheiros e cozinhas, tampos de mesas, rodapés, pisos, arte e decoração funerária, entre outros usos menos comuns. Há ainda os impactos da atividade de extração de rochas sobre a saúde do trabalhador. Organizados no sindicato eles buscam hoje resolver a questão da poeira gerada pela atividade no local de trabalho e o risco que isso representa para os trabalhadores. São nove os casos confirmados de silicose²¹ em trabalhadores do setor no município. A luta do sindicato já garantiu a obrigatoriedade do uso do Equipamento de Proteção Individual e o pagamento de insalubridade da atividade de 40% em relação ao salário-base²². Também os acidentes de trabalho no setor costumam ser muito graves ou fatais e os mais comuns são o deslizamento da rocha bruta e o consequente esmagamento ou prensa do trabalhador pela chapa cortada.

Os impactos da atividade de extração de rocha, um tipo de extração mineral, são considerados por Nakatani et al. (2012) como atividade ligada ao agronegócio, em consequência da sua natureza voltada para exportação e pela definição do preço da mercadoria derivada da atividade pelos mercados financeiros; essa é uma das *commodities* primárias produzidas pelo Brasil.

É possível perceber que também nessa atividade, relativamente recente no espaço geográfico de Ecoporanga, existe a concentração do meio de produção – a terra aí incluída – nas mãos de poucos proprietários. Os lucros tornam-se mais uma vez privados enquanto as consequências ambientais e para a saúde do trabalhador e dos moradores do município são socializadas.

Figura 1 – Pedreira em Ecoporanga e resíduos gerados na atividade

²¹ Silicose é uma doença causada pela inalação de pó de sílica. A exposição constante a essa poeira pode causar a doença em 1 ano mas seus sintomas surgem entre 10 e 15 anos de exposição. Falta de ar e dificuldade em respirar são alguns dos sintomas da doença, que chega em estágio avançado a dar ao pulmão doente a aparência de uma rocha.

²² O salário-base da categoria era em março de 2014 no valor de R\$975,00.



Fonte: arquivo do autor (2013)

Figura 2 – Pedreira abandonada: coloração da rocha pouco valorizada no mercado internacional não vale a continuidade da exploração



Fonte: arquivo do autor (2013)

Figura 3 – Vista aérea de grande pedreira em Ecoporanga



Fonte: arquivo do autor (2013)

Esse é portanto o cenário onde se vai desenvolver a crítica pelo movimento social à ordem estabelecida, que exclui a maior parcela dos cidadãos e concentra a riqueza e a conquista das condições materiais para poucos privilegiados. O capítulo a seguir apresenta então quem são os agentes que buscam questionar as condições de vida e trabalho presentes em Ecoporanga que são aqui objeto de estudo.

CAPÍTULO IV – A LUTA PELA TERRA EM DOIS ACAMPAMENTOS DO MST EM ECOPORANGA

Nesse capítulo buscaremos apresentar a dinâmica vivida pelos acampamentos do MST em Ecoporanga. A análise traz os resultados do trabalho de campo desenvolvido nos acampamentos do Movimento no período de 17 de janeiro a 2 de abril. Nossa perspectiva se concentra nos mecanismos das ocupações de terra, na montagem dos acampamentos e no desenvolvimento da dinâmica particular daqueles territórios, expressões da pressão dos camponeses sobre o Estado para alcançar a reforma agrária e capaz de agregar indivíduos de diferentes origens e motivações num mesmo compromisso, que é o de conquistar a terra de trabalho. O desenvolvimento dessa forma específica de luta foi o que ajudou a forjar a identidade Sem Terra dos sujeitos organizados no MST pelo país e também no Espírito Santo.

A seguir faremos a caracterização dos acampamentos *Derli Casali* e *Maria Izabel* localizados em Ecoporanga, trazendo os elementos que identificam os respectivos territórios com a luta do MST. Uma luta que não deixa de ser contraditória e de apresentar grandes dificuldades organizativas, visto que a diversidade de sujeitos interagindo entre si em busca de um mesmo objetivo também estabelece relações de poder e influência que nem sempre são harmônicas, mas que são substanciais para a formação da consciência e da identidade “Sem Terra”, quando trabalhadas de maneira didática e por dentro dos princípios do Movimento.

Essa discussão nos permite analisar os conflitos de representação manifestados no interior dos acampamentos, originados pelo contraste entre o projeto de ressocialização proposto pelo MST naqueles territórios e os diversos projetos individuais de cada sujeito presente e atuante nas ocupações de terra.

4.1. O MST em Ecoporanga

Em Ecoporanga a presença do MST data de 1989, quando o movimento conquistou no município seu primeiro território, o Assentamento *Vale Ouro*, fruto da mobilização dos Sem Terra ocorrida em 3 de setembro de 1988 no município de Conceição da Barra, quando cerca de 550 famílias ocuparam uma área da Acesita Energética, tendo

sido um dos primeiros símbolos de resistência do MST no estado. Em virtude do efetivo policial de 600 homens mobilizados para realizar a reintegração de posse, os Sem Terra foram forçados a desocupar a área e, caminhando cerca de 12 quilômetros por matas, pastagens e córregos, acamparam numa pequena propriedade próxima a localidade de Nova Lima, onde permaneceriam por vários meses a fim de conquistar a terra, o que acabou se realizando. Era o período da história do MST no Espírito Santo classificado por Souza et al (2005) como *O Imprevisto*, quando a classe proprietária latifundiária estava se organizando em torno da União Democrática Ruralista (UDR) para se contrapor às ações dos Sem Terra no estado e, naquele momento, impedir a conquista de territórios pelo Movimento. “Com a resistência dos trabalhadores rurais, entra em cena a famigerada UDR com seus planos e pistoleiros diabólicos e ateiam fogo à fazenda, obrigando os trabalhadores a procurarem um lugar mais seguro, para ser instalado o novo acampamento” (SOUZA et al, 2005, p. 88). O assentamento *Vale Ouro* possui 30 famílias e ocupa uma área de 357 hectares.

A ocupação da *Fazenda da Floresta do Rio Doce*, em São Mateus, por aproximadamente 80 famílias, no dia 22 de julho de 1990, originou após meses de luta e resistência, os assentamentos *22 de Julho* e *Bom Jesus* em setembro de 1991, também em Ecoporanga, com 12 e 18 famílias, ocupando uma área de 131 hectares e 180 hectares, respectivamente. Foi um período delicado para a luta organizada pelo MST no estado, visto que dois anos antes numa ocupação frustrada pela polícia militar na Fazenda Ipuera, município de Pedro Canário, ocorreu a morte de um policial e do dono da fazenda parcialmente ocupada num confronto entre esses e os ocupantes da propriedade, o que levou o MST para o banco dos réus, dificultando a ampliação do trabalho de construção do Movimento no Espírito Santo por meio de outras ocupações. A reação da UDR foi imediata e dois importantes sindicalistas que estavam à frente da construção do MST no estado foram assassinados – Verino Sossai no município de Montanha e Valdício Barbosa dos Santos em Pedro Canário – antes de se completar um mês dos fatos ocorridos na Fazenda Ipuera. Foi um episódio que abalou a relação do Movimento com a Igreja Católica e alguns sindicalistas, ao mesmo tempo em que o aproximou da Central Única dos Trabalhadores e de setores do Partido dos Trabalhadores (SOUZA, et al 2005).

Em 1997 outro território para assentamento em Ecoporanga foi conquistado pela luta do MST a partir de uma ocupação ocorrida no ano anterior em São João do Sobrado,

município de Pinheiros. Aproximadamente 520 famílias acampadas por 5 meses na região conseguiram pressionar pela desapropriação de diversas áreas, entre elas a Fazenda Miragem em Ecoporanga. No entanto, no momento do deslocamento das famílias do MST de Pinheiros para o Ecoporanga, outras famílias de sem-terras, organizados pelo sindicato rural, ocuparam a fazenda destinada ao assentamento dos Sem Terra, tendo então o MST perdido esse território para outro movimento socioterritorial.

Vinte e cinco anos depois do primeiro assentamento conquistado pelo MST no município o Movimento organiza dois acampamentos na cidade, numa perspectiva histórica diferente daquela que conquistou outros territórios ali. O debate sobre a necessidade da realização da reforma agrária já não é consenso no meio político; o avanço tecnológico promovido pelo agronegócio na produtividade e mecanização da produção fortalece o discurso do paradigma do capitalismo agrário; a questão agrária mais aparece como uma questão social de inclusão da parcela empobrecida da população rural e menos como uma política que viabilize e dinamize a economia do setor. E são essas teses que tem se destacado no debate promovido pelo Estado em sua política para o setor.

4.1.1. Histórico da ocupação dos acampamentos *Derli Casali* e *Maria Izabel*

Os dois acampamentos do MST em Ecoporanga surgiram de um mesmo momento de mobilização. O acampamento *Derli Casali* surgiu no dia 26 de março de 2012. O local do primeiro acampamento foi uma área pública de aproximadamente dois hectares integrante do Patrimônio do Bagre (ou também Córrego do Bagre) que foi incorporada indevidamente à terras da “Fazenda Vista Alegre”, de propriedade de empresários locais de uma tradicional família da região. A fazenda desenvolve a atividade pecuária e produz gado de corte com fins à exportação para a União Européia. Desde 2007 é a principal filial da empresa Tracomal Norte Granitos LTDA – que surgiu em 2006 como Tracomal Mineração S/A e que tem como endereço oficial o mesmo da propriedade rural – principal empresa de extratação de mármore e granito na região noroeste do estado, atividade que traz impactos de diversas ordens para o meio ambiente e para os cidadãos ecoporanguenses, como já exposto no capítulo anterior. O espaço que abrigou os barracos de madeira e lona plástica foi uma área doada pela prefeitura à Igreja Católica na década de 1960 para a fundação de um vilarejo, a

construção de uma capela e um cemitério, visando ampliar a densidade populacional do município. Embora a capela ainda exista, o vilarejo e o cemitério foram destruídos pelos auto-proclamados donos da área que a invadiram em finais de 2011 para ali facilitar o desenvolvimento de pastos para o seu gado. Desde então, moradores da região estão proibidos de acessar o local e o cemitério se transformou depois em plantio de capim .

Para que se pudesse constituir o acampamento, uma base social para o MST em Ecoporanga foi mobilizada. O bairro escolhido para o trabalho de base foi a Vila Nova, região da periferia do município, onde se concentram moradores que trabalham como autônomos na cidade ou no campo, além de um significativo contingente de desempregados.

A ocupação da Fazenda Vista Alegre ocorreu na madrugada de um domingo para a segunda-feira, tendo sido mobilizadas para essa ação cerca de 90 famílias. No momento da realização da ocupação, no entanto, somente 11 famílias compareceram ao local determinado previamente, além de representantes do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Serra (CDDH). Ao longo do dia mais famílias foram chegando à ocupação e ao final daquela semana já haviam ali cerca de 80 famílias. Até fins de abril daquele ano somavam-se 150 famílias à ocupação. Os empresários sentindo-se lesados pela ação logo se organizaram e acionaram a justiça pedindo a reintegração de posse do terreno, alegando que o acampamento estava “atrapalhando a passagem para a sede da propriedade, causando medo, insegurança e intranquilidade [...] além de estar impedindo a parte autora [do pedido de reintegração de posse] de adentrar e circular na propriedade” (BRASIL, 2012, p. 1).

A Comissão de Direitos Humanos Estadual passou a acompanhar de perto as negociações entre os MST e os fazendeiros a partir de então. Como forma de garantir a integridade das pessoas envolvidas na ação, a Comissão protocolou diversos documentos em instituições como o INCRA, OAB, Defensoria Pública Estadual e a Arquidiocese de Vitória. Isso deu certa proteção aos acampados, uma vez que entre os membros da Comissão contava-se com alguns representantes políticos de mandatos do Partido dos Trabalhadores. Até ali a ocupação ganhara certa legitimidade, pois a área ocupada tecnicamente não possuía proprietário, o que havia era a compra de uma área pública realizada pelo empresário que reclamava a

propriedade, sem haver um documento que a comprovasse. O pedido de reintegração de posse acabou sendo aceito pelo Juiz de direito da 1ª Vara Cível de Ecoporanga que, em sua decisão, publicada em 3 de abril de 2012, afirmou que a petição solicitada atendia aos critérios jurídicos necessários para autorizá-lo a decidir daquela forma. Observou ainda que a parte autora do pedido era de fato proprietária do imóvel ocupado e que o boletim de ocorrência comprovava a invasão da terra pelo MST em uma propriedade produtiva²³. A ordem deveria ser cumprida pela polícia militar no dia 31 de maio.

Antes da desocupação do Patrimônio do Bagre, os acampados decidiram por realizar uma marcha até a sede do município, a poucos dias da data de reintegração de posse. Eles se dirigiram até a Câmara Municipal para solicitar aos vereadores que exigissem do Poder Executivo a retomada do antigo Patrimônio do Bagre dos fazendeiros. Durante o percurso pela avenida principal, os acampados defendiam a necessidade da redistribuição de terras para os moradores do município, alegando que, muitas vezes, precisam trabalhar em outras cidades, pois não há emprego para todos dentro da forma de exploração das terras baseada, majoritariamente, na pecuária extensiva e no agronegócio, característicos da realidade local.

Após a reintegração judicial (ocorrida sem a necessidade de força policial) os acampados deixaram o Patrimônio do Bagre se deslocando para outra área, indo estabelecer o novo acampamento, dessa vez numa área cedida por empréstimo de um pequeno produtor no Córrego da Laje. O local, no entanto, era muito distante do núcleo urbano e isso não animava outras pessoas a deixarem para trás seus empregos e meios de vida ligados ao meio urbano para irem morar numa localidade sem nenhuma estrutura de manutenção da vida cotidiana. A demanda por massificar a luta por meio da forma acampamento encontrou aí um obstáculo real para a sua expansão: o trabalho de base do MST manteve-se na cidade, mas não existiam

²³ A decisão do Juiz de Direito da 1ª Vara Cível de Ecoporanga foi, no entanto, revogada por um dos Desembargadores da 1ª Câmara Cível e publicada do Diário da Justiça em 15 de agosto de 2012, três meses depois de já realizada a reintegração de posse do terreno. O Desembargador afirmou em seu parecer que a decisão foi contraditória, pois os argumentos utilizados pelo Juiz de Direito para legitimar a sua decisão foram insuficientes. A partir dessa constatação o Desembargador ofereceu a posição tradicional que vem sendo tomada pela 1ª Câmara Cível para esse tipo de ação, que é a impugnação da decisão baseada em jurisprudência. Até o desenvolvimento dessa pesquisa, cujo trabalho de campo ocorreu mais de um ano após a decisão do Desembargador, os acampados do “Derli Casali” desconheciam essa decisão.

condições de ampliação do acampamento num meio legitimamente rural. De acordo com um dirigente do Movimento no estado:

Desde o período que a gente estava desenvolvendo o trabalho de base a gente já percebia que construir um acampamento em Ecoporanga seria diferente de todos os outros municípios do estado. Primeiro a dificuldade que as famílias camponesas tem de fato em residir no próprio município para trabalhar; muitas delas já vinham no próprio trabalho de base dizer que não tinham condições de morar em acampamento. O modelo de acampamento que a gente tem nos outros sete acampamentos no estado as famílias residem no acampamento. (Entrevista com o dirigente estadual do MST destacado para coordenar os acampamentos de Ecoporanga)

Nesse momento as lideranças acharam conveniente pensar outro acampamento mais próximo da sede do município que pudesse receber as famílias que seguiam sendo mobilizadas na periferia da sede de Ecoporanga. Um dos acampados que se destacou no processo organizativo do MST durante o processo, que é também dirigente sindical, ficou então responsável por organizar uma nova ocupação num terreno cerca de um quilômetro distante da cidade. Algumas famílias do *Derli Casali* acompanharam esse novo acampamento que se estabeleceu paralelo à estrada de Imburana. Nascia, então, o acampamento *Maria Izabel* com 120 famílias mobilizadas.

O novo acampamento também enfrentou dificuldades, inicialmente com o tamanho da área ocupada. O terreno era muito pequeno para a quantidade de famílias instaladas e esse número crescia. Em pouco tempo não havia mais condições de levantar barracos, o que inviabilizava a continuidade da massificação da luta. Havia também o problema do acesso à água, muito difícil de consumir no acampamento visto a inexistência de cursos d'água próximos ao local, o que obrigava os acampados a recorrerem à busca de água na cidade. Com o primeiro acampamento instalado distante da cidade, impedindo o estabelecimento de acampados, cuja reprodução da vida dependia do trabalho na cidade; e o segundo acampamento já esgotado de possibilidades de expansão, considerando o número de ocupantes, as lideranças do MST encontraram aí um obstáculo real para ampliar a luta.

Após aproximadamente um ano e meio da ocupação da área cedida ao *Derli Casali*, o proprietário pediu que o acampamento liberasse o terreno para que ele pudesse semear. As lideranças entraram em contato com a prefeitura municipal que, após avaliar a questão, cedeu uma área para que o acampamento pudesse ali se instalar. O terreno de 40 mil m² é situado no Km 3 da rodovia Ecoporanga (Fazenda Miragem)

e foi doado no ano 2000 pela municipalidade para a Firma ECOFRI – ECOPORANGA FRIGORÍFICO LTDA ME, cuja destinação era a criação do “Matadouro, Frigorífico e Derivados”. Embora o prédio tenha sido construído, faltando apenas a instalação da maquinaria necessária para o início do empreendimento, a pequena agroindústria nunca foi ativada²⁴, sendo revertido ao município posteriormente de acordo com a lei²⁵. Essa ocasião ajudou a resolver o problema relativo à ampliação do acampamento, pois o novo território a ser ocupado garantia a possibilidade de envolvimento das novas famílias trabalhadoras na cidade com a mobilização. No atual local do acampamento, à época do trabalho de campo, com cinco meses de instalação, existiam cerca de 80 famílias mobilizadas.

Enquanto o acampamento *Derli Casali* se aproximou do núcleo urbano, os acampados do *Maria Izabel* fizeram o movimento contrário, retirando-se para um lugar mais distante que pudesse receber mais famílias. Resolveu-se em assembléia que o acampamento deveria se deslocar para o Córrego Água Branca, ao longo da ES-080, uma estrada sem asfalto distante cerca de 20 km da sede municipal. Algumas famílias não concordaram com a mudança, pois isso dificultaria o exercício de suas atividades empregatícias no núcleo urbano. Essas resolveram, então, se transferirem para o *Derli Casali* e o acampamento que possuía 120 famílias se transferiu para o novo local com apenas 58 delas. A mudança ocorreu em 15 de novembro de 2013 e não pode contar com a principal liderança de ambos os acampamentos, que se afastou por motivos de saúde, o que prejudicou a reorganização do acampamento em seu novo território. Muitas famílias dispersaram seus barracos pela estrada, dificultando o exercício da comunidade e da própria organicidade de acampamentos do MST na nova ocupação. Hoje são 78 as famílias vivendo nesse acampamento de beira de estrada.

Na transferência de famílias do “Maria Izabel para o “Derli Casali” o novo rearranjo promoveu alguns pequenos conflitos entre alguns acampados com destacada liderança. Um grupo de seis famílias que estava insatisfeita com a forma de condução do acampamento resolveu se retirar para fundar outro acampamento sob bandeira de outra organização, no caso o Movimento de Luta no Campo ligado à FETAES,

²⁴ A versão que pudemos conhecer em campo sobre esse fato é de que houve uma articulação de um fazendeiro local para impedir que o empreendimento pudesse se efetivar, tendo em vista que ele próprio possui um matadouro que atende aos produtores do município. A versão, no entanto, não pode ser verificada nessa pesquisa.

²⁵ Lei municipal nº 876 de 08/08/2000.

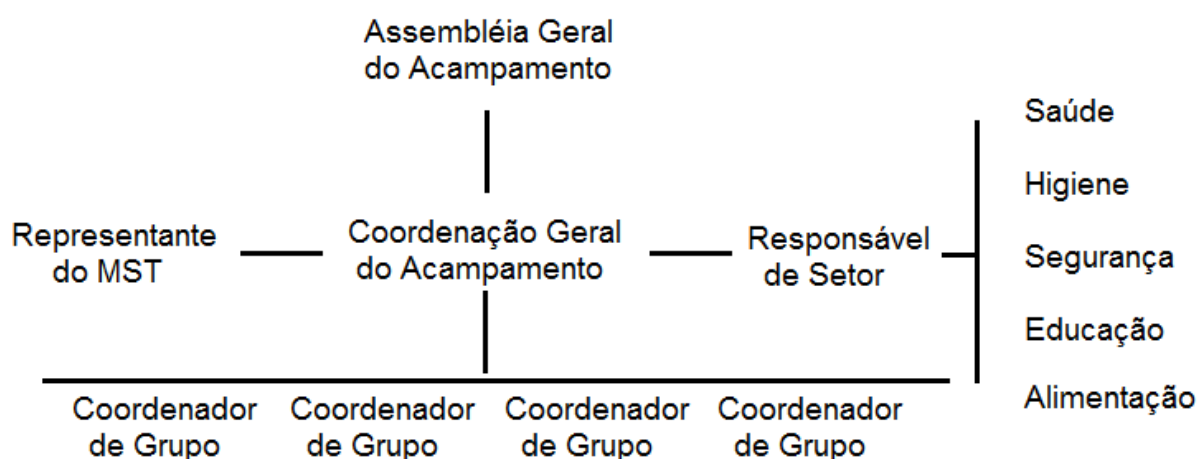
denominado *Novo Sonho II*. Embora esse acampamento não tenha sido objeto de análise nessa pesquisa, julgamos importante pontuar esse acontecimento, que nos ajuda a evidenciar que, mesmo com divergências existentes no método de trabalho dessas organizações, a necessidade de acessar a terra pelas famílias camponesas é o que move seus interesses, e não desanima a realização de ocupações. O mapa 2 a seguir indica a localização dos dois acampamentos do MST existentes hoje no município de Ecoporanga.

4.1.2. A organicidade dos acampamentos do MST em Ecoporanga

Ao assumir o papel de movimento social reivindicatório, o MST estabeleceu uma estrutura de organização e funcionamento que possui fóruns de decisão determinados, divisão de tarefas definidas por setores e quadros políticos responsáveis pela articulação do Movimento com outras instâncias da sociedade, com a imprensa e o governo.

Essa estrutura se reflete também na organização das ocupações para que essas se mantenham organizadas e fortalecidas perante as investidas de seus opositores, sendo para isso preciso distribuir tarefas entre os acampados, tornando-os sujeitos ativos no processo e possibilitando, assim, a tomada de consciência política pelos envolvidos. A forma da organização define como o processo vai se desenvolver e quais os resultados esperados. A figura 4 representa o esquema organizativo verificado nos acampamentos do MST em Ecoporanga, A mesma verificada por Turatti (2005) em acampamentos do interior paulista.

Figura 4 - Níveis de organização no interior de um acampamento



Fonte: TURATTI, 2005.

A Assembléia Geral do Acampamento é a instância máxima de decisões da vida do grupo social ali reunido e seu reconhecimento é parte vital para o bom funcionamento do acampamento. É nesse espaço que os acampados dialogam com a comunidade envolvida no acampamento buscando resolver questões ou mesmo sugerir iniciativas que ajudem a organizar o território e a luta da melhor maneira possível.

Todo acampamento do MST possui um grupo que o representa, os líderes, responsáveis pela coordenação geral e pela condução política do processo. Turatti (2005, p. 55) afirma que “após a ocupação, montado o acampamento, as famílias são divididas em grupos e cada grupo elege o seu coordenador. Não há um número determinado de grupos ou famílias pertencentes a um grupo”. Os representantes do MST e os coordenadores eleitos pelos acampados formam a coordenação do acampamento e lhes compete escolher os responsáveis pelos setores de trabalho: saúde, higiene, segurança, alimentação e educação. São essas instâncias que irão organizar o conjunto de acampados durante o período que estiverem nessa condição.

A coordenação do acampamento – que está sempre mudando seus membros, de forma a envolver a maioria dos acampados na sua organicidade – realiza reuniões periódicas onde deliberam sobre os temas abrangidos pela organização dos setores, garantindo assim o funcionamento das atividades do acampamento. Suas decisões são passíveis de questionamento ou reorientação apenas pela assembleia dos acampados. Quando reunida a coordenação discute uma pauta previamente estabelecida, podendo também incluir pontos de discussão de acordo com a necessidade. Esse momento é importante pois ajuda a manter a mobilização das pessoas em torno da luta pela terra e os politizando na medida em que acompanham de perto os desdobramentos da sua reivindicação.

Os coordenadores de grupos de famílias devem manter informadas sobre as decisões e debates realizados na coordenação geral do acampamento as famílias que coordenam além de receber dessas famílias suas reclamações ou reivindicações a serem debatidas nas reuniões da coordenação geral.

Os setores existentes no acampamento têm como objetivo garantir o bom funcionamento e proteção do acampamento e dos acampados, que vivem precárias condições de vida nesses espaços. Cada setor cuida de um aspecto da organização do acampamento, amenizando assim as condições adversas a que estão expostos os Sem Terra.

O Setor de Saúde é um dos setores mais difíceis de organizar num acampamento pois não existem condições minimamente adequadas para se cuidar das enfermidades dos acampados. O atendimento à saúde dessas se resume muitas vezes a distribuição de

remédios como analgésicos e antigripais. Acampados que precisem de maiores cuidados tem seus casos levados à coordenação do acampamento, que irá encaminhar o enfermo à alguma unidade de saúde próxima na medida da sua possibilidade. Turatti (2005) nos lembra que não existe nenhuma política pública institucional que garanta auxílio à acampados da reforma agrária no que tange o atendimento da saúde dessas pessoas.

O Setor de Higiene visa estabelecer as adequadas condições ambientais do acampamento, de forma a evitar a proliferação de doenças causadas pela sujeira e manter a organização do espaço do acampamento. Está sempre atento aos espaços onde se criam animais e também é responsável pela construção de fossas sépticas que vão armazenar os dejetos gerados pelo grupo acampado. Ao menos uma vez por semana convocam uma limpeza geral no espaço do acampamento, evitando o acúmulo de sacolas de lixo e outros descartes gerados ali.

A segurança do acampamento é feita pelo Setor de Segurança. São destacadas algumas pessoas que deve estar atentas à movimentação dentro e fora do acampamento, alertando a coordenação sobre situações ou pessoas suspeitas na ambiente. Esse é um dos mais importantes setores de um acampamento pois esses espaços são comumente alvo de ataques por parte de funcionários de fazendas ou de pessoas anônimas que se opõem à presença do acampamento no lugar onde se encontra. Cada acampado deve se organizar para realizar a vigília noturna do acampamento ao menos uma vez na semana, já que a noite as pessoas do acampamento estão mais vulneráveis a serem surpreendidas com algum tipo de violência vinda de fora do acampamento.

O Setor de Educação cumpre a importante tarefa de manter os jovens e adultos do acampamento em estudo, buscando matricular as crianças do acampamento na escola regular sempre que possível. Há muitas crianças num acampamento Sem Terra e muitas têm dificuldade em ir à escola, a depender das condições da família ou da distância de uma unidade escolar do acampamento. Esse setor também busca contribuir na alfabetização e na garantia de espaços adequados para o desenvolvimento dos jovens aplicando pedagogia própria para espaços precários como acampamentos. É realizada geralmente por militantes formados em pedagogia acampados ou não.

Por último temos o Setor de Alimentação, responsável pela distribuição dos alimentos que são doados aos acampamentos por entidades religiosas, vizinhos dos acampamentos, o INCRA e assentamentos; esses últimos doam no caso dos acampamentos de Ecoporanga por meio do Programa de Aquisição de Alimentos, na modalidade doação.

4.1.3. O ACAMPAMENTO *DERLI CASALI*

Situado no Km 3 da estrada do Miragem, o acampamento *Derli Casali* é cercado pela paisagem da agricultura moderna capitalista. O acampamento divide espaço com propriedades pecuaristas que dominam a paisagem com seus pastos. Há na frente da entrada do acampamento uma grande casa-fazenda que hoje é o principal local da cidade para a realização de comemorações luxuosas como casamentos e formaturas, o *Parque das Águas*. Na mesma propriedade existe o plantio de eucalipto, cuja área cultivada é quase cinco vezes maior que o território do acampamento, conforme se pode observar na Figura 5.

Figura 5 – O território do agronegócio cerca o território da resistência camponesa no acampamento *Derli Casali*



Fonte: GOOGLE EARTH, 2014 (acesso em 10/07/2014).

O acampamento é vizinho de uma propriedade cujo dono aluga o terreno para um produtor de gado. Os acampados precisavam conviver com bois e vacas circulando pelo acampamento, ameaçando os barracos e as crianças menores. Foi feito um acordo com o responsável pelo terreno para que fosse construída uma cerca separando os dois territórios, com o acampamento ficando responsável por construir um dos lados da cerca e o proprietário, o outro. Embora o acampamento tenha cumprido com a sua parte o proprietário não o fez, obrigando os acampados a decidir em assembleia por realizar também a outra metade da cerca. Na ocasião, cada acampado ofereceu uma contribuição possível para efetivar a conclusão da cerca: um grupo reuniu condições de adquirir os tocos, outro acampado emprestou grande parte do arame necessário, outra parte foi comprada, a mão-de-obra foi escolhida entre os próprios acampados. A Figura 6 dá uma ideia da realidade vivida no acampamento em relação ao gado.

Figura 6 – Gado da propriedade vizinha ao acampamento *Derli Casali* circula no acampamento



FONTE: arquivo do autor.

Após a resolução dessa contenda foi possível avançar na construção do sistema de abastecimento de água para os barracos. Não há fonte d'água no território do acampamento e foi preciso um acordo entre a prefeitura e o MST para que aquela pudesse oferecer água com regularidade ao acampamento, por meio de caminhão-pipa. O abastecimento ocorre pelo menos três vezes na semana e a água fica reservada em um ambiente adaptado e anexo ao prédio do matadouro. Dali uma rede de canos distribui o recurso às caixas d'água dos barracos. A água deve ser utilizada somente para higiene pessoal e de roupas, pois não é potável. Os acampados trazem da cidade a água necessária para consumo humano.

O acampamento possui regras organizativas tal como o outro acampamento, o *Maria Izabel* (que avaliaremos adiante), que são cumpridas de maneira até flexível pelos acampados e gerando assim certos conflitos internos. Não é difícil ouvir de alguns que há certa preferência por parte da coordenação por alguns membros do acampamento em relação a outros, que determinada pessoa “pode fazer tudo como bem entende enquanto outros não tem a mesma tolerância por parte da coordenação”, Isso tem muita relação com a permanência dos acampados no acampamento durante a semana. A maior parte dos acampados desenvolvem atividades de trabalho no centro de Ecoporanga. São borracheiros, trabalhadores do setor de rochas, diaristas, empregadas domésticas, negociantes, pedreiros, vendedores de lojas. Poucos

desenvolvem atividades ligadas ao meio rural mas existem alguns vaqueiros e meeiros. Essas atividades demandam dos acampados a permanência no centro da cidade durante a semana para que possam trabalhar, dificultando a necessária presença na ocupação. O trato diferenciado com essas pessoas acaba por criar dificuldades no acampamento como a rebelião de alguns acampados pela execução de tarefas como a vigília noturna e o pagamento da “caixinha” que é uma quantia que cada acampado deve pagar para fazer um caixa do acampamento que cobre custos de manutenção do espaço.

Na tentativa de empoderar alguns elementos do acampamento para a tarefa da coordenação do grupo acampado, a coordenação por vezes deixa se desenrolar algumas ações desses elementos para que haja o teste das suas capacidades de liderança. Nem sempre as ações executadas por esses sujeitos funcionam e então a coordenação precisa “aparar arestas” que ficam evidentes quando a ação realizada não sai como o planejado. Isso também ajuda a fortalecer a visão de alguns pela preferência da coordenação por alguns acampados, levando ao desencadeamento de maus entendimentos sobre o papel que a coordenação executa. “Trabalhar com gente não é fácil” é uma frase corriqueira no acampamento, sendo ouvida por todos os lados, tanto por parte daqueles que estão próximos da coordenação como os que estão distantes.

Uma parcela significativa não tem qualquer atividade de trabalho, vivendo apenas dos programas sociais do governo federal e dos bicos esporádicos que surgem. Há ainda pessoas idosas e com necessidades especiais que vivem de aposentadorias por tempo de serviço e por invalidez. Uma parcela de jovens moradores do acampamento estuda e desenvolve trabalhos temporários ajudando suas famílias de alguma maneira dessa forma. Essa é uma característica cada vez mais presente em acampamentos do MST no Espírito Santo: acampados que desenvolvem atividades de trabalho tipicamente urbanas, distanciando-se cada vez mais do trabalho agrícola. Não devemos interpretar essa afirmação como sendo uma prova de que os acampados não têm no trabalho no meio rural o seu modo de vida mas exatamente o contrário: seus modos de vida estão sendo substituídos por outro que atende aos interesses das atividades econômicas ligadas à cidade. Com a expulsão do homem do campo avançando por meio das atividades do agronegócio não restam muitas possibilidades

de trabalho a essas pessoas, que se vem obrigadas a buscar ocupação na cidade e assim garantir sua reprodução da vida:

Eu morava em outro estado, trabalhava a dia e ganhava 20 reais como ajudante de pintura. Hoje eu sou estudante do supletivo e trabalho no lixão catando reciclável. Nasci em Ecoporanga. Meu pai sempre foi vaqueiro e eu sempre morei na roça por isso. Luto por ter independência e deixar de ser explorada. A gente trabalha na cidade pra ganhar uma merreca de salário, quando ganha. Chega no fim da idade com sessenta anos aí pega uma miséria de INSS que demora um monte de tempo pra sair e quando sai tá na hora de morrer. E através da roça a gente tem mais oportunidades né? Quando eu entrei pra luta eu não sabia a diferença entre os movimentos do MST, FETAES, MPA. Conheci pela televisão e quando vi como funcionava o MST eu decidi ficar aqui e não saio pra ir pra outro. Eu milito pelo movimento, que é como eu me considero. A dificuldade mais forte aqui é a picuinha e a fofoca. A falta de companheirismo é grande também porque cada um pensa no seu antes do grupo. Agora em relação a estrutura a dificuldade maior é a falta d'água. Mas apesar disso eu gosto do acampamento porque aqui eu posso ler toda noite; nos dez meses de acampamento eu lia todo dia a noite. Na cidade eu ficava em frente da televisão ou da internet. Antes eu via na televisão o aumento do agronegócio e eu achava que era uma oportunidade de trabalho e agora não, eu vejo que é oportunidade de escravidão da terra e do homem. Os assentamentos que existem já há mais de vinte anos, por mais que é três ou quatro alqueires de terra, eles não precisam ter cem ou mil alqueires, eles tem dois ou três e eles tem uma vida bacana sem dificuldades. Eu não preciso ser fazendeira pra ter minha dignidade, uma vida melhor. Eu posso muito bem conquistar minha independência tendo dois alqueires de terra ou um e meio, desde que trabalhe com companheirismo. Eu já percebi, a pessoa pode ter uma terrinha mas nunca vai a frente sozinha. Agora, trabalhando na coletividade as coisas fluem. Eu estou aqui acampada e lutando pra conseguir um lugar pra mim. O que me motiva a continuar essa luta é eu poder bater no peito depois e dizer que eu ajudei a fazer a reforma agrária em Ecoporanga, a minha cidade natal. **Acampada no Derli Casali, B. 26 anos**

O depoimento de B., acampada desde a primeira ocupação realizada pelo grupo que compõe o Derli Casali mostra as dificuldades que expõem a vida dos sujeitos em luta pelo seu pedaço de chão naquele acampamento. Uma jovem em idade ativa que não consegue um emprego adequado que absorva sua força de trabalho e que vê na modesta parcela de terra uma oportunidade de viver dignamente. A valorização do trabalho coletivo sobre a terra é outro aspecto que se destaca em sua fala: a cumplicidade entre os produtores agrícolas deve nortear o trabalho realizado no campo pois somente assim é possível fazer render o trabalho na roça. A oportunidade de estudo que o ambiente do acampamento oferece à acampada é outro elemento que demonstra que há possibilidade de formação de sujeitos num contexto tão precário como o que existe num acampamento.

Outro depoimento sobre a expectativa de vitória na mobilização pela conquista da terra pode-se encontrar no que revela a acampada V.:

eu morei três anos em Portugal, voltei de lá sem nada e vim direto pro acampamento. Nasci em Vitória e morei num monte de lugares. Hoje eu trabalho de garçoneiro num buffet perto do centro da cidade. Mas já trabalhei de costureira, manicure, empregada doméstica, um monte de coisas. Eu entrei pra luta pra tirar a terra pra conseguir ter uma vida melhor. Mas as picuinhas atrapalham muito. É por isso que eu não moro mais no acampamento porque o meu marido não aceita por conta de uma história que inventaram que eu saí com o dirigente do MST. Mas apesar disso eu gosto daqui, de vir aqui. Eu me sinto bem melhor aqui do que lá na rua, mesmo sem televisão, ventilador, geladeira. Eu me sinto livre aqui. Ter a terra também significa ter saúde, pois se cada um tivesse seu pedacinho, ao invés da gente ir no supermercado comprar aqueles alimentos industrializados a gente poderia plantar e preparar mais saudável. Depois do acampamento o conceito da minha vida mudou. Antes eu achava que era normal fulano ter muita terra e eu não e hoje eu sei que isso é injustiça. E eu permaneço aqui nessa luta pra garantir o futuro das minhas filhas. **Acampada no Derli Casali, V. 26 anos.**

V. precisou deixar o acampamento por certo tempo pois viveu uma intriga envolvendo seu nome, o que desagradou ao seu marido que então a proibiu de continuar acampada. Essa situação deve também ser debatida na medida em que mostra que as mulheres são grande parcela de mão-de-obra excluída e quando se mobilizam a lutar pelos seus direitos estão também expostas à resistência de suas famílias, que usam da coerção para demovê-las de seus objetivos, sendo esse caso uma clara expressão do machismo ainda muito presente entre as camadas empobrecidas da sociedade. Seu depoimento traz um aspecto interessante de se pontuar que é a questão da “saúde” de quem produz seu próprio alimento. O alimento cultivado na terra difere do alimento industrializado para a acampada, que pensa em garantir um futuro melhor para suas filhas quando conquistar sua terra de trabalho. Seu emprego nada tem a ver com aquilo que deseja para sua vida e de sua família e a presença no acampamento a faz sentir-se livre, uma liberdade que certamente espera viver ao conquistar seu assentamento.

Vir pra cá pra mim foi muito importante. Eu melhorei bastante. Em casa eu ficava muito sozinha porque eu não trabalho fora e eu não posso porque eu tomo remédio controlado. Aqui eu converso com o pessoal e nunca mais passei mal, todo mundo cuida da gente aqui. **Acampada no Derli Casali, R. 40 anos.**

Outra acampada que vê no assentamento a oportunidade de melhorar suas condições de saúde. R. relatou viver muitas crises de pânico nos últimos anos, o que levava a constantes desmaios em situações que colocavam sua vida em risco. Apesar da precariedade do acampamento ali ela encontrou uma sociabilidade com outras mulheres e a segurança necessária para depender menos dos remédios controlados

que precisa tomar. Sua horta é uma das mais bem cuidadas do acampamento e é dali que ela retira muitos produtos que alimentam a sua família.

Apesar das contradições existentes nos espaços do acampamento é possível perceber que as pessoas entrevistadas têm grande desejo de vencer a batalha pela conquista do lote de terra para o trabalho e para a vivência. As dificuldades de relacionamento entre alguns e desses com a coordenação acabam sendo superadas quando se propõem ações na cidade que deem evidência à luta do acampamento, como festejos, bingos, manifestações, reuniões para debater temas internos ao acampamento e outras ações. Conviver no precário ambiente de um acampamento é difícil e traz tensões mas essa tem sido a única oportunidade de alcançar dignidade visualizada por essas pessoas. A seguir iremos conhecer as semelhanças e diferenças existentes no acampamento *Maria Izabel*.

4.1.4. O ACAMPAMENTO MARIA IZABEL

O acampamento localiza-se num trecho da ES 080, a caminho de Imburana, na estrada do Ribeirãozinho, que é o Córrego Água Branca. A Figura 7 mostra o perímetro ocupado pelo acampamento. Ali já estiveram cerca de 120 famílias; hoje são cerca de 90.

Os barracos ocupam as margens da rodovia de ambos os lados e se estendem por aproximadamente 270 metros na pista entre o primeiro e o último deles. A beira da estrada é uma opção para muitos acampamentos permanecerem mobilizados pela Reforma Agrária sem maiores prejuízos à luta desenvolvida uma vez que há um dispositivo legal, a Lei nº 8629/93 que em seu inciso 6º impede a vistoria de fazendas ocupadas por no mínimo dois anos, uma manobra criada pelo governo federal nos anos 90 para dificultar as ações de ocupação – e consequente desapropriação – de imóveis rurais pelos movimentos sociais do campo, em especial o MST. A dispersão dos barracos dificulta a organicidade numa área onde nem mesmo há energia elétrica disponível. A paisagem ao redor é o pasto com algumas dezenas de bois e o resquício de mata. A água disponível para higiene pessoal é a do Córrego Ribeirãozinho (destaque acima da rodovia na Figura 7). Para consumo humano os Sem Terra conseguiram escavar uma fonte de água mineral próxima à entrada do acampamento.

Os acampados do *Maria Izabel* possuem um perfil um pouco diferente dos acampados do *Derli Casali* no que se refere ao trabalho já que a maioria não trabalha na cidade. Os poucos trabalhadores do acampamento desenvolvem atividades remuneradas nas fazendas do entorno do acampamento, geralmente ligadas ao trato do gado. A distância da sede do município e a falta de transporte público regular favorece a permanência de acampados sem vínculos empregatícios na cidade, embora alguns passem seus dias na casa de parentes ou procurando algum trabalho que lhes possa garantir alguma renda além da assistência dos programas sociais do governo federal. As crianças do acampamento estudam nas escolas da sede e para lá se dirigem por meio do transporte escolar que passa na estrada onde está o acampamento, sempre levantando muita poeira que invade os barracos montados ali.

Muitos acampados buscaram o acampamento também para fugir dos aluguéis da sede do município, muito caros para a realidade econômica de Ecoporanga onde a oferta de empregos formais é escassa (um aluguel pode variar de R\$ 350 A R\$ 700):

“Eu sempre morei de aluguel, mas agora estou aqui, melhor porque tirou a gente do sufoco do aluguel - pelo menos melhorou um pouquinho, não muito, mas melhorou” **Acampado do Maria Izabel, D. 37 anos**

Figura 7 – O acampamento Maria Izabel espremido ao longo da ES-080



Fonte: GOOGLE EARTH, 2014 (acesso em 10/07/2014)

Há uma confiança por partes dos acampados no MST de que essa organização poderá solucionar o problema de moradia e terra de trabalho para cada um deles:

Hoje é o único que pode dar o que gente quer, porque estamos aqui para poder conquistar a terra, então tem essa luta que é dia a dia batalha em cima de batalha, a gente não tem com que comprar a terra, então tem que lutar com esse instrumento que é o MST hoje. **Acampado no Maria Izabel, L, 38 anos.**

Relatam também que existe certo preconceito por parte das pessoas da sede do município em relação à sua condição de acampados. Muitos os olham como pessoas perigosas, fanáticas, bandidos e outros adjetivos pouco nobres. As crianças por vezes sentem vergonha de dizer aos colegas de escola de onde vem pois sentem que existe um distanciamento dos demais estudantes quando sabem que os colegas vêm do acampamento do MST:

Eles não têm noção do que é o MST, eles pensam que são vagabundos, ladrão, meus alunos tinham vergonha de falar na minha frente de falar de que eles eram acampados só depois que eu comecei a falar eu que também era foi que eles começaram a falar, porque os coleguinhas chamavam eles de ladrão de terra. **Acampada do Maria Izabel, F. 27 anos.**

Sobre o apoio do poder público municipal oferece ao acampamento os moradores dizem que existe bastante abertura por parte do prefeito em resolver suas questões, sem no entanto conseguirem determinar que tipo de apoio a prefeitura oferece:

Estamos muito bem com a prefeitura, porque tem ajudado o acampamento na forma que ele pode, com o que o movimento precisa sempre tem apoio. **Acampado no Maria Izabel, J. 31 anos.**

No entanto, durante o período da pesquisa pode-se verificar certa resistência por parte dos acampados referente à liderança que ajudou a fundar o acampamento. A liderança nos primeiros momentos do acampamento sofreu sérios problemas de saúde e precisou se afastar da atividade no acampamento. As vezes que esteve em Ecoporanga visitou o outro acampamento, mais próximo da sede do município mas não o *Maria Izabel*. Isso gerou certa desconfiança e até mesmo ciúmes sobre a real condição da liderança de acompanhar o acampamento. Essa situação foi também motivo para o surgimento de uma polarização entre os acampamentos. Quando perguntados sobre a relação com o *Derli Casali* os depoimentos dizem por si:

Mesma coisa que 220 da 210, da fogo, não bate. Comigo aconteceu uma situação muito desagradável: marcaram a reunião lá e a gente foi daqui até o Derli tomando chuva e resolveram que não iria ter reunião e não comunicaram para nós. Foi todo mundo, todos os coordenadores do *Maria Isabel* e estava chovendo! Eu estava "na rua", ninguém falou com a gente! Nós ficamos mais de uma hora e ninguém veio falar: "desocupados não vai ter reunião". [...] Isso tem a ver com educação, isso cabe em qualquer lugar, se eu estou em seu território você tem que vir até a mim, eles não vieram até nós, não avisaram e eu acho que essas são umas das piores coisas que podem ter acontecido entre o *Derli* e o *Maria*, eu fiquei muito chateada, liguei para a liderança naquele dia e falei que tem um problema que o *Derli* é um e o *Maria* é outro.
Acampada do Maria Izabel. P, 39 anos.

Uma situação cotidiana expôs um limite na relação entre os acampamentos. Uma reunião desmarcada sem o devido cuidado com a coordenação que veio até o *Derli Casali* em situação adversa foi estopim para troca de acusações e exposição de contradições entre os acampamentos. Alguns acampados do *Maria Izabel* chegaram a desejar que houvesse uma "emancipação" desse acampamento do outro, como se houvesse uma hierarquia onde eles estivessem abaixo daquele fundado primeiramente. A liderança não soube conduzir o seu processo de afastamento por questão de saúde e aqueles que assumiram suas tarefas o fizeram de maneira a demarcar diferenças entre os acampamentos gerando então uma falsa cisão na base social que compõe o território ocupado pelos Sem Terra.

As lideranças presentes nos acampamentos não tiveram a plena compreensão sobre a necessária unidade entre os dois espaços de resistência e possibilitaram o surgimento de certa diferença entre os acampamentos. Vale ressaltar que todo o conjunto da coordenação de ambos os acampamentos assumiu sua responsabilidade sem nunca ter participado de espaços de decisão anteriormente. A distância dos acampamentos do MST em Ecoporanga de outros territórios onde o Movimento atua e está melhor consolidado foi um limite para o avanço da organização, na medida que

o pouco acompanhamento da direção estadual permitiu a situação que verificamos durante a pesquisa. A ausência de uma referência de liderança afastada por motivo de saúde sem que outro líder mais experiente pudesse assumir a condução da luta dos acampamentos deixou a base a mercê de situações que seriam facilmente superadas noutro contexto.

Obviamente que a dificuldade pode se tornar um momento de aprendizado. O fato de não existir naquele período uma liderança de referência mais próxima dos acampamentos pode facilitar a formação de outros líderes dentro desses territórios. De fato, apesar de alguns posicionamentos equivocados em relação ao trabalho realizado pelo MST, foi possível identificar o protagonismo de alguns coordenadores na condução do processo de ambos os acampamentos. A unidade necessária para a superação de muitas diferenças se deu na articulação para a participação dos Sem Terra de Ecoporanga no VI Congresso do MST em Brasília. A necessária mobilização e planejamento para esse momento fez com que os acampados e principalmente a coordenação focassem nesse objetivo e trabalhassem para a sua realização. Durante o período da pesquisa foi possível averiguar grande entusiasmo pelo estudo prévio dos documentos que seriam avaliados durante o Congresso e certa apreensão pela concretização da viagem, já que não haviam recursos financeiros para a ida. Foi a organização dos acampamentos em conjunto, realizando festas, bingos e rifas que permitiu que a participação dos acampados se efetivasse.

A participação dos acampamentos no VI Congresso do MST

O Congresso Nacional do MST é sua instância máxima organizativa. O primeiro deles ocorreu em 1985, um ano após a criação da organização. Era um período de ascenso da luta popular, com a pressão exercida pela sociedade pelo fim da ditadura militar. Ocorreram mais cinco Congressos ao longo dos últimos anos, cada qual com uma frase síntese elaborada para identificar a conjuntura da luta pela Reforma Agrária no país. Como afirma Stédile para Fernandes (2005, p. 84) “[...] vemos os encontros e os congressos como uma Meca, para onde converge a militância, para se unir, para fortalecer os laços de unidade. Queremos sair dos encontros com as baterias carregadas, com ânimo e vontade de lutar”.

O VI Congresso ocorreu entre 10 a 14 de fevereiro de 2014 em Brasília e reuniu aproximadamente 16 mil Sem Terra de todos os estados do Brasil onde o MST está

organizado. Durante o evento foram promovidas diversas atividades de promoção do debate acerca da necessidade da Reforma Agrária no Brasil contando com a presença de lideranças políticas, sindicais, religiosas, internacionais e nacionais. Paralelo ao VI Congresso foi realizada também a Mostra Nacional da Cultura e Produção Camponesa que comercializou a produção de assentamentos e agroindústrias ligados ao Movimento de todo o país. Foram promovidos diversos momentos culturais durante o VI Congresso, com shows de artistas locais e nacionais, teatro, exibição de filmes e uma rádio montada especialmente para o evento.

As cerca de 750 crianças que foram com suas famílias ao IV Congresso do MST puderam participar da Ciranda realizada pelo evento e tiveram a oportunidade de ocupar o Ministério da Educação reivindicando o fim do fechamento das escolas do campo pelo país, num dos momentos mais emocionantes da atividade nacional.

Para os acampados de Ecoporanga essa foi uma grande oportunidade de conhecer a dimensão do MST no país. Muitos deles afirmaram não ter noção de quão grande e importante é esse Movimento Social pois conheciam apenas a realidade do município. Durante a mobilização muitos deles puderam compor grupos de trabalho organizados para contribuir nas atividades internas ao IV Congresso, desde a cozinha comunitária, a equipe de segurança, os cuidadores para a Ciranda, as equipes regionais responsáveis por realizar as místicas de abertura dos trabalhos diários do VI Congresso, a confecção de materiais para as passeatas que ocorreram, e mais.

No dia 12 de fevereiro aconteceu a Marcha pela Reforma Agrária, que saiu do alojamento onde estavam os Sem Terra, no Ginásio Municipal Nilson Nelson, e seguiu até o Palácio do Planalto para levar as reivindicações do MST para a presidente Dilma Rousseff. Ao longo da passeata os Sem Terra foram conduzidos pela cidade e chamando a atenção do público que respondia ora com entusiasmo mas também com momentos de hostilidade aos participantes. Antes de chegar ao Palácio a passeata passou pela frente da Embaixada dos Estados Unidos onde foi alvo de uma ação da juventude presente ali: foram colados cartazes com palavras de ordem contra a política externa estadunidense, pela libertação de presos políticos cubanos e pelo fim do monopólio da mídia no Brasil nos muros da Embaixada.

A chegada ao Palácio do Planalto também foi um momento de tensão: policiais do distrito federal tentaram impedir o avanço da passeata e usaram de força contra os

manifestantes. Alguns desses responderam com violência, chegando a ferir alguns policiais. A continuidade de agressões foi neutralizada pela equipe de segurança do VI Congresso, que isolaram os policiais dos manifestantes mais agitados. Finalizadas as tensões o MST protocolou a entrega de um documento com as reivindicações do Movimento ao representante da Presidente, que recebeu uma comissão no dia seguinte aos acontecimentos. Já no final de seu primeiro mandato essa foi a primeira vez que a presidenta recebeu o MST para dialogar sobre o cenário agrário brasileiro.

Para os acampados toda essa mobilização foi uma apoteose. Muitos se sentiram pertencentes a uma organização que de fato busca resolver os problemas da concentração de terras no país. O depoimento de uma acampada de apenas 16 anos resume o sentimento durante a ação:

A melhor experiência que eu tive no MST até agora foi no Congresso em Brasília. Só aquela ação que teve lá já foi emoção demais [a manifestação em frente ao Palácio do Planalto]! Sabe o que é você tá dentro de uma mística? Não sei se me engano aquela mística de abertura que vinham os trabalhadores e os policiais impediam. Menino, aquilo ali foi a mesma coisa que aconteceu lá na passeata, meu deus do céu! Aquela passeata ali eu achei que era simplesmente um passeata, se eu soubesse que ia ter tiro de borracha eu não ia não porque eu fiquei com medo! Mas o Congresso foi lindo. Quando eu cheguei lá e vi eu não acreditei que tudo aquilo era MST. E na hora que a gente entrou no ginásio? O pessoal do MST do Espírito Santo sozinho já era muita gente! Foi muito bonito. E fora que eu imaginava que o MST era só aqui, eu não sabia que era pra fora não, com muitos acampamentos pra fora. Lá era todo mundo em carreirinha, tudo vermelho. Teve uma parte que a gente estava cantando contra a burguesia, nossa, eu me soltei totalmente, eu me entreguei totalmente, e olha que eu sou evangélica e não poderia fazer isso, mas naquele momento ali eu me entreguei pra mística, eu senti a mística dentro de mim! Muito lindo!

Acampada no Derli Casali, R. 16 anos.

Os Congressos do MST, mais do que instância máxima do Movimento, cumprem a tarefa de reunir pessoas de todo o Brasil com interesses comuns em momentos de estudo da realidade e conjuntura, festejos e celebrações, resgate de memória coletiva de seus militantes, demonstrações da efetividade da reforma agrária na vida dos assentados que produzem e comercializam sua produção, reencontros, novos encontros e mais. Os acampados de Ecoporanga tiveram um grande momento de formação e compreensão sobre o que de fato é a organização, proposta e desafios do MST. Muitos voltaram eufóricos e com um sentimento de pertença muito visível, em especial a juventude, que participou de momentos específicos de mobilização e ação. A identidade Sem Terra dessas pessoas pôde ser fortalecida e provavelmente

terá consequências sobre a dinâmica que vão estabelecer nos acampamentos depois desse encontro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Geografia veio ao longo das últimas décadas demonstrando interesse pelo debate sobre os Movimentos Sociais e a construção da espacialidade contida nas ações e mobilizações desses agentes da sociedade. O Movimento Social passou a ser uma categoria de análise da Geografia, o que ampliou de forma significativa as possibilidades do fazer geográfico e da interpretação dos fenômenos que sociais à luz dessa disciplina.

A redemocratização do Brasil a partir dos anos 80 do século XX trouxe à tona temas de grande importância para a sociedade que estavam encobertos pela censura dos anos de chumbo da ditadura. A questão agrária brasileira irresoluta e a necessidade da realização da Reforma Agrária ressurgem como temas inadiáveis nos grandes debates políticos e científicos do país, não tendo a Geografia se furtado ao seu entendimento.

O peso histórico da concentração da propriedade privada da terra ainda determina o tipo de desenvolvimento e avanço econômico e social a que o Brasil executa. A exclusão de parcelas significativas da população brasileira do meio rural leva a uma situação de precariedade da reprodução da vida de milhões de cidadãos. Uma parcela desses excluídos buscam se organizar junto à Movimentos Sociais esperando ser possível a conquista dessa forma a conquista de direitos garantidos pela Constituição Federal. O MST cumpre o papel de mobilizar parte desses excluídos em torno da necessária realização da Reforma Agrária.

A escolha da ocupação de terras como forma de pressão sobre os governos que se sucederam no poder ao longo dos anos foi uma estratégia que contribuiu para a evidência do tema da democratização desse meio de produção além de garantir a conquista da terra de trabalho para milhares de brasileiros assentados pelo país. E é o que ainda motiva outros tantos brasileiros a ingressarem nesse Movimento Social. No Espírito Santo a trajetória de 27 anos do MST também ajudou a estabelecer territórios de resistência ao avanço do capital sobre a atividade agrícola. Foram dezenas de ocupações desde os anos 80 que resultaram no assentamento de centenas de famílias em diversos pontos do estado.

Enquanto Movimento Social o MST busca revelar os conflitos entre projetos de sociedade, anunciar os problemas fundamentais da questão agrária brasileira, lutar pelo aumento da participação da sociedade buscando ressignificar e reorientar a ação social. Nesse caminho, os diversos atores aparecem para oferecer projetos simbólicos e culturais alternativos à sociedade, visando transformar a vida dos indivíduos envolvidos com a luta do movimento. Nesse sentido, o MST incorpora temas que vão além do acesso à terra, tais como a construção de um projeto popular que enfrente o neoliberalismo; a luta pela preservação ambiental; a defesa das sementes crioulas e nativas em contraposição às geneticamente modificadas, entre outros temas.

A forma acampamento continua sendo uma medida efetiva para a pressão sobre o governo federal para o cumprimento de suas obrigações constitucionais. Se num primeiro momento ela cumpriu o papel de desafiar o poder das cercas e expor à sociedade o conflito de classes hoje ela assume outros significados que desembocam no elemento de construção de uma identidade Sem Terra. Em Ecoporanga, município marcado pela violência derivada de conflitos agrários desde as primeiras décadas do século XX, o MST conquistou assentamentos há mais de 20 anos e volta a partir de 2012 a buscar a conquista de novos territórios a partir da fundação de dois acampamentos, o *Derli Casali* e o *Maria Izabel*. Como territórios de resistência os acampamentos presentes no município estão expostos a muitas adversidades geradas pelo conflito de interesses entre o Movimento Social e a parcela de grandes proprietários de terras, além daquelas derivadas dinâmica própria dos acampamentos.

Os trabalhadores que compõem a base social desses acampamentos foram recrutados na periferia da cidade de Ecoporanga. Muitos em situação de desemprego ou em trabalhos mal remunerados, morando de aluguel ou de favor na casa de parentes – alguns morando no local de serviço sem nenhuma condição de conforto, vindos do meio rural expulsos pela lógica que concentra terras nas mãos de poucos proprietários, os acampados enxergam na ocupação uma maneira de fugir das condições adversas que a cidade os apresenta. Acampar é uma esperança de mudar de vida, voltar as raízes, se libertar do subjugo do trabalho assalariado ou apenas mal remunerado. É a chance de conquistar alguma dignidade.

A vivência nos acampamentos não é fácil. Habitando barracos de lona preta e expostos às condições climáticas duras, muitas vezes sem água, os acampados

precisam ainda conviver com conflitos entre si por motivos diversos e por vezes desanimadores da permanência na luta conforme pudemos observar durante a pesquisa. No processo organizativo a coordenação dos acampamentos busca estar atenta aos conflitos internos ajudando a superá-los.

Mesmo com as dificuldades próprias da precariedade dos acampamentos é possível perceber a vontade de transformar as condições de pobreza e miséria a que os acampados estão expostos e os fazem manter a unidade das ações definidas pelo coletivo da coordenação. A esperança de conquistar a terra de trabalho os fazem aceitar decisões que nem sempre concordam, mas que acreditam serem passos possíveis no caminho a ser percorrido até a esperada conquista da dignidade que a terra promete entregar.

Na medida que o acampamento forja uma identidade Sem Terra ele é algo como um rito de passagem para aqueles que, ao ingressarem e se submeterem às regras do acampamento, irão aprender a socializar sob outros valores, transformando-se noutros sujeitos. Assim o acampamento deve ser entendido como um espaço de socialização de sujeitos em transformação e em trânsito para um novo nível de consciência sobre a realidade onde se inserem. A conquista da terra deve vir juntamente com a conquista de um novo sujeito, que entende importância de estar assentado como uma conquista coletiva e que deve buscar trabalhar e conviver também de maneira coletiva para então alcançar uma dignidade sua mas também de todos os envolvidos no processo.

REFERÊNCIAS

- ALENTEJANO, R. R. Os movimentos sociais e a teoria geográfica. In: MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: Eduerj. 2007.
- ALMEIDA, R. A. **Recriação do Campesinato, identidade e distinção**: a luta pela terra e o *habitus* de classe. São Paulo. Ed. Unesp, 2006;
- ANDRADE, M. C. **A Terra e o Homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 6. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.
- BERNARDO NETO, J. Perspectivas atuais para a (não) criação de projetos de assentamentos pelo INCRA no território capixaba. In **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Uberlândia, MG. Universidade Federal de Uberlândia. 15 a 19 de out 2012. Disponível em: www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_2012/nomes.html;
- BOGO, A. **O MST e a Cultura**. 2ª ed. Veranópolis, RS. ITERRA, 2000;
- BOMBARDI, L. M. A Dialética e a Geografia Agrária na obra de Ariovaldo Umbelino de Oliveira. In: **Geografia agrária: teoria e poder**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília/DF: Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: maio. 2014.
- BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo. Diário da Justiça. Vitória, ES 2012. disponível em: diario.tjes.jus.br/2012/20120827.pdf. Acesso em agosto de 2013;
- CANDIOTTO, L. Z. P.; SANTOS, R. A. Experiências Geográficas em torno de uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPÓSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- CEPATEC; INDH. Desapropriação. **Cadernos de Direitos Humanos**. n. 3. Maxprint Editora e Gráfica, 2006. Disponível em: <http://docvirt.no-ip.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=bibliotlt&pagfis=3111&pesq=>. Acesso em: mar. 2014.
- CLEPS JÚNIOR, J. Questão Agrária, Estado e Territórios em disputa: os enfoques sobre o agronegócio e a natureza dos conflitos no campo brasileiro. In: SAQUET, M. A.; SANTOS, R. A. **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- DIAS, L. N. **Massacre em Ecoporanga**. 1ª ed. Cooperativa dos Jornalistas do Espírito Santo. Vitória, ES. 1984.

- FERNANDES, B. M. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. Rio de Janeiro: Contexto, _____.
- _____. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, M. A.; SPÓSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- _____. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. Tese (Livre-docência) –Universidade Estadual Paulista (Unesp). Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2013.
- FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A.; GONÇALVES, E. C. **Os usos da Terra no Brasil: Debates sobre Políticas Fundiárias**. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica; Unesco, 2014.
- GIRARDI, E. P.; FERNANDES, B. M. Geografia da Conflitualidade no Campo. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S.; PAULILO, M. I. (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas: a diversidade das formas das lutas no campo**. v. 2. São Paulo: Unesp, 2009.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. 2ª ed. Campinas: UNICAMP, IE. 1998;
- IHA, M. H. **A Territorialidade da “posse” na luta pela Reforma Agrária: os acampamentos do MST em Iaras – SP**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, 2005.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política: Livro 1: O processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013 (Primeira edição – 1876).
- MEDEIROS, R. M. V. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, M. A.; SPÓSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MOREIRA, R. O Plano Nacional de Reforma Agrária em Questão. In: **Terra Livre**, nº 1. Associação dos Geógrafos Brasileiros. São Paulo. 1986;
- _____. **O Movimento Operário e a Questão Cidade-Campo no Brasil: Classes Urbanas e Rurais na Formação da Geografia Operária Brasileira**. 2ª ed. Rio de Janeiro. Consequência. 2013;

MOURA, R. A. **“Imagem de Nós”**: Relações de Estabelecidos e Outsiders entre população urbana e assentados de reforma agrária do sul do Espírito Santo. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa/MG, 2010;

NAKATANI, P.; FALEIROS, R. N.; VARGAS, N. C. Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira. In **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo. Nº 110, p. 213-240, abr./jun. 2012;

NETTO, J. P. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. A autocracia burguesa e o “mundo da cultura”. In: **Ditadura e Serviço Social: um análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

NEVES, L. G. S.; PACHECO, R. J. C. **Ecoporanga da concepção à vida adulta**: resgate da memória de um povo. Brasília Editora Ltda. Vitória, ES, 1992.

OLIVEIRA, A.U. **A Geografia das Lutas no Campo**. 6ª ed. São Paulo. Contexto, 1994;

PAULINO, E. M. Geografia Agrária e Questão Agrária. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (Orgs.). **Geografia agrária: teoria e poder**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PEDON, N. R. **Movimentos Socioterritoriais**: uma contribuição conceitual a pesquisa geográfica. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Presidente Prudente, 2009. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/biblioteca.php>. Acesso em: maio. 2014.

_____. **Geografia e Movimentos Sociais**: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial. São Paulo: Unesp, 2013.

PIZZETA, A. J. (1999). **Formação e práxis dos professores de escola de assentamentos**: a experiência do MST no Espírito Santo. 332 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória/ES;

PONTES, W. T. **Conflito agrário e esvaziamento populacional**: a disputa do Contestado pelo Espírito Santo e Minas Gerais (1930-1970). UFES, Dissertação de Mestrado, 2007.

PRADO JR. C. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1999;

RAMOS FILHO, E. S. **Movimentos socioterritoriais, a contrarreforma agrária do Banco Mundial e o combate à pobreza rural**: os casos do MST, CONTAG e MARAM. Subordinação e Resistência Camponesa. 1. ed. São Paulo, Buenos Aires. Outras Expressões, CLACSO, 2013.

ROSA, M. A “forma movimento” como modelo contemporâneo de ação coletiva rural no Brasil. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S.; PAULILO, M. I. (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas**: condições, dilemas e conquistas: a diversidade das formas das lutas no campo. v. 2. São Paulo: Unesp, 2009.

SANTOS, M. **Por uma Geografia nova**: Da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, R. E. **Movimentos sociais e Geografia**: sobre a(s) espacialidade(s) da ação social. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.

SANTOS, R. B. **Rochadalle Alphaville**: formas diferenciadas de apropriação e ocupação da terra na metrópole paulistana. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas, 1994.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPÓSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SHANIN, T. Campesinato: questões teórico-políticas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SIGAUD, L. (2000). A Forma Acampamento: Notas a Partir da Versão Pernambucana. In: **Novos estudos CEBRAP**, nº58, Novembro de 2000, (p.73-92);

SILVA, J. M.; MENDES, E. P. P.; Abordagem qualitativa e Geografia: pesquisa documental, entrevista e observação. In: MARAFON, G. J.; RAMIRES, J. C. L.; RIBEIRO, M. A.; PESSÔA, L. S. P. (Orgs.). **Pesquisa Qualitativa em Geografia**: reflexões teórico-conceituais e aplicadas. Rio de Janeiro: Eduerj, 2013.

SOUZA, A.P.; PIZETTA, A. J.; GOMES, H.; CASALI, D. **A Reforma Agrária e o MST no Espírito Santo**: 20 anos de lutas, sonhos e conquista de dignidade! Vitória/ES: Secretaria Estadual do Movimento Sem Terra, 2005.

STÉDILE, J. P. e FERNANDES, B. M. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo. Fundação Perseu Abramo, 2005;

TURATTI, M. C. M. **Os Filhos da Lona Preta**: Identidade e Cotidiano em Acampamentos do MST. São Paulo. Alameda, 2005;

VILAÇA, A. **Cotaxé**. Romance do Efêmero Estado União de Jeováh. SPDC. 1ª ed. Vitória/ES, 1997.

APÊNDICES

MEMÓRIA FOTOGRÁFICA

Essa seção busca apresentar imagens do que foi o trabalho de campo ao longo do período de imersão na realidade dos acampamentos pesquisados. Mais do que os registros fotográficos estão reunidas aqui imagens dos elementos que contribuem para a recriação camponesa e a transformação dos espaços em territórios alternativos à ordem do capital.



Acampamento *Derli Casali*, localizado em terreno municipal na Estrada do Miragem.



Prédio do matadouro estadual construído e nunca ativado no terreno municipal onde se encontra o acampamento *Derli Casali*.



Acampados do Derli Casali aguardam o início da Assembléia Semanal que ocorre aos domingos. As manhãs de domingo são preenchidas por esse momento onde os acampados recebem os informes das decisões tomadas pela reunião dos coordenadores de grupo .



Momento de formação dos acampados durante a Assembléia Semanal promovido pelo pesquisador.



Sem Terrinha praticando suas primeiras palavras de ordem no quadro negro do galpão do acampamento *Derli Casali*.



Acampados de ambos acampamentos se organizam para acompanhar a entrega das máquinas do PAC 2 realizada no município de Ecoporanga e reivindicar a desapropriação de áreas no município junto ao representante do MDA.



A mística de abertura do evento público de entrega das máquinas do PAC 2, com a presença do MST.



Sem Terras na arquibancada do ginásio de Ecoporanga reivindicando a reforma agrária no município durante o evento público com a presença do representante do MDA.



Entrega de alimentos do PAA doados pelo Assentamento “Zumbi dos Palmares” aos acampamentos Derli Casali e Maria Izabel.



Separação e distribuição dos alimentos doados ao acampamento por meio do PAA.



Acampados com os alimentos doados por assentamentos de São Mateus por meio do PAA.



Campeonato de futebol promovido pelo acampamento *Derli Casali* com a participação de entidades do campo e da cidade, em comemoração aos dois anos de mobilização do MST naquele território.



Horta cultivada por uma das acampadas do *Derli Casali*.



Horta cultivada por uma das acampadas do *Derli Casali*.



Chiqueiro construído por acampado no *Derli Casali*: as práticas possíveis de recreação camponesa num território de acampamento.



Duas gerações unidas na luta pela terra: mãe e filhos acampados no “Derli Casali”.



Interação entre a universidade e a realidade camponesa: pesquisador e acampado construindo um duto para ligar barracos à rede d’água improvisada.



Vista parcial do acampamento Maria Izabel, localizado na beira da ES-080, ou Ribeirãozinho..



Galpão onde funciona a escola do acampamento *Maria Izabel* e a professora, também acampada, com alguns estudantes.



Juventude Sem Terra no acampamento "Derli Casali" preparando materiais para as atividades do VI Congresso Nacional do MST, em Brasília.



Acampados do Derli Casali e do Maria Izabel a caminho do VI Congresso Nacional do MST, em Brasília.



Uma das místicas apresentadas no VI Congresso Nacional do MST apresentou “a locomotiva destruidora do capital” avançando sobre o território dos camponeses: uma inesperada crítica ao PT perante a base do Movimento.



Frente da Marcha no VI Congresso Nacional do MST: a participação dos acampados de Ecoporanga foi avaliada pelo grupo como muito importante para a formação do sentimento de pertença ao Movimento.



Visita de campo promovida pela Universidade Federal do Espírito Santo ao acampamento *Derli Casali*.



Convite aberto à sociedade ecoporanguense para a mobilização pelos 2 anos de mobilização do MST pela reforma agrária no município.



16 de agosto a partir das 17h

ARRAIÁ da REFORMA AGRÁRIA

Acampamento "Derli Casali" (em frente ao Parque das Águas)

CONCURSO DE QUADRILHAS!

1º LUGAR: R\$200
2º LUGAR: R\$100
3º LUGAR: R\$50

INSCRIÇÕES: R\$5 POR CASAL
TEL.: (27) 9 9725-7692

COMIDAS TÍPICAS
LEILÃO DE ASSADOS
BINGO & RIFA
FOGUEIRA
BRINCADEIRAS
E MUITO MAIS!

NÃO PERCAM!



Convite do "Arraiá da Reforma Agrária" promovido pelos acampados em seu território chamando a população ecoporanguense a confraternizar com o grupo. Para além do festejo momentos como esse são importantes para a divulgação da luta para a sociedade e para outros trabalhadores sem-terra.

Entrevista com a direção do MST em Ecoporanga.

Queria que você pudesse expor um pouco como foi a construção desse acampamento.

Desde o período que a gente estava desenvolvendo o trabalho de base a gente já percebia que construir um acampamento em Ecoporanga seria diferente de todos os outros municípios do estado. Primeiro a dificuldade que as famílias camponesas tem de fato em residir no próprio município para trabalhar; muitas delas já vinham no próprio trabalho de base dizer que não tinham condições de morar em acampamento. O modelo de acampamento que a gente tem nos outros sete acampamentos no estado as famílias residem no acampamento. Tanto que a primeira ocupação que nós fizemos em Ecoporanga pelo MST lá no Córrego do Bagre, nós tínhamos organizadas aproximadamente umas 90 famílias pra fazer a ocupação e conseguimos mesmo foi levar onze famílias. Chegamos às 2 horas da madrugada fizemos a ocupação de uma área que é área devoluta e que foi ocupada por um empresário da cidade – ocupada não, roubada né? – e mesmo assim essas onze famílias, quando deu seis horas da manhã, mais ou menos umas cinco famílias tinham que sair pra trabalhar. Na verdade nós ficamos, além da coordenação do movimento que estava presente, com famílias camponesas que efetuaram a ocupação, nós ficamos ali com umas seis. E aí durante o dia é que começou algumas famílias a aparecer; de tarde as que saíram pra trabalhar voltaram, e aí nós já tínhamos isso tranquilo: a trajetória dos dois acampamentos do MST em Ecoporanga nós iríamos ter que mudar um monte de coisas. Essa pedagogia das pessoas morarem no acampamento que aqui não iria ter. E aí acaba tendo até uma discussão, um debate com alguns companheiros que se “esse modelo de acampamento vai conseguir avançar o processo em Ecoporanga”? A gente elaborou duas linhas de pensamento nesse sentido: um grupo achava que não valia à pena, que a gente ia acabar ficando com um mingüado de seis famílias e outro grupo tentando... se não me engano Goiás que tem problema com soja, eles tem muito esse problema também; uma vastidão de terra e os acampamentos lá... que eles criaram... é a primeira vez aqui no estado que a gente usou esse termo que é o “semi-acampado”. Nós temos as poucas famílias que de fato moram no acampamento que são os acampados e esse outro grupo de famílias que a gente chama de “semi-acampado”, que vem ao acampamento durante a semana cumprir um determinado número de tarefas e mais ao final de semana. Nós conseguimos a nível de Direção e Frente de Massa superar essa questão, ver até onde a gente conseguiria caminhar e aí coube a mim tocar essa tarefa de fazer com que os acampamentos de Ecoporanga comesse a deslanchar. Pra mim particularmente, e acredito para os outros dirigentes que tivessem pegado essa empreitada, seria a mesma coisa; foi e está sendo um negócio complicado, diferente e muito difícil de você trabalhar no acampamento. Da noite pro dia você ter de enfrentar uma realidade que você nunca enfrentou. Entrei no movimento em 1999 e todos os acampamentos que eu passei era essa a concepção: as famílias estão ali no dia a dia. Qualquer coisa que precisa as famílias estão ali, o marido, a mulher os filhos. A residência deles é ali! E da noite para o dia você conviver com a realidade que é essa de Ecoporanga, onde as famílias fazem uma barraquinha no acampamento mas trabalham e moram praticamente na cidade. É um misto assim de quem quer se tornar um camponês mas que hoje é um cidadão urbano. E aí essas modelo de vida pra nós foi o maior desafio: como você trabalhar com esse novo modelo de acampado? Nessa trajetória do Bagre até hoje com o... hoje nós conseguimos avançar com o outro acampamento, o “Maria Izabel”, o maior desafio pra nós é, talvez não no estado mas isso aí está no Brasil, é esse novo perfil dos acampados. O perfil do nosso acampado hoje não é 100% camponês. Antigamente as famílias eram camponesas. Hoje eles já tem essa influência forte da cidade; não dá pra se dizer que... inclusive aqui em Ecoporanga a maior parte dos nossos acampados, o trabalho deles não é dependente da agricultura – é das pedreiras, é funcionário contratado pela prefeitura ou do estado, Talvez uns 10% das nossas famílias dependem da agricultura, trabalham na roça, nas diárias. Se você pega o acampamento do Km 41, Carlos Marighella, lá 100% das famílias trabalham e tiram o seu sustento da terra. Agora aqui é complicado. Por a gente não ter esse aspecto na formação acaba tendo dificuldade de fazer as famílias entenderem como funciona o MST, o que ele é. Mas pra mim o maior problema desde que nós pisamos no Bagre, com a ocupação, é como conseguir conciliar esse trabalho político ideológico do MST, da pertença à terra com essa conjuntura totalmente adversa que aqui no estado nós nunca tínhamos vivido, que é trabalhar com um grupo de pessoas que, não porque eles querem mas a necessidade econômica e até o processo de concentração fundiária no município, não permite que eles consigam trabalhar por aqui. Alguns trabalham até fora, no estado de Minas, lá pros lados de Ataléia. Acho que o maior problema que agente tem é esse.

Fale um pouco mais dos primeiros momentos da ocupação.

Bem, as onze famílias, depois que passou o primeiro dia, já no segundo dia, depois que a polícia já tinha ido lá, o proprietário já tinha conseguido a reintegração de posse, rolou o boato que não tinha dado nada, aí começou a aparecer as pessoas. Mas a gente já percebia esse outro problema, as pessoas faziam o barraco mas não permaneciam. Aí na primeira semana inchou o acampamento. Nós chegamos a ter quatro grupos, de 80 a 90 famílias então. O problema é que a pressão do Poder Judiciário pra gente sair foi muito grande, o governo do estado também não suportou a pressão. A propriedade é da família Dal Col. Na verdade o prefeito da época era o Elias Dal Col e a terra era de um parente; na verdade não era não, ele se apropriou de uma área devoluta. O Bagre era o antigo Patrimônio do Bagre que a família Dal Col se apropriou. Inclusive existe um cemitério atrás da igreja que eles simplesmente plantaram capim. Relato mais antigo das famílias diz que na época de Finados os parentes foram lá queimar vela, foram proibidos e não tinha mais cemitério, era tudo capim. Essas coisas acontecem em Ecoporanga com naturalidade: quem tem o poder aquisitivo vai assumindo os pedaços dos distritos, que foram esvaziados exatamente por causa da pecuária extensiva, e eles vão se apropriando dizendo que é deles.

Ecoporanga, de onde a gente estava ali, não dava pra levar o acampamento pra um espaço muito escondido ou muito longe da cidade porque o pessoal no Bagre já estava reclamando. Nós conseguimos ver com um camponês que é ligado ao MPA dele ceder um espaço pra gente montar temporariamente o acampamento. Foi onde nós fizemos a mudança pro Córrego da Laje, mas sempre nessa perspectiva de aumentar o número de famílias, de massificar a luta. Nós conseguimos com essa metodologia de desenvolver a luta com todos esses problemas, nós conseguimos fazer com que a reforma agrária entrasse na pauta do governo estadual, conseguimos fazer com que o INCRA priorizasse a reforma agrária em Ecoporanga por um fator que mostra que é o município com o maior número de famílias acampadas, fizemos com que parte da sociedade de Ecoporanga começasse a discutir porque o terceiro maior município em extensão de terra é tão pobre, conseguimos fazer com que essas famílias que nunca participaram de atividade nenhuma participassem de uma atividade conjunta com o Sindicato dos Portuários, o SUPORT-ES, ocupação do INCRA, algumas passeatas em Vitória, participação na Rio+20 e agora conseguindo viabilizar a participação no Congresso do MST em Brasília. Coisa que seria impossível quando estávamos no Bagre imaginar que fosse possível realizar com dois acampamentos nesse modelo diferente. A única forma que tem da gente fazer o enfrentamento com a elite agrária do município, mesmo que haja rejeição ou falta de compreensão política de alguns dirigentes, é tocar a luta dentro dessa metodologia. Se hoje a gente chegar aqui, trazer o pessoal da frente de massa e disser “quem não morar no acampamento pode juntar seu barraco e ir embora” nós vamos ficar com meia dúzia de pessoas e com isso a gente não vai fazer luta, não vamos ter representatividade. O próprio presidente do sindicato patronal, e é interessante o depoimento dele, ele coloca assim: “eu tenho que defender os fazendeiros, que são do sindicato que eu represento, agora eu entendo que pro desenvolvimento de Ecoporanga é necessário que nós criemos mais assentamentos. A pecuária extensiva é responsável pela miséria e pelo atraso econômico de Ecoporanga”. Essa é a fala do próprio presidente do sindicato patronal!

Ecoporanga tem uns negócios que nunca aconteceu em outros municípios, pelo menos desde quando eu entrei pro movimento. Antes da ocupação do Bagre, o presidente da Câmara que é presidente do DEM, filho do presidente do sindicato patronal, ele que promoveu a primeira audiência pra discutir a reforma agrária em Ecoporanga. Um fazendeiro! Ele. Fazendeiro, presidente da Câmara, do DEM, de origem de latifundiários, puxou a discussão da reforma agrária no município. O pessoal comentou na época: “é o jogo político”. Mas até hoje ele tem essa visão, de que pro desenvolvimento, inclusive ele falou “da nossa própria família”, é interessante que Ecoporanga desenvolva. E hoje nós estamos conseguindo levar esse debate para cada canto do município.

Outro fator interessante. Quando a gente estava no Córrego da Lage, ainda ficava longe da cidade e tinha um grupo fazendo trabalho de base em três bairros do município. Lá o espaço era pequeno e não tinha como a gente levar mais família pra lá. Foi onde surgiu a necessidade de se montar outro acampamento. E nós tínhamos do outro lado da cidade uma camarada que se

propôs a deixar a gente montar um acampamento provisório pra “dar uma respirada”. Foi aí que surgiu o outro acampamento, o “Maria Izabel”. O trabalho de base já estava rolando nos bairros, as famílias querendo ir pro acampamento e sem espaço na Laje. Daí surgiu o “Maria Izabel”. Ele foi montado na região próxima ao lixão e nesse período ele chegou a ter umas 150 famílias. Era um acampamento com várias famílias que também não tinham como estar lá todos os dias por conta do trabalho. E na Laje já havia essa conversa da distância, foi quando a gente resolveu procurar um lugar mais próximo da cidade pra facilitar a locomoção do pessoal. Pra nós acampamento muito próximo da cidade é complicado; hoje o “Derli Casali”, pra quem passa na rua e olha parece uma periferia da cidade, talvez o que distingue é a nossa bandeira mas se você tira ela quem passa por ali vai olhar e vai achar que é um bairro de periferia. Estrategicamente nós deixamos os acampamentos sempre afastados da cidade, até pra própria segurança dos acampados. Mas pra não perder o jogo para os proprietários gente precisou facilitar, desde que não traia princípios fundamentais do MST, a vida das famílias pra no momento certo fazer as lutas. Se hoje a gente quiser fazer uma paralisação da cidade ou realizar um ocupação efetiva a gente tem pessoal mobilizado. Nós temos famílias pra fazer pressão no governo. Esse ano as três vistorias programadas pelo INCRA pra iniciar a partir de março serão em Ecoporanga, exatamente por causa desses companheiros mobilizados.

O interesse do pessoal aqui é ser assentado no próprio município então?

São duas linhas de pensamento. Primeiro tem uma norma do governo federal que é assim: as famílias para serem assentadas elas precisam ser do município. Saiu de Montanha só assenta as famílias de Montanha. Aqui tem pessoas que foram embora de Ecoporanga por que não tinham nenhuma possibilidade de transformação. Com o acampamento, teve famílias que estavam em Vitória e vieram pra cá, famílias do lado de Ataléia ou Mantena que retornaram. Só o fato de levantar o acampamento já deu esperança de conquistar um pedaço de terra aqui. Geralmente são poucos que não querem ser assentados no seu município. Nasceram aqui, cresceram aqui, foram expulsos e o sonho deles é estar aqui. Esse ano com certeza vai sair uma área lá em São Mateus e você pode contar nos dedos o pessoal que sai daqui pra ir pra lá, uma área nobre. O sonho deles é se manter aqui em Ecoporanga. E pra nós também é interessante. As duas linhas então são essas: uma é do governo federal de assentar o povo do próprio município aqui mesmo e a outra é relação de identidade que as famílias tem com o lugar onde eles nasceram. E esse negócio é forte. Teve uma época, no início do movimento aqui no Espírito Santo, quando surgiram os primeiros acampamentos do sul do estado que cada dez famílias assentadas no sul oito voltaram pra cá; elas não conseguiram se identificar as questões geográficas e culturais do sul do estado. O INCRA entendeu e acabou-se fazendo trocas: umas famílias que tinham mais facilidade foram pro sul e a maioria retornou pra o norte. Pra elas não perderem o tempo de luta e de mobilização o INCRA aceitou fazer assim.

Com o “Maria Izabel” a gente começa a mexer as pedras. Aquela região do Ribeirão é onde está concentrado um grupo de terras e grandes proprietários. Inclusive uma deles de nome “João Buteco” nem mora aqui, mora em Minas Gerais. Teve um tal de “Tancredo Neves”, só pra ter uma idéia, que foi padrinho político dele, ligado ao grupo do Aécio Neves, então é um fazendeiro que tem uma relação política com Brasília bem complicada para nós. Então o Maria Izabel, nós já montamos ele numa estrutura diferente, no corredor de uma propriedade, já dentro dessa perspectiva de fazer pressão no INCRA e demarcar território. Dizer que o MST está chegando em Ecoporanga já pra fazer o enfrentamento e não ser esse acampamento de você montar acampamento na cidade. O Maria Izabel fugiu ainda que pouco, mas fugiu desse modelo que a gente tinha logo que surgiu o “Derli Casali”, um acampamento montado numa área do município, que não perturba ninguém. O Maria Izabel está montado no corredor de uma propriedade, já nas portas do latifúndio e já criou alguns problemas né? Já surtiu alguns efeitos. Tipo deles procurarem informação se o MST ia ocupar de fato alguns dos latifúndios. E aí tem umas questões que são mais sigilosas, mas tipo assim, de alguém que é ligado à polícia militar me procurar pra pedir algumas informações e falar que não era pra eu ficar rodando muito sozinho por aquelas bandas, que os fazendeiros estavam muito preocupados com o MST e de que eles não iam aceitar que as terras deles fossem invadidas, nos termos que eles usam. Mas aí no final acabamos não ocupando, montamos o acampamento na estrada. Mas a idéia é exatamente essa. Acho que esse espaço é importante manter, que vai ser um espaço que sempre que tiver a reintegração de posse a não precisa ficar correndo. Nos vamos ter que fazer uma ocupação

de verdade em Ecoporanga pra dar um barulhão mas um grupo de famílias vai ter de ser mantido aqui, que agora é jogo de xadrez, você tem que mexer com a pedra no lugar certo, na hora certa. E a gente está mexendo com um grupo poderoso. Até porque agora a UDR se organizando pra nós é complicado. E agora eles não estão só naquele esquema antigo, de fazer o enfrentamento com a bala, os caras agora são mais inteligente, são estratégico. Eu acho que nós também devemos ser estratégicos.

O que eles estão fazendo hoje?

Rapaz, eles estão discutindo, a gente não conseguiu ainda pegar o pano de fundo, mas eles estão discutindo estratégia pra tentar liquidar de vez a questão da organização enquanto MST, porque o pouco que ainda se discute e pressão que tem no governo federal é o pessoal do MST, ainda que pouca, mas estão fazendo. Mas na região de Goiás, Mato Grosso os caras estão se reorganizando, se articulando e estendendo os braços deles para outros estados. Então a idéia é deles voltarem com uma nova roupagem, não com aquela roupagem do pistoleiro mas com a roupagem de uma “Kátia Abreu”, que quer ser inteligente, com um discurso menos de ataque e de morte, mas com um discurso de que a reforma agrária já foi feita no Brasil, apresentando os números do agronegócio, dizendo que a reforma propostas pelos movimentos é um atraso de vida. Nós temos que estar atentos pra esse discurso, pra essas artimanhas dos ruralistas.

E porque MST decidiu por intervir na questão agrária em Ecoporanga?

Primeiro foi um embate com o governo federal através do INCRA de que as terras de São Mateus e Linhares eram muito caras e o governo não iria comprar propriedades por lá. Mas o pano de fundo a partir da visão da direção estadual foi que o berço do latifúndio no Espírito Santo a gente não estava atacando, que é Montanha, Ponto Belo, Mucurici e Ecoporanga. E aqui foi escolhido por ser o terceiro maior município do estado e onde a concentração de terras é explícita, o que daria maior visibilidade. E a gente precisava urgente retomar as ocupações e avançar no processo de assentamentos. Esses foram os motivos pela escolha de Ecoporanga.

O que mais além disso?

Então, agora nós estamos vivendo uma experiência diferente que vai ser inédita no estado. Que é trazer a discussão pra sociedade... bem, pensa-se que o movimento simplesmente faz a ocupação da terra pela terra; é trazer uma consciência diferenciada de que não é só a conquista da terra: a educação é outro espaço que a gente tá tentando né? A gente tá tentando ver se consegue ainda nesse primeiro semestre montar a primeira escola itinerante no estado dentro de um acampamento. Pra história do MST no estado vai ser inédito. Inclusive a própria secretária de educação nas conversas ela nunca imaginou que isso existisse. Então, além de ocupar o espaço da terra em si, a gente quer ocupar espaço na educação. Queremos discutir a própria linha de produção da vida econômica do município. Nós fazemos a linha política ideológica mas também fazemos a linha econômica. Retomar com os pequenos proprietários a importância do trabalho das cooperativas, que hoje está mais centrado para os grandes fazendeiros. Então a idéia é retomar essa conversa com os pequenos produtores, pra eles se organizarem em cooperativa e pra vender a pouca produção que eles tem, que é atravessada pelos latifundiários que comprem pela metade do preço, como aqui é leite os caras acabam tomando um prejuízo danado; se eles se organizam pra vender direto, seja o leite seja o café.

Qual a sua visão enquanto dirigente sobre a ação do INCRA aqui no município?

É morosa né? Na verdade o INCRA só está vindo em Ecoporanga por causa da ação do MST por aqui. Os assentamentos daqui tem mais de vinte anos. O último que saiu foi há um ano e meio atrás mais ou menos e mesmo depois de muita briga, lá pro pessoal da FETAES. Mas a intervenção do INCRA mesmo não existe; existe a intervenção do MST que o INCRA precisa acompanhar. Essa vistorias desse ano são fruto da intervenção do MST aqui e lá na sede do INCRA. Senão, com certeza não haveria nenhuma vistoria.

E as ações por parte do governo municipal nessa questão, como tem sido?

Hoje, no momento que a gente vive existe uma sensibilidade por parte do gestor público. Se dispõe a fazer o debate com o próprio INCRA, com a sociedade. Por enquanto ele coloca publicamente a posição dele: como gestor público ele defende o desenvolvimento de Ecoporanga e o desenvolvimento de Ecoporanga passa pela questão da reforma agrária. Essa é a visão que ele defende junto à sociedade também.

E qual a visão do MST sobre a sociedade ecoporanguense?

Acho que a gente demorou a chegar aqui por ter uma visão muito distorcida. A gente imaginava “um dos berços do latifúndio? A rejeição vai ser muito grande”. Na verdade os contatos que a gente com as pessoas de Ecoporanga acabou surpreendendo a gente. O MST não teve tanta rejeição como a gente imaginava que teria. Se você imaginar que o presidente do Sindicato Patronal fazer a defesa da Reforma Agrária num ato público da prefeitura, num espaço grande da Maçonaria. Alguns fazendeiros, inclusive o filho dele, de fazer a defesa, não do MST, mas da reforma agrária. Na verdade ele não está defendendo o MST, ele está defendendo o desenvolvimento do município; como ele não é um cara desinformado, ele sabe que pra eles manterem o aumento das atividades de leite deles é preciso o desenvolvimento do município, então eles fazem uma leitura bem interessante. E alguns grupos ligados à elite mais conservadora do município não concordam com o MST mas entendem a necessidade da reforma agrária. E aí, a princípio essa forma devagar que a gente chegou aqui, um ensaio de ocupação no Bagre; e aí a gente esteve presente em todos os debates que disseram respeito ao desenvolvimento de Ecoporanga as pessoas passaram a ver o MST de outro jeito. Outro fator interessante: a Fibria tentou entrar aqui no plantio de eucalipto. O MST que puxou o debate pra trazer a sociedade pra discutir, tanto a sociedade civil como o poder público do perigo que era isso. Então esses elementos tomaram conta do debate nas igrejas, nas organizações; que aquelas famílias que moram debaixo de lona conseguiram trabalhar um projeto de lei que dificulta a entrada da empresa aqui no município. E é o melhor projeto que tem no estado esse que foi elaborado e puxado pelo MST.

E ninguém questionou na justiça ainda?

Não. Por enquanto está tranquilo, tranquilo. Até porque a Fibria, nesse novo modelo dela, está jogando força em outros municípios como Pinheiros, Montanha, Ponto Belo e Mucurici. Lá a gente não conseguiu fazer o debate com a sociedade. Era o que a gente não estava conseguindo entender, ou seja, nos temos alguns assentamentos e muitas lideranças nesses municípios, de movimentos sociais e partidos políticos de esquerda e não conseguimos fazer essa mobilização pra evitar. Aí eu dizia pra eles: por que nós conseguimos fazer em Ecoporanga? Os acampamentos estão vazios durante a semana mas a gente tem a clareza de que quando precisamos levar as famílias pra rua, a gente leva. Aí é isso que fica no imaginário deles: o MST tem tantas famílias em Ecoporanga. Pra Fibria não seria interessante entrar em conflito agora; já que ela mudou a imagem dela de não fazer o enfrentamento na porrada mas de cooptar as lideranças, então não seria interessante. Até porque o poder municipal também está nessa linha de não aceitar o plantio indiscriminado de eucalipto. Então Ecoporanga pra ela, pelo menos agora eu acho que ela não está querendo arrumar problema. Ela vem por lá e futuramente ela entra aqui né? Ou não.

Que papel você acha que os assentamentos rurais devem cumprir aqui em Ecoporanga?

Primeiro é retomar essa linha da agricultura camponesa. Retomar o plantio, usar a terra pra produzir alimento, sair dessa lógica de produzir só gado, e desenvolver o lado econômico do município. A gente pega a região onde é o berço do MST... Aí são duas contradições: aqui é o berço do latifúndio; se você pega o berço do MST aqui no estado que é o KM 41, em Nestor

Gomes, os assentamentos são a mola propulsora do desenvolvimento econômico daquela região. O nível das famílias assentadas lá é de invejar qualquer pessoa que quer ter uma vida tranquila. Então quando a gente defende a reforma agrária em Ecoporanga é exatamente nesse sentido: que nossos assentamentos não produzam somente café e pimenta mas que se produza alimento de qualidade pros assentados e pras famílias de Ecoporanga.

Eu queria por último que você resgatasse um pouco do processo do trabalho de base aqui.

Então, já tinha um debate na direção de que o MST tinha que vir pra cá. E esse processo da audiência pública que o Clerão puxou, que aconteceu na câmara, acabou sendo o primeiro passo que foi dado. O MST foi convidado para participar da audiência e o companheiro Persa veio representando o movimento, na época ele era dirigente da Brigada Irmã Dorothy. E tinha um pessoal que já tinha sido acampado pela FETAES e acabou se empolgando com a fala do MST na tribuna, que colocou bem clara a nossa visão da questão do município. A partir dessa audiência algumas pessoas começaram a ligar querendo conversar com a gente. E aí o problema foi ver quem da direção poderia vir pra cá acompanhar o processo. E eu vim. Só que eu imaginava que seria mais um dos acampamentos que eu já passei. A partir dessa audiência gente começou a subir os morros de Ecoporanga, foi mais ou menos uns seis a oito meses de trabalho, até culminar na ocupação.

Como que o pessoal recebeu a proposta?

Bem, é como a gente articula sempre. Primeiro a gente procura alguém conhecido do município que as pessoas conhecem; aí essa pessoa conhecida é que leva a gente pra fazer a conversa com o povo. No início quando a gente falava que era do MST o pessoal levava um susto. Eles falavam “ah, é o pessoal da bandeira vermelha”, eles diziam. Agora eles estão até parando um pouco com isso mas antes eles falavam assim “pessoal da bandeira verde e o pessoal da bandeira vermelha”; “o pessoal da bandeira verde é tranquilo, não tem problema, agora o pessoal da bandeira vermelha não! Não!”. Aí foi muito complicado das primeiras vezes, mas no fim mobilizamos noventa famílias. Aí a ocupação você nem imagina que loucura, nós já tínhamos fechado com os caminhões; às 20 horas, 21 horas as famílias sumiram, no último levantamento a gente só tinha onze. Aí tivemos que rodar os distritos pra suspender os caminhões. E ficamos só com um caminhão pra fazer a ocupação. Tinha mais dirigente que acampado! E foram pegos à força quase, tivemos que trazer um grupo lá de Montanha urgente pra eles irem pra Joaçuba buscar o pessoal que estava mais animado. Aí ficou aquela expectativa do pessoal da cidade de saber o que ia acontecer na ocupação da área dos Dal Col. Mas entramos e não deu muita coisa.

E existem perspectivas de ampliar o número de acampamentos aqui no município?

Sim, qual a idéia? Como o município é grande e existe esse grande problema do pessoal não se deslocar pra muito longe pra acampar, nós já temos um mapeamento das áreas nos distritos que podem ser alvo de ocupação e as áreas pra montar os acampamentos. Além desse ano a gente fazer a ocupação de fato de um grande latifúndio. Ou de uma propriedade que crie um impacto pra gente manter vivo o debate da reforma agrária. Como o INCRA vem fazer as vistorias, o simples fato do carro deles estar rodando as propriedades já deixa o pessoal alerta, animado pra uma possível desapropriação. Mas o grande problema nosso é ter um ensaio de formação de lideranças. Porque juntar gente não é difícil. Mas juntar gente sem formação e direção isso é um perigo para o projeto de luta. Tem que levantar acampamentos mas tem que formar lideranças, senão você se decepiona e decepiona a sua base.